

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

JULIA SILVA GONÇALVES

**OS PROCESSOS DE (DES)(RE) TERRITORIALIZAÇÃO DOS EX-MORADORES
DO BAIRRO SANTA FELICIDADE: UMA INTERVENÇÃO URBANA A PARTIR
DO PAC**

Maringá

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

JULIA SILVA GONÇALVES

**OS PROCESSOS DE (DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DOS EX-MORADORES
DO BAIRRO SANTA FELICIDADE: UMA INTERVENÇÃO URBANA A PARTIR
DO PAC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá – PPA/UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora:
Prof^a Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas

Agência Financiadora: CAPES

Maringá

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

G635p Gonçalves, Julia Silva
Os processos de (des) (re)territorialização dos ex-moradores do bairro Santa Felicidade: uma intervenção urbana a partir do PAC / Julia Silva Gonçalves. -- Maringá, 2016.
126 f. : il. col., figs., tabs., quadros + apêndice

Orientadora: Prof.a Dr.a Priscilla Borgonhoni Chagas.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2016

1. Estudos organizacionais - Administração pública. 2. Território - Santa Felicidade - Maringá (PR). 3. Desterritorialização - Santa Felicidade - Maringá (PR). 4. Multiterritorialidade. 5. Espaço Urbano - Maringá (PR). 6. Intervenções Urbanas. 7. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). I. Chagas, Priscilla Borgonhoni, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 21.ed. 658.001

MN

JULIA SILVA GONÇALVES

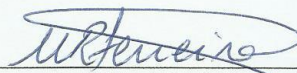
**OS PROCESSOS DE (DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DOS EX-MORADORES DO
BAIRRO SANTA FELICIDADE:
uma intervenção urbana a partir do PAC**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre em
Administração, do Programa de Pós-Graduação
em Administração, da Universidade Estadual de
Maringá, sob apreciação da seguinte banca
examinadora:

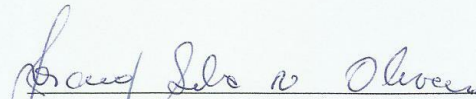
Aprovada em 13 de dezembro de 2016



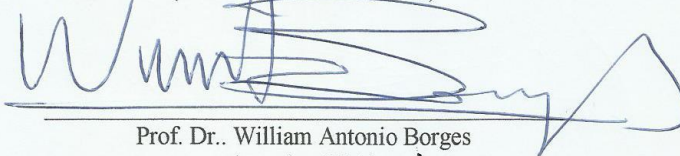
Prof.^a Dr.^a Priscilla Borgonhoni Chagas
(presidente)



Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Ferreira
(membro examinador convidado – UFPR)



Prof.^a Dr.^a Josiane Silva de Oliveira
(membro examinador PPA)



Prof. Dr.. William Antonio Borges
(membro PPA)

MARINGÁ
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, José Carlos e Maria Bernadete, ambos com trajetórias de vida inspiradoras, vencedores que merecem todas as conquistas alcançadas e as outras que virão, seu apoio incondicional, puxões de orelha e amor me fazem querer ser melhor todos os dias.

Aos meus irmãos Alice e Davi, pela sacanagem de cada dia e também pelo apoio constante mesmo de longe, tenho muito orgulho das pessoas que se tornaram, que continuemos cheios de argumentos, inquietos, briguentos e rabugentos, mas com um coração mole por trás da armadura de ferro.

À minha grande família, pelo apoio, incentivo, pelas palavras e abraços, pelo riso e pelo choro, pelas orações e pela festa, meu “córção” é todo alegria por vocês existirem.

Aos amigos que fiz durante o mestrado, vocês são a razão por eu ter tido coragem de continuar, em especial à Thaís, Fábio e Hugo, vamos continuar juntos traçando nosso caminho na vida acadêmica. Larissa, Steffi e Fernanda, obrigada por me manterem de pé quando o meu mundo virou de ponta cabeça, pela companhia e por tantas histórias, tenho certeza que haverá outras tantas. Gabs, obrigada pelo sorriso de sempre, pelo apoio e pela presença, Jai e Fran, obrigada por tudo – nesse tudo cabe muita coisa.

Agradeço aos professores do PPA, pessoas que me inspiram constantemente, foi um privilégio conviver com vocês. Professores Josiane, William e Márcia pelas valiosas contribuições, pelas provocações e inquietações, pela disponibilidade e pelo apoio.

Ao Bruhmer, pelo café de cada dia e pelo constante auxílio.

Aos moradores dos bairros Honoratto Vecchi e Odwaldo Bueno Netto, pelas contribuições para este trabalho, por me receber tão bem várias vezes, pela paciência e disponibilidade de me explicar detalhadamente suas histórias e lutas, por me lembrarem como a simplicidade e a luta diária são inspiradoras.

Finalmente, agradeço à uma das pessoas mais importantes durante os últimos dois anos, prof. Priscilla, pessoa ímpar que és, tua serenidade, organização e suporte foram imprescindíveis, minha eterna gratidão e admiração.

RESUMO

Os Estudos Organizacionais vêm inserindo temáticas como o espaço e o território nas discussões que propõe, especialmente, quando o objetivo a ser atingido trata da esfera pública e social e com uma reflexão crítica focada nas relações entre os diversos atores sociais. As cidades foram abordadas de maneiras distintas por estudiosos da Administração, inicialmente, pela sua forma de gestão, por sua complexidade e também pelas diversas formas de organizá-las. Esta pesquisa busca resgatar a temática sobre cidades e enxergar sua organização em profundidade e complexidade, por diversos ângulos, a cidade é vista como uma organização e seus bairros como territórios, ou seja, espaços apropriados de forma simbólica ou concreta por atores que integram a cidade. A dinâmica social pressupõe ações econômicas, sociais, políticas e culturais, lideradas, por vezes, pelo Estado, detentor privilegiado de poder de intervenção. Em 2007, o Governo Federal brasileiro propôs o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC com o objetivo de movimentar a economia do país, investindo especialmente em grandes obras e projetos de infraestrutura. Dentre os diversos projetos propostos pelo PAC, há requalificações de espaços urbanos, um destes casos teve lugar em Maringá-PR, cidade em que foi realizada esta pesquisa, o projeto de requalificação do bairro Santa Felicidade propôs o aumento de tamanho dos terrenos e expansão das ruas do bairro, e, este novo cenário acarretou no remanejamento de um terço das famílias que lá moravam, estas pessoas foram realocadas em vários bairros da cidade, dentre os quais, os dois territórios investigados: o bairro Honorato Vecchi e o bairro Odwaldo Bueno Netto. A realocação das famílias e os processos que aconteceram e acontecem nestes territórios foram vistos a partir da temática territorial e dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que compreendem a saída das pessoas dos bairros, suas tentativas de adaptação às novas moradas, suas dificuldades e facilidades nestes processos e também a subjetividade existente, pois, estes abarcam tanto a criação quanto a finalização de laços e de vínculos, concretos ou abstratos, materiais ou imateriais, particulares ou do grupo, além dos anseios causados pelas mudanças. Algumas das famílias que deixaram o Santa Felicidade vivem a multiterritorialidade apontada por Haesbaert, em que processos de destruição e criação de novos territórios, sua desterritorialização e reterritorialização acontecem concomitantemente. Outro ponto abordado por esta pesquisa é o caráter de segregação existente nas cidades brasileiras, especificamente, no caso de Maringá, esta característica está presente desde seus primeiros anos, cenário em que é possível identificar o papel desempenhado pelo poder público e sua parceria com a iniciativa privada, negligenciando as necessidades de parte da população, favorecendo ao setor imobiliário em detrimento do atendimento das premissas das políticas públicas do país. Os fenômenos territoriais ocorreram e continuam ocorrendo nas cidades, havendo, portanto, a possibilidade de ampliação e aprofundamento dos estudos acerca desta temática, realizando discussões sobre as políticas públicas, suas funções e a necessidade de atendimento à população mais pobre, excluída na maior parte das vezes, das tomadas de decisões, do pensar e do implementar as políticas públicas, cujo resultado em grande parte das ações acaba por excluir ao invés de incluir a população mais pobre. Esta pesquisa é de cunho qualitativo e a interpretação dos dados foi feita a partir da proposta de análise interpretativa de Gil Flores, estes dados trouxeram à tona as dificuldades das pessoas ao tentar adaptar-se aos novos bairros, além da continuidade de seus laços e ligações afetivas com o bairro anterior, ademais, há preocupação dos moradores em relação à documentação de suas novas residências, tendo em vista que reconhecem o fato de não terem documentos oficiais que comprovem a posse das moradias. Os entrevistados demonstraram sentir falta de atividades e da convivência com seus antigos vizinhos, a importância cultural de ter a casa própria, também a diferença de desterritorialização como mobilidade compulsória, fruto da falta de opção dos mais pobres diante dos detentores do poder.

Palavras-chave: Território. Multiterritorialidade. Espaço Urbano. Intervenções Urbanas. Programa de Aceleração do Crescimento.

ABSTRACT

The Organizational Studies have been inserting themes as space and territory in its discussions, specially when the objective leads to public and social matters, and with critic reflexion focusing on the relation among social actors. Cities have been dealt with in different ways for Administration scholars, it started with the management approach, for its complexity and also for the many different ways of organizing cities. This research dealt with the cities thematic and saw its deepness and complexity, through different angles, as an organization and its neighborhoods as territories, meaning appropriate spaces in concrete or symbolic ways. Social dynamics requires economic, social, politics and cultural actions, often lead by the State, privileged holder of intervention power. In 2007 the Brazilian Federal Government proposed the Growth Acceleration Programme – PAC, with the economic purpose of investing in large infrastructure projects. Among those, the requalification of urban areas projects, one of which took place in Maringá-PR, the city where this research was held, the requalification project of Santa Felicidade neighborhood, proposed the increase of land and streets enlargement, this new disposal had as consequence the relocation of one third of the families, they had to move to many other neighborhoods in the city, two of those were the territories where this study took place: Honorato Vecchi and Odwaldo Bueno Netto. The families relocation and other processes which happened and continue happening were seen through territorial thematic, along with the deterritorialization and reterritorialization processes, dealing with the exit of people and their trials of readaptation, difficulties and the existing subjectivities in this processes. Some of the families from Santa Felicidade are living the multiterritoriality proposed by Haesbaert, when the destruction and creation of territories happen at the same time as well as their deterritorialization and reterritorialization. Another point treated on this research is the segregation which take place in Brazilian cities, in Maringá, this characteristic has been part of the city's history since the beginning, this situation makes it easier to observe the public power and its partnership with private initiative, ignoring the needs of population, favoring real estate sector and not the public policies objectives. The territorial phenomenon continue happening in the cities, making its studies possible, and favoring deeper discussions and researches on this theme, dealing with public politics, its functions and the needs of population, left out of the discussion most of the time. This is a qualitative research, the data were analyzed using Gil Flore's interpretation technique and the result brought the difficulty of people when trying to adapt in new neighborhoods, their affective tie with the old neighborhood, and their worries with legal documents of their new places. The respondents have shown their regret of moving, and how much they miss their old neighbors, their habits, but, when dealing with the cultural importance of having a place to live, they seem satisfied, another important point is the difference between deterritorialization of rich and poor people, the poor have no choice of moving, and no option of going or not when they deal with people who have money and political power.

Keywords: Territory. Multiterritoriality. Urban Space. Urban Intervention. Growth Acceleration Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização do Bairro Santa Felicidade.....	88
Figura 02 – Bairro Odwaldo Bueno Netto	92
Figura 03 – Bairro Honorato Vecchi.....	92
Figura 04 – Distância entre a região central da cidade e a região dos bairros	93
Figura 05 – Vazio Urbano	94
Figura 06 – Residências do Bairro Honorato Vecchi	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Valores em milhões de investimentos realizados no Paraná	80
Tabela 02 – Investimento total do PAC entre os anos de 2011-2014 e após 2014.....	80
Tabela 03 – Investimentos em cada um dos eixos do PAC	80
Tabela 04 – Sobre a Urbanização do Bairro Santa Felicidade	81
Tabela 05 – Investimentos em Maringá – Proponente SANEPAR	82
Tabela 06 – Detalhes da Obra Contorno Norte	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMNP – Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMM – Prefeitura Municipal de Maringá

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

TDR – Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
	2.1 CIDADES: BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE.....	21
	2.1.1 O Empresariamento Urbano: A cidade vista como negócio	26
	2.2 O ESPAÇO.....	30
	2.2.1 A produção do espaço urbano	37
	2.3 TERRITÓRIO: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E PROCESSOS	46
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
	3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	59
	3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	61
	3.3 COLETA DE DADOS	67
	3.4 ANÁLISE DOS DADOS	70
	4 AS PREMISSAS DO PAC E AS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO EM MARINGÁ-PR ATÉ O ANO DE 2015.....	74
5	O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO SANTA FELICIDADE	84
6	APREENSÃO DOS REFLEXOS DAS INTERVENÇÕES URBANAS (PÚBLICAS) NOS PROCESSOS T-D-R DOS EX-MORADORES DO SANTA FELICIDADE	96
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICE A	126

1 INTRODUÇÃO

O planejamento e a criação de algumas cidades perpassam caminhos muitas vezes diferentes daqueles contados nos livros de história. No caso de Maringá, no ano de 1991, a lei municipal número 2921/91 instituiu Ingazinho como personagem gráfico oficial de Maringá; o prefeito era Ricardo Barros e o personagem foi criado pela Mauricio de Sousa Produções - sim, o criador da “Turma da Mônica”. Naquela época foi lançada uma história em quadrinhos (gibi) promocional cujo objetivo era reforçar a imagem da cidade como um oásis de prosperidade no Paraná. A intenção era educar a população a partir das crianças (leitoras dos gibis) e impulsionar a ideia de Maringá como a cidade verde, local de excelente qualidade de vida.

“*Ingazinho e a Turma da Mônica – Maringá: A cidade do futuro*”¹ trouxe os famosos personagens à cidade mais arborizada do Brasil, guiados por Ingazinho, circulando pelas ruas da cidade “*que tem um carinho muito grande para com todos os seus habitantes*”, também tem “*uma reserva florestal em que a mata é preservada*”. O personagem Ingazinho menciona que em Maringá todo mundo tem uma casa para morar, pois, a prefeitura possui casas as quais cede às famílias carentes. A historinha mostrou a necessidade de as crianças auxiliarem na preservação de espaços e equipamentos públicos. O passeio termina com uma visita à praça da Catedral, localizada no centro da cidade e um dos pontos turísticos mais visitados em Maringá.

A cidade, “orgulhosamente” sem favelas² mostrada nessa história não representa a Maringá dos anos de 1990 nem tampouco a cidade atual, que possui 403.000 habitantes segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE³ (2016). Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947 e, em 1951 tornou-se município. A cidade surgiu a partir do planejamento da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná – CMNP (companhia privada) e foi idealizada para ser pólo regional, localizada em uma região privilegiada da Rede Ferroviária Federal (RODRIGUES, 2004).

A região em que Maringá se situa foi povoada no início da segunda fase da industrialização brasileira, período em que ocorreu a expansão da periferia urbana e metropolização das grandes cidades do país. Antes deste período, no entanto, a região era

¹Os trechos em itálico foram extraídos do gibi promocional.

²O termo “orgulhosamente” sem favelas aparece no título do artigo de Natt e Vissoci, de 2014, o título completo do artigo é “Quando o invisível nos salta aos olhos: moradores de rua em uma cidade “orgulhosamente” sem favelas”.

³A estimativa da população residente nos municípios brasileiros tem como referência o relatório disponível na página do IBGE <ibge.gov.br> onde constam os relatórios elaborados com base na projeção realizada pelo órgão para cada Unidade da Federação, com base nos totais populacionais de 2000 e 2010 foi possível estabelecer a tendência de crescimento da população até o dia 1º de Julho de 2016.

habitada por povos indígenas que foram expulsos, dizimados ou confinados para que ocorresse a ocupação e a exploração econômica (MENEGUETTI, 2009).

Desde o primeiro momento, a ideia de cidade-jardim estava no plano para Maringá que foi, então, criada de maneira diferente das cidades tradicionais. Logo, seu zoneamento obedeceu a criação de áreas comerciais, industriais e residenciais, estas últimas, por sua vez, foram divididas em principal, popular e operária. Esta divisão, além da demarcação das áreas, estabeleceu distinção de acordo com as condições sociais dos habitantes (CORDOVIL, 2010).

Neste contexto, o espaço urbano de Maringá, como tantos outros, também se organiza de forma excludente, separando espacialmente os grupos com diferentes características sociais, econômicas e étnicas (ARAÚJO, 2005). A cidade, segundo Rodrigues (2004), não integrou os grupos menos favorecidos, sendo estes destinados à área que se encontra fora dos espaços designados às elites, em áreas afastadas do centro e dando continuidade à segregação presente desde os primórdios do planejamento urbano de Maringá. A vida na cidade é um fenômeno bastante complexo, sendo que o processo de urbanização pode revelar estratégias de reprodução do espaço e do capital, sobretudo, o financeiro. Por conta disso, o espaço deve ser considerado elemento central nas relações de produção e reprodução de si, bem como dos capitais (MIELE, 2015).

Portanto, tomando a cidade como o local onde ocorre a reprodução do capital, além de produzir modificações em suas características que as tornam cada vez mais parecidas mundialmente, tanto em extensão quanto em relação aos seus elementos espaciais. Ademais, sabe-se que as cidades brasileiras são marcadas por um processo urbano-social excludente e, por conseguinte, os cidadãos que nela habitam tem seu cotidiano complexo marcado por lutas, e, por vezes residem em territórios informais (KOGA, 2013). A reprodução social emerge de fenômenos globais, marcando uma totalidade nova – em formação – em que predomina a sociedade urbana, por meio da qual se cria um espaço mundial, cujas marcas do processo de transformação fazem parte da mundialização da sociedade e podem ser observadas na paisagem e na consciência do habitante (CARLOS, 2015a). Já a produção do espaço se abre como uma possibilidade de compreensão do mundo atual em que novos padrões são impostos a partir do desenvolvimento da sociedade de consumo que se submete à lógica da mercadoria, de modo a manter constante necessidade de ampliação das formas de valorização do capital (CARLOS, 2015a).

Além disso, para que seja possível compreender a cidade contemporânea, faz-se necessário conceber os processos que configuram sua complicada organização e para tanto, é importante resgatar suas origens, no sentido de entender que o espaço é história e que a cidade

concebida hoje é resultado cumulativo das cidades anteriores, transformadas, destruídas e reconstruídas, ou seja, produzidas por relações sociais que sustentaram tais transformações (SPOSITO, 2008).

O debate acerca do território passou a ser mais frequente no Brasil, e, no caso dos Estudos Organizacionais esta temática é ainda mais recente, tendo sido resgatada a partir dos estudos na área da geografia. O resgate da temática acontece devido ao envolvimento da sociedade na produção e na reprodução do espaço e do território, além de tratar de aspectos pertinentes aos seres humanos e suas relações, o que origina um problema ligado à sociedade que, por sua vez, se estabelece como área de interesse dos Estudos Organizacionais.

O território pode ser, pois, compreendido como espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter da gestão do diferente e do desigual (SAQUET, 2015; SANTOS, 1994). Os estudos acerca desta temática podem ser centrados no processo histórico e conjugados ao tempo coexistente, pois esta relação faz parte dos processos de produção e apropriação do território, considerando-se os aspectos políticos, econômicos e culturais (SAQUET, 2015). Assim sendo, o território é provido de dinamicidade, fluidez e conectividade, por isso faz-se necessário considerar as relações entre sociedade, natureza, política, economia, cultura e materialidade, todas em permanente interação espaço-temporal (STEINBERGER, 2013). Ademais, também é sempre múltiplo, diverso e complexo e, a rigor, constrói-se o território a partir do espaço, enquanto a territorialidade busca produzir uma representação do espaço, que por sua vez, pode ser territorializado de formas distintas dependendo do indivíduo ou grupo que se apropria dele (HAESBAERT, 2011).

Desde sua origem, o território abarca características materiais e simbólicas e, por sua composição, carrega consigo o processo e a dinâmica de (des)(re)-territorialização pois, “muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma relação, movimento (territorialização e desterritorialização), um ritmo, que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (HAESBAERT, 2011, p.167). Os movimentos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização constituem, de modo dialético, num processo de relações sociais que envolve também suas perdas e reconstruções, por isso compreende-se que no território há ligação, mudança e movimento. Como sugerido por Saquet (2015), é preciso pensar como o movimento e a unidade existem no real, pois os processos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização (T-D-R) são simultâneos e podem acontecer no mesmo lugar ou em diferentes lugares, ao mesmo tempo ou em períodos de tempo distintos. Por esse motivo, a importância da história ao avaliar cada situação segundo seu contexto e segundo a relação entre o espaço e o tempo.

Por outro lado, Haesbaert (2004) afirma que o processo de des-territorialização significa mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios. Este processo é visto como indissociável de sua contraface, os movimentos de re-territorialização. O autor explica que não há des-territorialização sem haver a re-territorialização pelo fato de o homem ser um “animal territorial”, além disso, há um complexo movimento de territorialização, que inclui a vivência concomitante de vários territórios o que configura uma multiterritorialidade ou ainda, a construção de uma territorialização no e pelo movimento. É nesta perspectiva que o presente trabalho observa os processos de des-re-territorialização dos ex-moradores do bairro Santa Felicidade, em Maringá.

O território desde sua concepção está ligado ao poder, porém não somente ao poder político, está ligado ao poder de dominação (mais explícito) e também ao poder em seu sentido mais implícito ou simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2004; SOUZA, 2009a). Por outro lado, Corrêa (1994) caracteriza o território de acordo com a apropriação e o controle político de um segmento do espaço, um revestimento afetivo ou ambos, enquanto a territorialidade, a partir do que é proposto por Sack (1986), corresponde a um conjunto de práticas e manifestações destas práticas - quer sejam materiais e/ou simbólicas - efetivadas para que seja garantida a apropriação e o controle do território. Além disso, as interconexões entre o espaço e o comportamento residem na territorialidade que por sua vez é sempre socialmente construída e envolve múltiplos níveis de razão e significados. Estes aspectos levantados por estes autores também serão considerados no desenvolvimento do presente estudo.

No caso da cidade que configura o objeto deste estudo, Maringá, esta recebeu fundos do Governo Federal do Brasil, oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC⁴ e, dentre os investimentos realizados, está o projeto de requalificação do Conjunto Residencial Santa Felicidade, intitulado Programa de Requalificação Social ZEIS – Zona Especial de Interesse Social - Santa Felicidade (GALVÃO e ROCHA, 2010). O objetivo do projeto era de requalificar e reurbanizar áreas em declínio físico e social. No caso do projeto que teve lugar no bairro Santa Felicidade era previsto que 1/3 do total de 246 terrenos do bairro fossem desocupados e a as famílias transferidas para outros bairros da cidade; assim sendo, a maior parte dos moradores residentes no bairro não foi capaz de usufruir das modificações realizadas nele (GALVÃO, RODRIGUES, TONELLA, 2009).

⁴ O Programa de Aceleração do Crescimento foi anunciado em 2007 pelo Governo Federal Brasileiro, no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, com previsão de investimento de R\$ 503 bilhões para o período entre 2007-2010 nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos (BRASIL, 2007).

As famílias foram remanejadas para 19 novos bairros, entre eles o Honorato Vecchi e Odwaldo Bueno Netto, estes foram escolhidos para o estudo porque a maior parte das famílias que deixaram o Santa Felicidade foram realocadas neles. Estes bairros são parte das novas periferias de Maringá, algumas das quais foram criadas por meio do projeto das ZEIS – Zona Especial de Interesse Social. Para estas ZEIS existissem a Prefeitura Municipal de Maringá precisou aprovar projetos de lei que previam a parceria com a iniciativa privada. Esse processo e o projeto de requalificação do bairro, explicados com maiores detalhes no capítulo 5 que conta a história do Santa Felicidade. O bairro em questão recebeu investimentos para a requalificação também por influência da forte atuação do mercado imobiliário, que em conjunto com o poder público atua na construção do espaço urbano da cidade, satisfazendo aos interesses das elites dominantes (RODRIGUES, 2004; FLEURY E SILVA, 2015).

O PAC marcou a retomada de investimentos governamentais em grande escala em moradias populares; entretanto, é importante pontuar que este programa carrega diversas contradições. Isto porque, ao mesmo tempo em que ele buscou direcionar recursos para as camadas mais pobres da população, o PAC favoreceu a construção civil e conseqüentemente, o capital imobiliário, marcando a parceria entre o público e o privado.

Ao tomar a cidade de Maringá como organização, estão implícitos os diversos aspectos que permeiam este conceito. A cidade é vista para além de mero cenário para habitação e trabalho ou como simples organização espacial sendo lugar de assentamento da indústria e de serviços (CANCLINI, 2002); entender a cidade requer compreender as regras que a configuram, seus espaços, limites de cada um de seus atores e suas diversas possibilidades de uso (SARAIVA; CARRIERI, 2012). Neste sentido, a cidade é, nesta pesquisa estudada de acordo com o olhar proposto por estes estudos, nos quais ela não é observada por um único ângulo, e, para que seja possível entender o contexto do território maringaense atual, é necessário considerar seu povo, sua cultura e o que acontece em sua dinâmica. Sendo assim, também são parte do espaço da cidade as relações sociais dos sujeitos entre si e com o local em que moram e se caracterizam.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, a perspectiva territorial foi vista a partir da apropriação do espaço, sendo o território constituído por meio da sua transformação no tempo e a partir das relações sociais, portanto, há um processo no território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades (RAFFESTIN, 1993). Essas são compreendidas como construídas a partir das relações de poder provenientes da ação do Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano, ao institucionalizar determinadas políticas. Outrossim, o pressuposto desta pesquisa abarca a

ligação entre as políticas públicas e os processos T-D-R, pois, a partir de uma política de âmbito federal há um impacto direto na vida da população de um bairro que passou pelo processo de requalificação.

A partir do exposto e levando em consideração a intervenção urbana realizada no Bairro Santa Felicidade, tendo como consequência a remoção de famílias para outras regiões, construiu-se a problemática deste, cuja questão norteadora é: *Como ocorreu o processo de (des)territorialização dos ex-moradores do Bairro Santa Felicidade e suas (re)territorializações em suas novas moradas?*

Para responder à questão de pesquisa, o objetivo geral deste estudo foi compreender como ocorreu o processo de (des)territorialização dos ex-moradores do Bairro Santa Felicidade e suas (re)territorializações em suas novas moradas.

Para atingir o objetivo proposto, é necessário:

1. Entender as premissas do PAC, em especial as prioridades de investimento em Maringá-PR até o ano de 2015;
2. Descrever o processo de requalificação do Bairro Santa Felicidade em Maringá-PR;
3. Apreender os reflexos das intervenções urbanas (públicas) nos processos de (des)territorialização e (re)territorialização dos ex-moradores do Bairro Santa Felicidade;

A pesquisa justifica-se, pela necessidade de novos estudos relacionados à ação do Estado, isto é, das políticas públicas, tanto nas esferas Federal e Estadual, como na Municipal no que tange à sua influência sobre o território. Para Corrêa (2013), estas esferas podem ocasionar diferentes ações que não devem estar desconectadas. No caso deste trabalho tem-se o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – de âmbito Federal e que é direcionado aos municípios a partir dos Estados e de ações dos próprios municípios, corroborando, assim, com a justificativa para novos estudos acerca deste assunto.

Outro ponto importante é que este trabalho pode contribuir no entendimento do território e dos processos que nele ocorrem aliando-os aos Estudos Organizacionais, pois, segundo Saraiva e Carrieri (2012), o conceito de uma organização-cidade permite um olhar organizacional da dinâmica urbana, sendo possível observar a vida social organizada. Além disso, comumente a cidade tem sido vista pela administração sob a ótica funcionalista quer seja como campo de atuação profissional ou como objeto da administração pública e da gestão

urbana. Porém, recentemente um maior número de estudos focaliza a complexidade urbana e a vida social organizada de indivíduos e grupos oprimidos em diversos âmbitos sociais (VIEGAS; SARAIVA, 2015).

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou iluminar a vida em sociedade, as relações construídas, os aspectos simbólicos e (i)materiais, a construção de novas territorialidades, dentre outros pontos que enfatizem a vida das pessoas que foram por vezes, negligenciadas pelo poder público que lhes levou à mudança de bairro, de residências e de organização de suas vidas sem lhes prover o suporte necessário para tal.

As noções de espaço e território também possibilitam a compreensão de ações sociais por meio da produção territorial, que podem mostrar-se de diversas formas, desde territórios de consumo, até de resistência e luta, envolvendo o poder – e as disputas que podem acontecer – podendo envolver, além disso, a produção e reprodução tanto do espaço quanto do(s) território(s) (MISOCZKY et al. 2011). Desta forma, é possível considerar a cidade como organização territorial e, a partir de então apreender a dinâmica que envolve seus territórios, onde as práticas de produção e reprodução da vida se inserem. É necessário olhar para a cidade além de seu aspecto material, se faz necessário vê-la como fruto de relações sociais, conflitos entre os diversos agentes que a compõem além de apreender suas características de cunho político, econômico e cultural. Daí a importância das pessoas que fazem parte deste contexto, influenciam e são influenciadas pelos diversos aspectos, pelas relações sociais, pelas decisões políticas e também pelo desejo das elites e por vezes do poder público, que lhes nega a possibilidade de realizar suas escolhas.

Outro aspecto relevante é a heterogeneidade entre os modos de vida, as diferentes formas de morar e de utilizar os terrenos; outrossim, o uso diferenciado da cidade demonstra que esta é um espaço que se constrói e se reproduz de maneira desigual e contraditória (CARLOS, 2016). Desta maneira, a organização-cidade pode ser vista a partir de um olhar organizacional para sua dinâmica urbana, abrindo o leque de possibilidades para a observação da vida social organizada (SARAIVA; CARRIERI, 2012). Além disso, a cidade tem a mesma estrutura e complexidade que as organizações formais e informais que fazem parte dela. Inclusive, na contemporaneidade, elas adquirem novas personalidades, formas de poder e também estratégias de gestão (VIEIRA e VIEIRA, 2003).

Este trabalho também busca avançar a partir de estudos realizados anteriormente, tanto naquilo que concerne à cidade de Maringá-PR quanto ao bairro Santa Felicidade. Para Töws e Mendes (2013, p.13) o espaço urbano da cidade “é um laboratório de estudos urbanos”, pois suas transformações acontecem de forma abrupta e num curto espaço de tempo. Também são

evidentes as metamorfoses geradas pelo mercado da construção civil e a cidade é local de incessantes discussões sobre o planejamento urbano, planejamento este em que fica evidente a segregação, já que há uniformização do preço do solo urbano e o poder público gera mudanças que, segundo os autores, instigam uma nova maneira de olhar para a cidade.

Em vista disso, a cidade de Maringá e sua urbanização tem sido estudada por pesquisadores de diversas áreas e, dentre os diversos trabalhos, cabe destacar alguns que foram fonte de informações valiosas e imprescindíveis para a realização deste estudo. Sendo assim, tem destaque maior a dissertação de mestrado em Administração de Nayara Emi Shimada, de 2015, intitulada “Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do bairro Santa Felicidade pelos seus moradores” que investigou o processo de territorialização dos moradores desde o início do bairro, seu cotidiano, práticas de apropriação, até a implementação do projeto de requalificação do Santa Felicidade. Nesta investigação, a autora considerou os moradores que permaneceram no bairro, e a forma que a vida deles foi afetada desde o planejamento até a implementação do projeto de requalificação. Enquanto no presente estudo, foram considerados os moradores que precisaram desocupar suas casas e foram realojadas em outros bairros, esta história é contada com maiores detalhes no capítulo 5, juntamente com a história da construção do espaço urbano de Maringá.

Na área da arquitetura, Beatriz Fleury e Silva defendeu sua tese (em 2015) intitulada “A Recente Produção Imobiliária no Aglomerado Metropolitano Paiçandu-Maringá-Sarandi: novos arranjos, velha lógica”. Neste foram investigadas as mudanças na organização e na lógica do setor imobiliário brasileiro, a autora resgatou detalhadamente a história da cidade e do aglomerado em questão, desde a origem de Maringá, sua condição de investimento privado além de ressaltar o papel ativo desempenhado pelos produtores imobiliários, cujo papel é extremamente forte nas tomadas de decisões realizadas pelo poder público da cidade. Isto devido aos diversos acordos e parcerias entre os entes públicos e privados responsáveis pelas decisões acerca de valorização do espaço urbano da cidade e de seu entorno.

Cabe também destacar o artigo “Cooperação Intragovernamental e Produção do Espaço Urbano: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade de Maringá-PR” escrito por William Antônio Borges e Vilma Meurer Sela, de 2013. Nele são investigadas as articulações e parcerias realizadas entre poder público e privado, realizando a reconfiguração do espaço urbano a favor do capital.

Outra importante fonte de informação foi a tese em Ciências Sociais de Ana Lúcia Rodrigues, de 2004, “A Pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá”, nesta a autora relata de maneira minuciosa as características do

espaço urbano segregado da cidade de Maringá, desde sua gênese, Rodrigues também aponta com detalhes de que forma ocorre a segregação na cidade e como a administração pública da mesma negligencia a população de classe mais baixa, forçando-os por vezes a mudar-se tanto de bairro ou até mesmo da cidade.

Em conjunto com Altair Aparecido Galvão e Celene Tonella, a autora da tese também escreveu “Reestruturação socioespacial do território metropolitano: O caso do PAC Santa Felicidade em Maringá-PR”, os autores são membros do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá. Neste artigo de 2009 é retratado o projeto de requalificação do bairro Santa Felicidade cuja motivação, segundo os autores, abarca especulações imobiliárias e também o fato dos moradores deste bairro, outrora afastado, serem considerados um “cancro” na visão dos promotores imobiliários.

Na área da Antropologia foi de extrema importância a consulta à tese de doutorado de Marivânia Araújo, 2005, com o título “O Bairro Santa Felicidade por ele mesmo. Espaço Urbano e formas de representações sociais em Maringá, Paraná”. Esta tese investiga o Bairro Santa Felicidade com riqueza de detalhes e pelo olhar de seus moradores, apontando claramente o aspecto de segregação presente na urbanização maringaense. A configuração do bairro é analisada e a autora mostra como em seus anos iniciais, ele era local de moradia de classes subalternas mas que, com o passar dos anos, tornou-se objeto de investimentos imobiliários, dos quais estas pessoas já não faziam mais parte.

Na área de estudos organizacionais, os estudos sobre território são recentes e, os processos T-D-R são considerados na busca de compreensão de fenômenos e processos presentes nas cidades e em sua dinâmica. Isto levando em conta, em especial aquilo que se refere à lógica capitalista da ocupação e da (re)produção territoriais, pois, de acordo com Souza (2009a), uma região e um bairro podem ser territórios quer seja devido aos regionalismos e bairrismos ou porque o Estado os reconhece como tal, dessa forma, é possível fundamentar a escolha dos bairros para investigação da presente pesquisa.

Este trabalho conta com 6 partes, além desta introdução. No capítulo 2 é apresentada a fundamentação teórica através da qual são abordados aspectos relacionados à cidade capitalista e a forma como se constitui, bem como aspectos inerentes ao espaço para que haja subsídio teórico para tratar da abordagem territorial, os conceitos desta abordagem e os processos que tomam lugar nele. No capítulo 3 apresentam-se os procedimentos metodológicos deste estudo, sendo delimitada a pesquisa qualitativa em questão, a forma de escolha dos sujeitos bem como a coleta dos dados e a análise destes que será realizada utilizando-se a técnica de análise interpretativa.

O capítulo 4 trata do Programa de Aceleração do Crescimento, há um breve histórico do programa e dos investimentos realizados em Maringá, no capítulo 5 é descrito o processo de requalificação do Bairro Santa Felicidade, para a compreensão deste a história do bairro foi resgatada e o projeto de requalificação deste foi investigado. No capítulo 6 buscou-se apreender os reflexos das intervenções urbanas (públicas) nos processos de (des)territorialização dos ex-moradores do bairro bem como suas (re)territorializações em suas novas moradas. Finalmente, são apresentadas as considerações finais da pesquisa no capítulo 7.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo foi realizado um resgate teórico acerca da produção do espaço urbano, dos agentes responsáveis pelas transformações que nele ocorrem e também será abordada a temática das cidades e do território. Isto é necessário para que seja possível explicar o processo de (des)territorialização e de (re)territorialização dos ex-moradores do Santa Felicidade, haja vista que para que estes processos sejam compreendidos, a problemática territorial também precisa ser resgatada e explicada.

Sabe-se que a temática do território é amplamente discutida na geografia, sendo abordada de maneira distinta de acordo com a orientação do geógrafo (geografia física ou geografia humana). Por outro lado, de acordo com Saraiva, Carrieri e Soares (2014, p.103) “a discussão em torno dos aspectos territoriais se situa além da fronteira geográfico-espacial propriamente dita”, além disso, Pereira e Carrieri (2005) apontam que as pesquisas destinadas ao espaço são abordadas efetivamente pela geografia, porém argumentam que este tema pode ser objeto de estudos transdisciplinares, sabendo-se que as definições seminais são oriundas da geografia.

No campo dos Estudos Organizacionais, Fischer (1997) considerou a cidade como organização ilustrando-a como um fluxo em transformação – como uma metáfora de organização – de indiscutível e desafiadora complexidade - pois, as “cidades e organizações tem os mesmos traços distintos de complexidade, diversidade, singularidade, pluralidade e contradição” (FISCHER, 1997, p.75). Posteriormente, Mac-Allister (2001) considerou as cidades como organizações pela sua forma de gestão, mas, com o passar do tempo, os Estudos Organizacionais apropriaram-se de conceitos advindos de estudos realizados por outras áreas do conhecimento para problematizar e compreender a cidade.

A cidade pode, então, ser notada como uma esfera privilegiada para a apreensão das diferenças, pois é uma arena cultural e social (NOGUEIRA, 2009). Seguindo raciocínio similar, Ipiranga (2010) caracteriza-a como espaço de interação e hibridismo, pressupondo a compreensão do espaço urbano por meio do entendimento de sua cultura, o que permitiria melhor gestão da mesma.

Pereira e Carrieri (2005) argumentam que com o passar do tempo, a área dos Estudos Organizacionais buscou relacionar o espaço e sua dimensão social, analisando a organização frente ao território, ao lugar, às redes organizacionais, à mundialização das relações socioeconômicas, às correlações entre dimensões locais e globais da produção e, não menos importante, da vida frente aos impactos destes movimentos.

Considerando este contexto, a história das cidades é resgatada, tecendo relações históricas e espaciais constituídas, além disso, a próxima seção também tratará dos fenômenos que acontecem no território urbano.

2.1 CIDADES: BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE

A urbanização no Brasil ocorreu no século XX, porém, o espaço urbano brasileiro não superou algumas características existentes nos períodos colonial e imperial, tais quais: a concentração de terra, de renda e poder, além do coronelismo ou ainda a política do favor e a aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 2003). No período de 1970 até meados da década seguinte, houve alto crescimento da população urbana no país (SPOSITO, 2010) e foi durante a última década do século XX que diversas mudanças aconteceram no Brasil em relação à distribuição espacial de atividades produtivas, da população e também em relação ao uso e ocupação do espaço em especial, marcada pela intensificação e extensão da urbanização, com crescente consumo do espaço por atividades urbanas e industriais (LIMONARD, 2010).

Sposito (2010) destaca as mudanças que ocorreram nas formas de assentamento humano, em parte, causadas pela multiplicidade das novas formas de produção do espaço urbano decorrentes das novas localizações das indústrias e também das novas formas de habitação; a partir daí, são constituídos novos ambientes da vida urbana que por sua vez expressam e condicionam as novas formas de expansão dos tecidos urbanos e das novas práticas socioespaciais.

Desta forma, compreende-se que as cidades são realidade bastante antiga e fazem parte dos primeiros indícios de civilização desde a agricultura, a roda, a escrita e os primeiros assentamentos urbanos, há milênios atrás as cidades existiam por meio da demarcação de um espaço construído e organizado, já havendo um poder regulador (SPOSITO, 2010). Corroborando com este pensamento, Harvey (2011) argumenta que desde os primórdios as cidades advêm da concentração geográfica e social do excedente de produção, podendo ser consideradas inclusive, um fenômeno de classes pois as sobras são extraídas de algum lugar ou de alguém e o controle deste excedente costuma ser de poucos, logo, o capitalismo e a produção constante de sobras precisa da urbanização para absorvê-los, enquanto o primeiro precisa da segunda para que possa produzir estes excedentes, essa situação pode explicar a ligação entre capitalismo e urbanização.

A cidade precisa ser pensada levando em conta a vivência coletiva de seus habitantes, é preciso que sejam consideradas as esferas da racionalidade e o emaranhado de existências

humanas que a compreendem, outrossim, é preciso ir além de sua representação hegemônica, resgatando a subjetividade das pessoas que a habitam, inclusive, para a compreensão dos fenômenos que nela ocorrem e até mesmo suas contradições, por isso, a leitura da cidade não é passível de ser realizada de forma estática, mas sim como feixe de processos porque não é possível dissociá-la de seus habitantes e tampouco, entendê-la sem considerar sua dinâmica social (NOGUEIRA, 2009).

Historicamente, cidades foram pensadas como o local em que as coisas acontecem, quer seja por forças capitalistas, por expansão do mercado de trabalho ou pelo processo de modernização, então, as cidades eram vistas como local em que era possível a acumulação de capital, ou seja, como centro da transformação capitalista (PESAVENTO, 2007). Complementando este pensamento, Harvey (2011) aponta que o sistema capitalista e sua relação com o desenvolvimento do ambiente construído podem ser materializados por meio da urbanização, tendo em vista a estreita relação entre este processo e o de acumulação de capital sendo este último considerado “processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro”. O autor ainda elucida que é imprescindível a compreensão acerca do processo de acumulação de capital para que seja possível entender de que forma se estabelece o fluxo do capital e sua estranha lógica de comportamento.

Já Sposito (2008) ilumina a importância das cidades para a civilização contemporânea, pois, o processo de urbanização e a cidade como forma concretizada deste processo marcam períodos da história significativamente, sendo difícil resgatar um momento em que não existiam cidades ou estas tiveram papel insignificante, pois, surgiram desde quando os homens - apesar de não ter moradia fixa- já relacionavam-se com um ponto do espaço.

Ademais, a cidade pode ser vista como local em que se estabelece a sede da autoridade, de maneira diferenciada e ao mesmo tempo privilegiada, nasce da aldeia, contudo não é apenas uma aldeia que cresceu, a cidade é formada partir do momento em que indústrias e serviços passam a ser realizados por outras pessoas e não aquelas que cultivam a terra, não possuem esta obrigação de cultivo e são mantidas a partir do excedente do produto total, esta condição materializa o contraste entre dois grupos sociais (BENEVOLO, 1997). Logo, o capitalismo que surge neste contexto tem como objetivo a acumulação de capital, em que se almeja a produção excedente visando o lucro, por isso, o sistema precisa ser compreendido inclusive em suas contradições, pois: “As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe” (HARVEY, 2011, p. 18).

Harvey (2011) acrescenta que o capitalismo pode ser capaz de realizar modificações de amplitude mundial, transformando e influenciando diretamente os países do globo, também, em relação à população que está inserida na lógica capitalista e que cresce nesta dinâmica, cuja influência implica diretamente no modo de vida, de trabalho e é personificada e reproduzida pelo consumo, pelas novas formas de organizar os espaços e também pelas relações sociais que acontecem nestes. A partir do momento em que a urbanização aconteça alicerçada em critérios capitalistas distintos para moldar sua paisagem física e social, limitam-se os caminhos possíveis para o desenvolvimento deste sistema, pois, apesar dos processos urbanos no capitalismo serem delineados pela lógica da circulação e da acumulação de capital, as circunstâncias deste processo divergem em pontos espaço-temporais (HARVEY, 1996).

Em outras palavras, o fenômeno da urbanização acontece a partir da implosão-explosão das cidades na forma que são conhecidas atualmente, trata-se de um conceito, uma temática e por necessidade acontece uma articulação entre a teoria e a prática, em síntese, a urbanização vista como fenômeno é uma problemática (ARAÚJO, 2012). Sendo assim, para que seja possível o entendimento acerca das novas características urbanas, as transformações sistema capitalista, além dos enigmas e contradições do capital e do capitalismo, é necessário resgatar os estudos de Lefébvre (2008) que explana acerca da formação, produção e reprodução do espaço, para que a partir daí a cidade possa ser vista como este ambiente em que a acumulação do capital e o consumo do espaço influenciam e são influenciadas pela dinâmica da sociedade.

Por conseguinte, a cidade pode ser definida como mais do que um aglomerado de pessoas formado num ponto do território ao longo do tempo, com características complexas de organização social, também pode ser local de moradia e trabalho que a princípio teria sua origem a partir do excedente de produção, considerando-o como sendo ao mesmo tempo possibilidade de existência da cidade e resultado desta (ROLNIK, 1995; SPOSITO, 2008). Outra característica das cidades apontada por Rolnik (1995) é sua forma de organização em que os ocupantes das posições centrais são aqueles oriundos de classes mais abastadas, enquanto ao redor estão posicionados os trabalhadores, é comum que a origem da cidade seja confundida com a origem do binômio: diferenciação social/centralização do poder; pois este se coloca tanto internamente (para os diversos grupos ou classes sociais) quanto externamente, através da materialização e também na conquista e ordenação dos territórios.

Ao considerar a cidade como objeto complexo e, portanto, de difícil definição, há que pontuar sua característica de produto social, como local em que os seres humanos desempenham diversas atividades (SOUZA, 2003). O fenômeno urbano compreende as relações econômicas

e a dinâmica dos grupos sociais, sendo a cidade cenário deste processo, em que também agem o Estado, os políticos e os movimentos sociais urbanos (PESAVENTO, 2007).

A partir da segunda metade do século XIX os estudos sobre a temática das cidades receberam o elemento cultural que proporcionou uma nova abordagem para o fenômeno urbano, sendo a cidade considerada para além de um *locus* privilegiado quer seja da realização da produção ou da ação de novos atores sociais, ela passa a ser sobretudo um problema e um objeto de reflexão em que emergem representações e práticas sociais (PESAVENTO, 2007).

Por outro lado, apesar de suas características sociais, por vezes o estudo da urbanização acontece separadamente do estudo tanto da mudança social quanto do desenvolvimento econômico, como se fosse possível fazê-lo (HARVEY, 1996); inclusive, é necessário elucidar o fato das cidades terem sido afetadas diretamente pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, sendo vítima da necessidade de acumulação desenfreada de capital, capaz de financiar a expansão desordenada do crescimento urbano desconsiderando suas consequências sociais, políticas e ambientais (HARVEY, 2014).

Rolnik (1995) acrescenta como traço da cidade seu poder de atrair pessoas e seu caráter político, marcando um tipo de espaço que por concentrar pessoas aumenta as possibilidades de troca e colaboração entre os homens, intensificando sua capacidade produtiva. Há também que iluminar o papel da divisão do trabalho existente na cidade, quando este se estabelece a cidade deixa de ser somente sede da classe dominante, pois a classe operária passa a fazer parte da produção em si (ROLNIK, 1988). Similarmente, é necessário que seja enfatizada a dimensão humana da cidade - por vezes aspecto considerado perdido - quer seja no espaço ou no tempo, reflexo da velocidade de funcionamento da sociedade contemporânea, pois esta é reflexo da sociedade que a constitui (COSTA, 1997).

A cidade envolve também a sociabilidade pois comporta atores sociais que demonstram a existência de uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo, representa a concentração da população, a noção do habitar do ser humano, ligando-a ao sentido do humano e também das relações sociais, por ela ser “lugar do homem; cidade obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos”; por isso a possibilidade desta ser vista em sua materialidade e também através de sua população (PESAVENTO, 2007).

Em virtude das características das cidades e de sua forte relação com o capitalismo, é possível marcar a influência do capital nas questões práticas do espaço desde a construção de edificações até o fracionamento de investimentos e a divisão do trabalho – fenômeno global; contudo, é preciso retomar a existência das contradições existentes na diversidade do capitalismo que envolvem aspectos da hegemonia de classe que envolve a sociedade como um

todo, inclusive seus aspectos culturais e de conhecimento e também o vínculo entre o saber e o poder (LEFÉBVRE, 2006).

Carlos (2015c) afirma que as cidades de hoje pertencem ao capital, representando a submissão do homem às necessidades de reprodução deste, além disso, a relação entre as pessoas é intermediada pela mercadoria, ou seja, pelo dinheiro. Outro aspecto mencionado pela autora é a heterogeneidade entre os modos de vida na cidade, desde as diferentes formas de morar até o modo de usar os terrenos - o uso diferenciado é reflexo da construção desigual e contraditória deste espaço. A autora acredita que a paisagem urbana e a cidade possibilitam melhor entendimento sobre o urbano, a sociedade, a dimensão social e histórica do espaço urbano.

Há que salientar-se ainda que as cidades são o local principal em que acontece a reprodução da força de trabalho, porém elas significam mais do que isso, são produtos ou um grande negócio para os capitais que acumulam e exploram lucro, renda, e juros, portanto:

A cidade constitui um grande patrimônio construído histórica e socialmente, mas sua apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização, pois ela tem um preço devido aos seus atributos. Isso tem a ver também com a disputa pelos fundos públicos e sua distribuição (localização) no espaço (MARICATO, 2013, p.20)

O valor da terra urbana aumentou e a partir daí a cidade permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário, inclusive, modificaram-se leis ou flexibilizaram-nas e também foram retomados os despejos violentos (MARICATO, 2013). As cidades estão em sua maioria fragmentadas, divididas e propensas ao conflito, são divididas socialmente entre as elites financeiras e a grande parcela de trabalhadores de baixa renda que se unem também aos marginalizados e desempregados, ou seja, a globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo acabaram enfatizando as desigualdades sociais (HARVEY, 2013).

Iasi (2013) afirma que a cidade representa a expressão das relações sociais da produção capitalista, é a unidade de contrários; corrobora com esse pensamento Villaça (2011) ao afirmar que a cidade está permeada de problemas e imperfeições, dentre os quais destaca-se a segregação social, porque o espaço urbano se integra à desigualdade socioeconômica e ao seu papel na dominação social, ou seja, a desigualdade da sociedade brasileira se manifesta na segregação existente nas cidades e a injustiça associada à desigualdade econômica e de poder político. Já para Lefévre (2008) a cidade é também espaço-tempo, não somente uma projeção de uma estrutura social, abarcando, inclusive, as contradições pois é local em que a dinamicidade das classes sociais e suas lutas acontecem, para o autor é imprescindível a compreensão da evolução e da contradição existente no espaço urbano.

A produção e o consumo do espaço são parte do processo capitalista, cuja base está na propriedade privada, ao considerar-se o capitalismo brasileiro é preciso apreender que ele é marcado por traços patrimonialistas, clientelistas e corporativistas que aproveitam-se da especulação imobiliária e fundiária para marcar a estrutura socioespacial das cidades brasileiras nas quais tem lugar um jogo de valorização e desvalorização do solo, por conseguinte, “o espaço urbano em especial, atribui importância para o capital, ao mesmo tempo em que é influenciado por ele” (FLEURY E SILVA, 2015, p.41).

Apesar disso, entende-se que é preciso pensar a cidade para além dos interesses do capital, especialmente porque o espaço urbano é questão complexa e que demanda do poder público uma forma de governo que garanta a existência de espaços democráticos que por sua vez permitam a participação popular, transformando o foco do investimento privado outrora direcionado a projetos lucrativos em curto prazo, para modelos de desenvolvimento capazes de interligar diversos interesses sem que a necessidade da população seja negligenciada (SILVA, 2016).

A partir da década de 1990 a produção imobiliária brasileira sofreu consideráveis mudanças, primeiramente, houve a aproximação do capital imobiliário ao financeiro, além disso também foi ampliado o alcance ao financiamento que por sua vez, associado ao aumento da renda da população naquele período, gerou um novo momento para a produção imobiliária do país (FLEURY E SILVA, 2015). Emerge, então, a possibilidade da cidade como negócio, orquestrada pelo setor imobiliário e cuja expectativa é de realização de lucros a partir da valorização imobiliária (SANTOS, 2015).

2.1.1 O Empresariamento Urbano: A cidade vista como negócio

O grande capital financeiro tem protagonismo de ação sobre a escala urbana, considerando-se a produção do espaço e a cidade como negócio, a metrópole se reproduz e se efetiva como fonte de privação, em que o sujeito é destituído das condições de vida tendo em vista que a reprodução da metrópole se orienta pelo objetivo da acumulação. Nesse contexto, Harvey (2012) discute e defende o direito à cidade, afirmando que apesar de todos os cidadãos terem esse direito, o processo de urbanização acaba favorecendo mais ao capital e a sua lógica do que ao ser humano, seus interesses e bem-estar, ademais, o fenômeno de classes também presente no espaço urbano demonstra que o controle sobre a cidade repousa nas mãos de poucos (HARVEY, 2012).

O Estado desempenha papel importante ao criar as condições de acumulação de capital por meio de políticas públicas capazes de superar momentos críticos, o programa governamental Minha Casa Minha vida pode ser visto como um exemplo deste papel (SANTOS, 2015). Segundo o autor, a dimensão concreta da produção do espaço engloba – porém não pode ser restringida a produção puramente material do espaço – demonstra uma objetividade não absoluta; nesta, a realidade é vista como movimento de reprodução das relações sociais sob a orientação da expansão do processo capitalista, incorporando a produção do espaço, da vida cotidiana e iluminando estratégias e também projetos diferenciados.

Por outro lado, Vainer (2002) retrata o planejamento estratégico urbano apontando como uma das maneiras de ver a cidade é considerá-la uma mercadoria, ou ainda, um objeto de luxo; este ponto de vista enxerga a cidade como mercadoria a ser vendida num mercado competitivo onde há diversas cidades também à venda, esse contexto acaba explicando o comportamento de alguns prefeitos que “mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos” (VAINER, 2002, p.78). Sanchez (2001) acrescenta que foi a partir da década de 1990 que tiveram início reestruturações urbanas em que ações e estratégias objetivavam “vender” as cidades. Sendo assim,

Ao afirmar que a cidade é produzida como mercadoria, como valor, valor de uso e valor de troca, abre-se a possibilidade de pensá-la como bem intercambiável, produzido sob a lógica da valorização e, nesse sentido como negócio e segregação. Tal consideração implica reconhecer a insuficiência da compreensão da cidade enquanto concentração de negócios e atividades, para refletir sua própria produção como tal, o que coloca a necessidade de entendê-la no âmbito das determinações mais gerais da reprodução social e do capital, mas atinando para o papel da propriedade privada da terra e do Estado, uma vez que se constituem como elementos fundamentais desse processo (ALVAREZ, 2015 p.66)

A transformação de cidades em mercadorias indica que o processo de mercantilização do espaço atinge um novo patamar, sendo produto do desenvolvimento do mundo capitalista, do processo de globalização e do mundo da mercadoria (SANCHEZ, 2001). Ao olhar para a cidade como mercadoria propõe-se a existência de infraestrutura e serviços capazes de atrair investidores, visitantes e usuários, predomina a preocupação dos gestores de vender uma imagem de cidade segura, justa e democrática, transformada em algo a ser vendido e comprado, tornando-se mercadoria de luxo tendo um grupo de elite de potenciais compradores que são o capital internacional, os visitantes e usuários solváveis (VAINER, 2002).

Para atrair investimentos e tecnologias, o protótipo a ser seguido pela cidade-empresa é a empresa privada, dotada de planejamento e gerida estrategicamente, almejando a eficácia, produtividade e a competitividade em que as parcerias público-privadas acontecem na definição

de objetivos e programas, durante a execução de linhas de ação e de projetos, bem como na gestão de serviços (VAINER, 2002).

A analogia cidade-empresa sugere a despolitização da cidade, que por sua vez, se torna local de inscrição territorial dos modos de gestão e não de suporte de identidade política, jamais sendo construído como território de exercício da democracia local (VAINER, 2002). Santos (2015) inclui que o ambiente urbano se apresenta para as firmas como lugar propício para o desenvolvimento dos negócios. Já a cidade-empresa iluminada por Souza (2006) é aquela a em que os adeptos argumentam que o Estado-nação teria se tornado muito pequeno em face do grande capital internacional, sendo o objetivo da cidade concorrer com outras para atrair este capital enquanto caberia ao Estado o papel de alinhar consensos e auxiliar na criação de um bom “ambiente de negócios”.

Por outro lado, a reprodução do espaço urbano explicita o momento em que o capital financeiro produz um espaço na forma de produto imobiliário, implicando na mudança de aplicação dos investimentos do setor industrial para o setor imobiliário – no qual a fluidez é bastante rápida – transformando áreas de maneira que novos os projetos estabelecidos não comportam os residentes porque implantam um padrão estético homogêneo, neste cenário, as contradições aprofundam-se, o espaço é valorizado e são redefinidos acessos aos lugares, bem como as relações sociais acontecem através das mudanças no espaço (CARLOS, 2015b).

Outra forma de compreender ou enxergar a cidade, segundo Vainer (2002), é como pátria, porque a cidade-empresa nega o caráter político da cidade e o poder público sofre as exigências do capital, assim, a despolitização é parte das garantias oferecidas aos parceiros privados, porém, o planejamento estratégico urbano e o patriotismo da cidade culminam num projeto empresarial em que a cidade conquistou parte dos recursos políticos antes concentrados no poder central, porém não se auto-governa.

A cidade deve ser pensada como principal objeto dos grandes negócios, não sendo mais somente o lugar em que estes acontecem, a produção do espaço e a possibilidade da cidade como negócio emerge e os investimentos são direcionados à centros metropolitanos já consolidados, as dinâmicas sociais passaram a respeitar as exigências dos segmentos financeirizados atendendo às expectativas dos capitais financeiros e afeta a vida nas metrópoles pois a requalificação de espaços, a remoção de bairros, moradias, a instalação de equipamentos seguem os parâmetros exigidos pela rentabilidade do capital (SANTOS, 2015).

Fleury e Silva (2015) elucida que o mercado imobiliário no Brasil acaba transitando de forma livre no que diz respeito às regulações estatais, gerando uma urbanização modelada de acordo com as necessidades do capital e funcionando como mediador em seu processo de

acumulação, no caso das cidades latino-americanas, há algumas peculiaridades como os baixos salários, desigualdade social, urbanização acelerada, debilidade do papel do Estado em especial sua capacidade reguladora e coercitiva, sendo o mercado figura central do comportamento socioeconômico latino-americano.

A nova dinâmica urbana das cidades globais implica por vezes, no direcionamento dos fundos públicos – além da disputa por eles – para uma apropriação privada dos ganhos ocasionados pelo o espaço (FLEURY E SILVA, 2015; MARICATO, 2013). Como resultado da ação do capital e do padrão de relacionamentos arquitetado pelos setores financeirizados tem lugar a segregação, resultado da renovação urbana e a valorização imobiliária, fenômeno deveras importante para a compreensão das dinâmicas espaciais pois “a produção do espaço e da cidade como negócio antecede, assim, logicamente os negócios na cidade, ou se sobrepõe a eles” (SANTOS, 2015 p. 36).

O que move o mundo, portanto, é a possibilidade sempre ampliada das relações sociais que o constituem reproduzirem-se sob a lógica do capital em sua totalidade pela articulação/justaposição dos elementos necessários à sua concretização, a fim de superar a esfera econômica para dominar todos os níveis da realidade, englobando a reprodução de toda sociedade” (SANTOS, 2015, p. 44).

Ao observar-se a paisagem da cidade global, é possível perceber a desigualdade presente, os contrastes que decorrem do processo de produção do espaço urbano onde incorporam-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial, de acordo com as leis da reprodução do capital, a cidade revela-se como uma mercadoria que se realiza por meio do mercado – em que a terra é comprada e vendida (CARLOS, 2016). Villaça (2011) elenca que a segregação urbana é reflexo do desnível existente entre o espaço urbano dos mais ricos e dos mais pobres, situação diretamente ligada à desigualdade social brasileira.

Para que seja possível compreender a dinâmica do espaço urbano é necessário resgatar os estudos acerca do espaço oriundos da geografia, que na atualidade tem como desafio o pensar em que medida a problemática contemporânea contempla o espaço, pois espaço e tempo aparecem em sua indissociabilidade, porque toda ação social acontece num espaço determinado, num tempo preciso (CARLOS, 2015a).

Santos (2015) esclarece que a produção do espaço é, portanto, momento em que a vida humana é constituída, sendo as relações sociais realizadas nos âmbitos espaço-temporais e também momento de efetivação do processo de valorização ou realização do capital, além de

ser momento da concretização do Estado como produtor de um território de dominação que torna o espaço estratégico.

2.2 O ESPAÇO

As primeiras definições de espaço advêm da Geografia, por isso, é preciso realizar um resgate histórico-temporal das diversas correntes geográficas ao longo do tempo, buscando as definições seminais essenciais para a construção do conceito de espaço, implicando também em breve resgate das diferentes fases da geografia (CORRÊA, 2012). Os Estudos Organizacionais resgataram os conceitos de espaço e território objetivando articular as relações sociais que acontecem nestes espaços, pois, a cidade envolve as práticas sociais (MISOCZKY et al. 2012; NATT; VISSOCI, 2014).

Lacerda, Carvalho e Vieira (2016) sustentam que a discussão sobre o espaço não é temática muito comum nos Estudos Organizacionais, entretanto, as perspectivas de uma administração mais crítica e reflexiva consentem o alcance de espaços não considerados por uma administração mais técnica e positivista, assim sendo, é possível uma administração na esfera pública e social, que contemple as diversas formas de organizar, chegando inclusive até a produção dos espaços da cidade, como no presente estudo.

A geografia transformou o espaço – nos primórdios identificado como superfície terrestre – em seu campo, este então tornou-se seu objeto de estudo a partir da prática dos homens e de sua divisão, a relação do homem com a natureza foi central por certo período quando havia contradição entre a “Geografia Física” relacionada aos estudos como geologia e meteorologia e a “Geografia Humana” preocupada com o caráter social e histórico do mundo; posteriormente, a disciplina dividiu-se em diversas outras “geografias” e esta fragmentação revelou alguns problemas em relação à dimensão material do espaço (CARLOS, 2015a).

A chamada geografia tradicional (1870-1950) privilegiou conceitos de paisagem e região, sendo a abordagem espacial relacionada à localização das atividades dos homens e aos fluxos; o espaço não era um conceito chave para esta abordagem da geografia, porém este conceito já estava presente na obra de dois geógrafos deste período: Ratzel e Hartshorne (CORRÊA, 2012).

De acordo com Corrêa (2012), Ratzel (1884) desenvolveu os conceitos de território e espaço vital, para ele, o território está vinculado à apropriação de uma porção do espaço por um grupo, com estreita relação de equilíbrio entre a população e os recursos, sendo mediada pela capacidade técnica; já Hartshorne (1959) admitiu a importância fundamental do conceito de

espaço para a geografia, sendo tarefa dos geógrafos descrever e analisar a interação e integração de fenômenos em termos de espaço.

O autor acrescenta ainda que durante este período cabia à geografia estudar os fenômenos organizados espacialmente enquanto à história caberia estudar os fenômenos segundo a dimensão temporal. Por outro lado, Santos (2015) argumenta que a escola tradicional ao se vincular ao conceito de região falha justamente quando emprega o rótulo de geografia regional para estudos inclinados a desvendar as dinâmicas pertinentes a determinado domínio ou “recorte” espacial.

A partir da década de 1950, tem início a chamada geografia teórico-quantitativa, cuja base está no positivismo lógico, neste período, geografia passou a ser considerada uma ciência social, ademais, o espaço aparece pela primeira vez como conceito chave na disciplina (CORRÊA, 2012). Segundo Corrêa (2012), os esquemas centro-periferia derivam desta concepção, além disso, o autor acrescenta que a visão de espaço apresentada por esta corrente é uma visão limitada, pois, privilegiava-se a distância vista como variável independente e negligenciava-se os agentes sociais, o tempo e as transformações que eram colocadas num plano secundário.

Na década de 1970 teve início a chamada geografia crítica, embasada no materialismo histórico e na dialética, Corrêa (2012) considera esta abordagem como uma revolução que buscou romper tanto com a geografia tradicional quanto com a teórico-quantitativa provocando intensos debates entre geógrafos marxistas e não marxistas; os geógrafos críticos trouxeram a preocupação com as categorias de análise do espaço, reafirmando a centralidade deste conceito para a geografia. Emergiu também a necessidade de conectar espaço e tempo; a partir destas surgiram também olhares sobre as relações de produção e reprodução do espaço.

Além deste aspecto, a Geografia crítica rompeu com a escala crítica da geografia regional tradicional, permitindo maior autonomia escalar para as diferentes formas de uso deste conceito, ampliando-se as escalas geográficas, o conceito de região foi politizado, institucionalizado e instrumentalizado neste período (SANTOS, 2015).

O período em que se estabeleceu a geografia crítica foi também um momento de pensamento crítico e radical no Brasil onde houve mudanças profundas e para a geografia foi preciso buscar uma construção teórica, Carlos (2015a, p.22) esclarece que “o pensamento geográfico não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo; um movimento sempre em constituição, acompanhando o da própria realidade”. O processo de reelaboração da geografia no Brasil aconteceu tendo como centro o conceito de espaço geográfico (SAQUET, 2015;

VOLOCHKO, 2015), por isso, é preciso resgatar parte da obra de Henri Lefébvre, autor de *Le droit à la ville* (1998); *Espace et politique* (1973); *La production de l'espace* (1974).⁵

Nas obras *Espaço e Política* (2006) e também em *A Produção do espaço* (2008), Lefébvre apresenta três diferentes maneiras de produzir o espaço: os espaços de representação são os espaços vivenciados (*espace vécu*) no sentido de ser o espaço dominado em uma sociedade, nele estão os usuários da cidade, como seus moradores, os espaços vividos incluem aspectos como imagens, memórias, desejos e sonhos. Já o chamado espaço concebido (*espace conçu*) é o espaço dominante no modo de produção de cada sociedade compreende aspectos de ideologia e de conhecimento, suas representações são elaboradas a partir de um sistema lógico e compreensivo de signos e códigos verbais oficiais, apesar de sua ordem pretender-se neutra - devido ao seu caráter técnico e científico- de fato este espaço sempre favorece à algum ator. Já o espaço percebido (*espace perçu*) compreende a prática espacial, ou seja, as ações e discursos empiricamente observáveis, também a produção e reprodução do espaço que por sua vez também inclui a produção e a reprodução da sociedade.

O modo de produção capitalista relaciona-se com o desenvolvimento do ambiente, por isso a importância em compreender-se historicamente o espaço e suas características, além de sua relação com o capital, temática abordada nos estudos de *Lefébvre* que associou a produção e o consumo do espaço à acumulação do capital (CARLOS, 2015a). Ainda, há que compreender-se as relações sociais na dimensão espacial, ou seja, a espacialidade sendo imanente à constituição da sociedade, isto é, para que haja sociedade ela precisa ser produzida num espaço determinado, como condição de sua existência, desta maneira a sociedade produz seu próprio espaço e está permeado de especificidades e dimensões históricas e temporais (CARLOS, 2015c).

Para Lefébvre (2006) a produção do espaço acontece a partir do modo de produção da sociedade pois é o modo de produção que organiza e produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais – seu espaço e seu tempo, realizando-se desta forma. O espaço (social) é um produto (social), assim, o espaço produzido desta maneira, pode ser considerado tanto instrumento ao pensamento quanto à ação, sendo concomitantemente, meio de produção e forma de controle, o que ocorre devido ao poder de posse (SOUZA, 2012; LEFÉBVRE, 2006).

Nesta mesma linha, Carlos (2011) argumenta que a sociedade é produzida em determinado espaço como condição de sua existência e esta ação produz como consequência um espaço que lhe é próprio, desta forma, este adquire uma dimensão histórica com

⁵ Direito à Cidade; Espaço e política; A produção do espaço.

características específicas, ao longo do tempo, em diversas escalas – quer seja local ou global; deste modo, a prática social de reprodução da sociedade que acontece por meio da produção ou da reprodução do espaço revela uma prática social realizada espacialmente, ou seja, revela a importância da relação dialética entre a sociedade e o espaço (CARLOS, 2011).

Neste sentido, a perspectiva iluminada por Carlos (2011) propõe um caminho que analise a totalidade do processo de reprodução social como constituição de uma espacialidade específica, desta forma, a produção do espaço agrega um conteúdo social que se constitui historicamente.

No capitalismo, a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda a sociedade), incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do capital – o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à relação da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria (CARLOS, 2011 p. 60).

Para Lefébvre (2008) “a ciência do espaço devia, pois, coroar e conter, ao mesmo tempo, o pensamento urbanístico”, porém os estudos da época eram limitados às propriedades formais do espaço considerando-o apenas veículo de bens materiais ou de informações, além de por vezes negligenciar seu caráter político. Este autor aponta a ligação entre o cotidiano e o urbano, presentes na teoria do espaço social, que por sua vez é gerado através desses – sendo o inverso também verdadeiro; o autor esclarece que a problemática do espaço vivido é importante para que seja conhecida a realidade urbana e ainda de forma mais ampla, a compreensão da sociedade global.

Sob o mesmo ponto de vista, para Carlos (2015c) a reprodução da sociedade acontece através da produção e da reprodução do espaço, sendo que esta se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço, havendo, portanto, um tempo determinado ou ainda um momento histórico definido, esse raciocínio considera então que a reprodução do espaço compreende aspecto fundamental da reprodução contínua da vida.

Porém, é preciso considerar que o fenômeno humano é dinâmico, transformando o espaço habitado de forma qualitativa e quantitativa, sendo o espaço então resultado da ação dos seres humanos, utilizando-se para tal de objetos naturais e artificiais, assim, a história é sem fim, sendo constantemente refeita, modificada (SILVA, 1991). Dessa forma, o espaço não é somente um instrumento político, é campo de ações humanas e, portanto, local de produção e reprodução de relações sociais de produção, os estudos de Lefébvre (2008) representaram um

grande avanço para os geógrafos pois, a partir de então, foi possível entender a formação socioespacial partindo de conceitos como paisagem, região, espaço, organização do espaço, lugar e território. Do mesmo modo, Moreira (2007) afirma que nenhuma sociedade pode existir fora de um espaço e um tempo; também o modo de produção da sociedade é o modo de produção de seu espaço.

De acordo com Carlos (2011), o espaço pode ser ocupado para que aconteçam os interesses da produção, por meio da apropriação privada e também pode ser ocupado pelos humanos como sendo condição, meio e produto de sua vida social. A contradição entre o espaço e a forma como este pode ser produzido se encontra justamente nos interesses – por vezes, opostos – da reprodução do espaço, além disso:

[...] o sentido da noção de produção revela um processo real, amplo e profundo como um conjunto de relações, modelos de comportamento e sistema de valores, formalizando e fixando as relações entre os membros da sociedade, e, nesse processo, produzindo um espaço em sua dimensão prática. Aqui os sujeitos entram em conflito em torno da reprodução no conjunto da sociedade, na cidade (CARLOS, 2011, p.65)

É importante ressaltar a multiplicidade do espaço e, sendo este produto das relações sociais, tem o caráter de transformação constante, ou seja, está sempre sendo feito; o espaço construído socialmente passa a ser chamado de lugar a partir do momento que é compreendido pelo indivíduo e passa a ter valor para ele (SOUZA; SARAIVA; COLARES, 2015). O espaço guarda em seu interior a própria dialética da natureza, ou ainda a relação natural e social que se relacionam de forma imperceptível e interminável (SILVA, 1991).

Ao longo dos anos, diversas modificações no modo de produção capitalista culminaram num novo espaço, consumido e produzido por um capital em mutação; o espaço tem novas características e a urbanização modificou-se, atualmente, destaca-se a existência de grandes metrópoles pelo globo cujas características são similares: dispersas e marcadas pela segregação (BOTELHO, 2012).

Dessa maneira, é necessário ressaltar o exposto por Corrêa (2013) que pontua os papéis passíveis a serem desempenhados por diferentes agentes sociais utilizando-se de diversas estratégias e práticas espaciais, sendo que a terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de indústrias, do Estado e outros agentes, apesar disso, é dada atenção especial ao Estado pois este desempenha diversos papéis com diferentes pesos tanto no tempo quanto no espaço. Para Corrêa (2014) para que o espaço seja produzido diversos atores inseridos neste processo, quer seja em maior ou menor intensidade, como exemplo destes, é

possível elencar: bancos, companhias de seguro, empreiteiras, empresas ferroviárias, fábricas, firmas comerciais, firmas de serviços, proprietários e investidores privados, grupos sociais excluídos, ordens religiosas, entre outros. A análise do espaço é indispensável para a compreensão do mundo contemporâneo, pois, a partir da materialidade do espaço, é possível buscar os conteúdos mais profundos da realidade social em direção à descoberta dos sujeitos e de suas obras (CARLOS, 2015c).

A organização do espaço é essencial para que seja compreendido o processo de dominação e de luta, pois, a ordem capitalista produz uma subjetividade própria que determina constrangimentos a nível espacial, ademais, a formação do território é cenário, instrumento e resultado da contínua luta de dominação e insubmissão, em que há ligação à subjetividade coletiva e individual, no sentido mais amplo possível, incluindo também todas as funções do Estado e sua íntima relação com estas problemáticas – tanto do espaço quanto do território (GUATTARI, 1985).

Outrossim, Corrêa (2013) aponta os agentes sociais – proprietários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos– como sendo responsáveis pela produção do espaço e parte do contexto tempo-espacial capitalista; são estes agentes que materializam os processos sociais como ambiente construído, assim, processos sociais e agentes sociais são inseparáveis e também partes essenciais da sociedade e de seu movimento. Além disso, Harvey (2005) pontua que todos os agentes econômicos, quer sejam indivíduos, organizações ou instituições tomam decisões acerca da circulação do capital ou sobre a circulação de sua força de trabalho, no contexto marcado pela grande tensão em que busca-se maior remuneração.

Também é preciso considerar a relação dialética apontada por Carlos (2011) existente entre a sociedade e o espaço, um se realizando no outro e através do outro, sendo imprescindível que o espaço seja considerado também a partir de seu conteúdo social e histórico. O conceito de produção do espaço é similar à ideia do solo – especialmente o urbano – como algo finito, não passível de ser reproduzido, absoluto e mesmo a propriedade do solo, ao ser compreendida como título negociável de um espaço construído e reconstruído torna-se dialética, pois há um espaço-mercadoria que é valorizado de acordo com o processo socioespacial e conseqüentemente, a propriedade do solo pode ser vista como pilar das desigualdades (VOLOCHKO, 2015).

Para que haja a circulação do capital uma das relações necessárias é a de compra e venda da força de trabalho como mercadoria, isto leva à separação entre compradores e vendedores, havendo uma relação de classe entre eles, inclusive, para que haja a produção de mercadorias e também a reprodução social, a relação de classe existente entre capital e trabalho pode ser

apontada como a relação social mais importante da sociedade burguesa (HARVEY, 2005). O autor acrescenta ainda que a relação de classes significa a oposição, o antagonismo e também a luta, podendo existir diversas outras fontes de tensão de conflito e de luta, estas lutas influenciam todos os aspectos da vida burguesa.

Para Harvey (2005) havia a necessidade de elaboração de uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, que pudesse explicar entre outras coisas, a importância e a evolução das funções do Estado, do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, das formas de urbanização, entre outros. Segundo ele, só então seria possível compreender como as configurações territoriais e as alianças de classe são formadas e reformadas, de que forma os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar, também quais os limites externos à autonomia interna do Estado ou ainda como o poder do próprio Estado pode tornar-se uma barreira para a acumulação livre de capital ou um centro estratégico onde acontecem as lutas de classe.

A condição do capitalismo que mais chama a atenção de Harvey (2005), é aquela em que excedentes inaproveitados de capital e da força de trabalho coexistem. Para o autor, esta é a condição de crise em que o capitalismo mergulha periódica e inevitavelmente, posto que sua dinâmica tecnológica solapa sua capacidade de sustentar o crescimento, ocasionando a desvalorização tanto do capital quanto da força de trabalho.

A consequência só pode ser a instabilidade crônica em relação às configurações regionais e espaciais; dentro da geografia da acumulação, uma tensão entre as estruturas espaciais imobilizadas necessárias para tal propósito. A instabilidade, saliente, é algo que intervencionismo estatal algum pode sanar (de fato, na ausência de políticas públicas aparentemente racionais, o intervencionismo tem o hábito de gerar todo o tipo de consequência involuntária). O desenvolvimento capitalista deve buscar uma solução de continuidade entre a preservação dos valores dos compromissos passados (assumidos em um espaço e tempo específicos) ou a sua desvalorização, para abrir espaço novo para a acumulação. Continuamente, portanto, o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico de tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e reformação incessantes das paisagens geográficas [...] (HARVEY, 2005 p. 150).

O espaço volta-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo, sendo possível afirmar que este é meio e modo ao mesmo tempo é também uma forma de organização do consumo na sociedade; as cidades seriam então unidades de consumo correlatas às grandes unidades de produção, desta forma, o espaço “não seria uma representação inocente, mas

veicularia as normas e os valores da sociedade burguesa” além disso, o espaço urbano vinculasse à produção, tendo a cidade também a função de consumo complementar à função das relações de produção (LEFÉBVRE, 2008).

Apesar de a influência do capital na produção e reprodução do espaço ser a visão hegemônica nas ciências, Milton Santos (1999) trouxe à tona o papel dos excluídos na criação do espaço, o autor trouxe a importância daqueles desconsiderados por tantos outros estudiosos, em seus estudos, o autor ressalta que os excluídos participam do processo estético das cidades, fazem parte dos contrastes típicos do espaço urbano além de revelar a verdadeira essência da cidade, composta por áreas de disparidade e também de convívio (SANTOS, 1999).

Lefévre (2008) afirma que as contradições do espaço são consequência de seu conteúdo prático e social, e, mais especificamente do conteúdo capitalista, pois, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional, quando, na prática é comercializado, parcelado e vendido. Santos (1999) afirma que o espaço é sistema de objetos e de ações, ou seja, é um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, porém que interagem e não podem ser vistos de forma isolada. Já Silva (2016) afirma que a segregação espacial foi intensificada e resultou no esvaziamento do espaço público, quer seja por medo da violência ou do não pertencimento.

Para uma compreensão mais aprofundada acerca do espaço urbano e a maneira que ele é produzido, a próxima seção versará sobre o espaço urbano, sua produção e reprodução.

2.2.1 A produção do espaço urbano

Historicamente, o espaço passou a ser consumido de maneiras distintas, visto que além de ter seu consumo ligado a mais valia, também pode originar outro espaço, desempenhar papel ou função decisiva no estabelecimento de um sistema, considerando sua função, seu caráter relacionado à prática social, sendo este produto da sociedade e também sua característica de instrumento político, sendo ao mesmo tempo funcional e instrumental, ligado à reprodução da força de trabalho e ao consumo (LEFÉBVRE, 2008).

A partir da expansão urbana e da propriedade privada, o acesso à propriedade passou a definir o lugar dos habitantes da cidade ou a impossibilidade de viver nela; o papel do Estado – quer seja na expansão de infraestrutura ou na definição da propriedade da terra como bem hipotecável – foi essencial (ALVAREZ, 2015). Sendo assim, o espaço como momento fundamental do processo de reprodução do capital ilumina ainda mais a importância da produção deste, convertido em setor econômico de extrema importância ao capitalismo, sendo

ao mesmo tempo capaz de enfraquecer as crises de acumulação e produtor de um novo urbano (ALVAREZ, 2015).

A realidade urbana atual é bastante complexa, compreende desde a dispersão das cidades como o advento de subúrbios e de metrópoles que levam à diversas tentativas de modelos e projetos urbanos que consideram a reestruturação produtiva do capitalismo, das relações intraurbanas e as articulações entre o mercado imobiliário com a esfera financeira (MARICATO, 2011).

O espaço da cidade capitalista é constituído pelo conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, a forma de utilização do espaço é denominada por Corrêa (1989) como organização espacial da cidade, ou como espaço urbano. Assim, pode-se considerar o espaço urbano dividido e ao mesmo tempo planejado, em que cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que a intensidade dessas relações varie e manifestem-se de maneira distinta (CORRÊA, 1989). O autor ainda acrescenta que o espaço urbano tem como característica ser profundamente desigual representando um reflexo social – porque a sociedade possui a sua dinâmica – o espaço urbano é mutável, de maneira complexa e com ritmos e natureza diferenciados. Em suma, é possível caracterizar o espaço urbano como sendo fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e também campo de lutas, tal qual a própria sociedade (CORRÊA, 1989).

Ademais, o espaço urbano também tem como característica a possibilidade de reunir o espontâneo e o artificial, a natureza e também a cultura oriunda da sociedade capitalista (QUADROS, 2011). Para Guattari (1985) a cidade capitalista surge quando os equipamentos coletivos deixam de ser subconjuntos da circunscrição urbana para uma nova situação em que a cidade é resultado da intersecção destes equipamentos abarcando, inclusive a subjetividade e a nova configuração dos espaços, em que pode não haver existência de circunscrições ou delimitações (étnicas ou religiosas).

Ademais, a produção do espaço urbano precisa ser pensada em suas diversas dimensões, por isso a importância de pensar o conceito de reprodução social do espaço urbano em que o homem está no centro da discussão, na condição de sujeito e a reprodução do espaço recria as condições para que o capital seja também reproduzido, já enquanto produto social é histórico e concomitantemente, realidade presente e imediata, marcada no cotidiano social (CARLOS, 2011).

O processo de urbanização é também de transformação da renda do solo, de seu valor, acarretando modificações no valor dos imóveis e também no valor do espaço urbano como consequências do trabalho social e a partir da constituição de um mercado imobiliário urbano

que por sua vez especula utilizando-se da valorização do espaço para elevação dos preços que tangem desde o solo até as propriedades construídas (VOLOCHKO, 2015). A urbanização pode revelar no plano do espaço as estratégias de reprodução deste, do capital e também da vida na cidade, dessa maneira, a complexidade do espaço urbano revela a existência de novos processos e também sujeitos sociais que surgem na dinâmica da reprodução espacial (MIELE, 2015).

Ao abordar os agentes produtores do espaço urbano, refere-se aos proprietários dos meios de produção, aos proprietários fundiários, também aos promotores imobiliários e ao Estado, os agentes produtores do espaço urbano privado buscam a acumulação do capital através de sua territorialização, a terra se apresenta como mercadoria e por sua vez está conectada ao processo de especulação cujo objetivo é a renda (BORGES; SELA, 2013) já Harvey (2011), seguindo este mesmo raciocínio aponta que os agentes econômicos – indivíduos, organizações e instituições – decidem acerca da circulação do capital ou da distribuição de sua força de trabalho, seguindo a dinâmica capitalista.

Outro aspecto levantado por Harvey (2011) diz respeito às alianças que se estabelecem entre os agentes produtores do espaço, porém, é preciso esclarecer que o Estado possui mais poderes do que os demais agentes em diversos aspectos como por sua autoridade, também por sua capacidade de dar forma e coesão às alianças regionais, por sua capacidade de impor fronteiras relativamente seguras sobre limites geográficos instáveis, e, por fim, por sua capacidade de tributar e controlar tanto a política fiscal quanto a monetária, cabendo ao Estado ao estado a possibilidade de estimular e sustentar a coerência regional estruturada relacionada tanto à produção quanto ao consumo, outro aspecto relevante é que o Estado pode empreender os investimentos em infraestrutura e como resultado, torna-se chave nas alianças, que aliás, tendem a ser instáveis.

Além de tudo, a produção do espaço está diretamente relacionada à reprodução da vida em que o uso, a apropriação e as lutas por ele dimensionam sua importância, por isso, foi esclarecido o papel diferenciado do Estado diante dos demais atores responsáveis pela produção e reprodução do espaço, por este ser o responsável por regulamentar as alianças entre os setores fundiário, imobiliário e financeiro, também por definir projetos urbanísticos que envolvem renovação e/ou reestruturação urbana, ou ainda é ator que pode utilizar-se de violência para definir o lugar que cabe a cada um na cidade (ALVAREZ, 2015). Nessa direção tem-se a contradição existente desde que a produção espacial foi considerada - a produção social e a apropriação privada – o que separa a produção de um espaço orientada por necessidades econômicas e políticas (alianças) da reprodução do espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução da vida social (CARLOS, 2015a).

Ao iluminar como consequência a reprodução do espaço, sua produção aponta a demanda pela compreensão do movimento em direção à realização da sociedade, o que implica numa linearidade e também na simultaneidade dos processos por isso, Carlos (2015a) aponta a relação dialética entre o tempo cíclico e o tempo linear; entre a continuidade e a descontinuidade; a ruptura e a crise; por isso, é importante pensar a reprodução da sociedade (orientada pela reprodução capitalista) tanto em suas possibilidades quanto em seus limites.

A produção capitalista só se realiza produzindo um novo espaço, sob pressão das novas exigências da acumulação e mediante as lógicas e estratégias mundiais, na produção desse espaço operam agentes e interesses aliados em diferentes campos políticos e arranjos territoriais para cada caso (SANCHEZ, 2001). Vasconcelos (2016) resgata os estudos de diversos autores acerca dos agentes e atores responsáveis pela produção do espaço urbano, dentre estes estudos, aponta o livro *Trajetórias Geográficas* de Corrêa –publicado em 1997- neste, o autor aponta como agentes sociais: 1- o Estado; 2- empresas; 3- instituições e 4- os grupos sociais.

Vasconcelos (2016) além de resgatar os estudos de diversos autores e pontuar quais são os diversos agentes e atores responsáveis pela produção do espaço urbano, sugere uma lista de possíveis agentes sociais para serem considerados pela geografia urbana, segundo ele, é preciso examinar as diversas possibilidades de ação dos agentes sociais no espaço urbano, tendo em vista diferentes estratégias e práticas espaciais seguindo interesses convergentes ou contraditórios, o autor então propõe uma lista de agentes que, segundo ele poderá ser ampliada, dentre os diversos agentes, cita: indivíduos, grupos, famílias ou movimentos sociais; empresa, associações e outras instituições coletivas; agentes privados ou públicos; agentes legais ou ilegais; agentes hegemônicos; agentes visíveis ou invisíveis; agentes móveis ou imóveis; agentes centrais ou periféricos; estáveis ou efêmeros; articulados ou desarticulados; sociais, culturais, econômicos, políticos; agentes religiosos ou seculares; agentes atuais ou pretéritos – a lista do autor tem 20 itens, nos quais há mais de um agente social, e, segundo ele, esta listagem não é capaz de encerrar o assunto.

Corrêa (2013) trata da atuação do Estado na organização espacial da cidade, este dispõe de diversos instrumentos que podem ser empregados em relação ao espaço urbano, quais sejam: o direito de desapropriação e precedência na compra de terras; a regulamentação do uso do solo; o controle e limitação dos preços das terras; a limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; os impostos fundiários e imobiliários que variam de acordo com a dimensão do imóvel, o uso da terra e sua localização; a taxação de terrenos livres, que pode levar a uma utilização mais completa desse espaço; a mobilização de reservas fundiárias públicas, que afetam o preço da terra e orientam a ocupação do espaço; o investimento público

na produção do espaço, por meio de diversas obras; organização de mecanismos de crédito à habitação e realização de pesquisas, operações-teste de materiais e procedimentos de construção, controle da produção e do mercado destes materiais (CORRÊA, 1989).

Complementando este ponto de vista, Botelho (2012) aponta o Estado como também sendo responsável pela formação de um espaço urbano segregado porque sem sua intervenção o mercado privado tende a não funcionar, corroborando então com a ideia supracitada em que o Estado é considerado ator fundamental para a existência e manutenção do espaço urbano contemporâneo. Em contrapartida, Harvey (2011) alerta sobre a relação direta entre Estado e finanças tem sido condição necessária para a canalização dos excedentes em urbanização e processos de infraestrutura, tendo este investimento excessivo se tornado um gatilho para a formação de crises, por isso, a produção de espaços e lugares absorveu grandes quantidades de excedente de capital criando novas paisagens e novas geografias e dentro destas, o capital circula de maneira bastante contraditória (HARVEY, 2011).

Silva (2016) afirma que há uma interligação entre os interesses econômicos e políticos, a partir do financiamento de campanhas eleitorais e o favorecimento na realização de empreendimentos de grande impacto nas cidades, o que aponta o desrespeito aos princípios da administração pública, afinal, seus instrumentos podem ser questionados quanto à legitimidade, pois, a participação da população é negligenciada, impedida de participar das tomadas de decisões.

A extensão do capitalismo tomou o espaço e fez dele sua condição de produção, à princípio, como recurso, posteriormente como força produtiva e por fim como mercadoria passível de ser reproduzida através do setor imobiliário; o movimento em direção à reprodução deste aponta o espaço urbano em que os planos da realidade quer sejam econômicos, políticos ou sociais, se justapõem assim como as escalas desde o local até o mundial, esclarecendo os sujeitos produtores do espaço e a forma de constituição deste (CARLOS, 2015b).

O homem constituiu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas ou refeitas as formas e também interações espaciais, são estas práticas que impactam diretamente sobre o espaço, quer seja alterando-o no todo, ou em parte, pois:

No processo de organização de seu espaço, o homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade de matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas. (CORRÊA, 2012, p.36)

O espaço torna-se mercadoria, havendo uma contradição entre o valor de troca e o valor de uso, sendo preciso compreender os novos conteúdos de sua produção e também como os novos sujeitos agem sem sua produção, desta forma, a dimensão espacial do mundo é iluminada e as noções tanto de espaço quanto de território permanecem orientando reflexões de estudos diante das mudanças do mundo contemporâneo sendo importante entender o espaço e sua produção para que seja possível a compreensão do mundo moderno, que se reproduz como consequência do capitalismo e expande-se pelo globo, como uma estratégia para que perdue sua reprodução (CARLOS, 2011).

O processo de produção espacial também possui uma dimensão política, que interfere nas diferentes formas de controle sobre o espaço que por sua vez é dividido em unidades territoriais, controladas por grupos que se identificam devido a certa característica do espaço em questão, assim, o valor atribuído a dado lugar pode variar ao longo do tempo, por razões econômicas, de ordem política ou cultural podem alterar a sua importância, inclusive marginalizando-o e deixando-o à margem da rede de lugares a que pertencia (CORRÊA, 2012).

Além disso, Souza (2011) marca que não raro os atores que planejam intervenções no espaço negligenciam tanto as relações quanto as práticas sociais, planejando somente a organização espacial, porém desconsiderando os seres humanos concretos e suas expectativas. Para o autor, o Estado age de forma a privilegiar um olhar sobre as cidades e seus espaços “do alto” e de “longe”.

As cidades brasileiras carregam uma herança pesada, em que perduram características de desigualdade que se somam a um Estado patrimonialista, há uma força de trabalho segregada e excluída da cidade legal onde o mercado e a especulação imobiliária são responsáveis pelo manejo dos investimentos (MARICATO, 2013). As práticas de medos e de ameaças dão suporte à separação socioeconômica entre os ricos e os pobres nas cidades, intensificando ainda mais a segregação (SILVA, 2016).

Por conseguinte, Steinberger (2013) ilumina a necessidade de as políticas públicas terem bases territoriais, pois, explícita ou implicitamente, o território está presente nas políticas públicas quer sejam econômicas, sociais, setoriais ou espaciais; além disso, a autora acrescenta que no modelo de governo brasileiro, não é possível separar Estado, políticas públicas e território.

Com a criação do Ministério das Cidades (2003), houve uma tentativa de reorganização da área de política urbana e da política habitacional em âmbito nacional, em que marcos regulatórios foram produzidos à luz do Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001- uma das consequências destes marcos foi a realização da Conferência das Cidades – 2003, 2005, 2007,

2009, 2011 e 2013 – o que caracterizou uma forma democrática de gestão das cidades, pois, diferentes segmentos da sociedade brasileira tiveram acesso ao debate e também à formulação dos princípios norteadores da nova política urbana e habitacional do país, fazendo parte efetivamente de todas as etapas da construção dos Planos Diretores (COELHO, 2012).

A produção do espaço urbano está inserida no processo de organização espacial e alia-se à regulamentação de seu uso que pode se dar por meio do desenvolvimento urbano ou ainda pela transformação do espaço (QUADROS, 2011). É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos e que possuem estratégias e práticas espaciais próprias, inclusive há contradições e a possibilidade de geração de conflitos entre si e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2014).

Segundo Corrêa (2014) os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e na espacialidade de cada formação socioespacial capitalista, refletindo necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos nos quais os agentes materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, quer seja a rede urbana ou o espaço intraurbano, sendo inseparáveis e elementos fundamentais da sociedade e sua dinâmica.

A produção do espaço urbano considerada movimento de acumulação apresenta dois momentos distintos, inicialmente, o espaço *produzido* se torna mercadoria pois a propriedade privada no solo urbano está aliada à necessidade de habitação e de construção da cidade; o segundo é o momento de sua *reprodução* neste, sem desconsiderar o primeiro momento, o capital se realiza no movimento de transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro redefinindo o sentido do espaço que por sua vez assume também a condição de matéria-prima da valorização do capital; tem-se então o espaço enquanto mercadoria (CARLOS, 2015b).

Para Lefébvre (2008) o espaço é produzido da forma como o homem o percebe, ou, o experimenta, também da forma que este o concebe, no sentido de refletir a respeito e, da forma que o homem vive este espaço, ou seja, suas ações, sua forma de agir e de relacionar-se com o espaço.

Porém, Carlos (2015b) enfatiza o aspecto econômico/determinista desta (re)produção, afirmando que através da ação do Estado, este pode valorizar ou desvalorizar lugares e expulsar ou atrair habitantes, as estratégias adotadas asseguram a reprodução das relações espaciais e através destas, os interesses privados se realizam a partir do espaço como local de reprodução econômica.

A maior parte dos agentes produtores do espaço prioriza a acumulação do capital por meio da territorialização em que a terra torna-se a mercadoria que vincula-se a um processo de especulação visando a maior renda, em contrapartida, o Estado pode atuar diretamente como grande industrial e consumidor do espaço, mas, sem deixar de ser responsável pela regulação do uso do solo; também pode atuar ao disponibilizar equipamentos e serviços públicos, porém, o problema maior acontece quando há relação direta do Estado com o arranjo do espaço urbano em favor do capital, ou ainda quando se estabelecem relações clientelistas que se configuram desde acordos para liberação de recursos até o objetivo de lucro a partir da valorização do espaço urbano e com valorização resultante das obras públicas (BORGES; SELA, 2013).

Neste contexto, pode-se compreender que a sociedade brasileira tem produzido, desde sempre, um espaço edificado marcadamente excludente, em que ocorre o afastamento do espaço desvalorizado da rua, isso acontece porque o ambiente produzido continua sendo de exclusão – à sombra da herança cultural da casa-grande- a cidade reproduz um ambiente centrado no espaço privado, assinalando seu caráter de segregação (LEITÃO, 2005). Paralelamente, a diversidade de leituras da cidade corresponde além das diferentes maneiras de representação, também a existência de diferentes realidades sociais no espaço, entretanto, a cidade nunca está totalmente aprisionada pelo Estado, há sempre espaço para possíveis ações (SANCHEZ, 2001).

Sanchez (2001) ainda acrescenta que os processos que constituem sujeitos coletivos expressam maneiras de viver e também a reapropriação das cidades, assim, os sujeitos sociais a partir de diversos modos de participação enxergam a cidade de maneira diferente, usando o território de maneira distinta, pois reformulam o modo de representação do espaço – esta pode (efetivamente) estar conectada a uma ação política.

A produção e reprodução do espaço apontam para novos conteúdos da urbanização os quais Carlos (2015b) pontua:

- a) Desconcentração do setor produtivo e a acentuação da centralização do capital na metrópole;
- b) Mudança das atividades do setor de serviços em que predominam o financeiro e os serviços diferenciados;
- c) Há o aparecimento de novos setores econômicos como lazer e turismo acompanhando os negócios financeiros;
- d) A realização das políticas públicas privilegia determinados setores em determinadas áreas da cidade, provendo infraestrutura, alteração do uso e funções dos locais especialmente a partir de mudanças de zoneamento que por vezes, culminam na chamada requalificação de áreas;

Nesse contexto, por vezes as áreas são transformadas a partir de novos projetos que expulsa os residentes e implanta um padrão estético homogêneo, uma nova “ordem” se estabelece sob orientação do setor financeiro e pela ação de produtores imobiliários, reorganiza-se o processo de reprodução do espaço e suas parcelas são vendidas/compradas; o Estado então, age reforçando a hierarquia dos lugares, recriando um espaço de dominação, as contradições aprofundam-se a partir do processo de produção social do espaço e sua apropriação privada (CARLOS, 2015b).

Sanchez (2001) esclarece que os espaços renovados são vendidos como “seguros” ao contrário de áreas anteriormente tidas como “decadentes”, as representações excludentes reforçam os processos de gentrificação, pois, a súbita valorização destes espaços e o encarecimento da moradia acaba expulsando as populações mais pobres, este processo valoriza áreas da cidade e de segmentos sociais em detrimento de outros, excluídos socialmente. Além disso, Corrêa (2000) descreve o espaço urbano como sendo reflexo social da sociedade, sendo desigual e também é mutável, pois há ritmos e natureza diferenciados, sendo produzidos por agentes sociais que fazem e refazem a cidade, na qual os grupos sociais excluídos tem como possibilidade de moradia a periferia, onde os conjuntos habitacionais financiados pelo Estado estão localizados.

Seguindo este raciocínio, Marques e Bichir (2001) afirmam que as periferias durante as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela completa ausência do Estado, com exceção de empreendimentos habitacionais massificados implantados no fim dos anos de 1960. “No Brasil, assim como em tantos outros países de capitalismo tardio, a acumulação seria possível apenas através da manutenção de um vasto exército industrial de reserva que [...] representa um elemento indispensável em nosso padrão de acumulação” (MARQUES; BICHIR, 2001).

Tendo em vista as características de produção do espaço urbano brasileiro, faz-se necessário resgatar o espaço material e as configurações territoriais deste espaço, envolvendo tanto a dimensão política, quanto a cultural e econômica do território, Saquet (2009) aponta a necessidade de estudos acerca do território e da territorialidade humana, que reconheçam as características do processo de apropriação, dominação e produção do território bem como as relações de poder, identidades simbólico-culturais, as desigualdades, as diferenças, mudanças, permanências, redes de circulação, de comunicação e a natureza interior e exterior ao homem tanto biológica quanto socialmente.

Steinberger (2013) esclarece acerca dos pensadores que discutem o Estado na perspectiva brasileira, a clara a associação entre políticas públicas e território, apesar de cada um destes estudiosos adotar um fio condutor específico, privilegiando o contexto da formação

econômica, social, cultural e política; em essência, os pontos de vista são convergentes, pois concordam com a importância da condução do país tomar como problema central o passivo social de desigualdades existentes. Ademais, Santos (1999) acrescenta que o espaço e sua remodelação acontecem a partir da interação de objetos e de ações, constantemente interagindo com vários elementos, sendo a sociedade parte importante desta interação e, na atualidade, em que o espaço é global, o conflito mantém-se e, por vezes, se fortalece.

O território para Raffestin (1993) constrói-se a partir da apropriação do espaço de forma concreta ou abstrata, assim, é produto dos atores sociais, a partir da realidade inicial: o espaço. Diferenciar espaço e território é fundamental – não estão separados, um está no outro - além disso, é preciso considerar que “a produção do espaço envolve sempre, concomitantemente, a desterritorialização e a re-territorialização” assim sendo, é importante compreender estes conceitos e sua relação com os agentes que produzem o território, por isso, será necessário abordar estes aspectos (HAESBAERT, 2012). Em consonância com este pensamento, Saquet (2009) afirma que é fundamental reconhecer a impossibilidade de separar espaço e território, pois, o espaço é indispensável para a produção do território, por isso a necessidade de trabalhar ambos os conceitos.

Haesbaert (2012) ressaltou a necessidade de compreender os processos territoriais por meio de uma tríade, ou seja, um recurso analítico para que sejam apreendidas as distinções dentro de um *continuum* que se estende desde a territorialização, enraizada no territorialismo, até a desterritorialização mais extrema em que os indivíduos perdem seus laços com o território passando a viver em mobilidade e insegurança. Saquet (2015) expõe a importância do reconhecimento do movimento que acontece na sociedade, seu processo histórico, a relação espaço-tempo, daí a importância do entendimento que cada sociedade produz seu território de acordo com seu contexto.

O território, seus conceitos, características e os processos T-D-R serão explicados mais profundamente na seção seguinte.

2.3 TERRITÓRIO: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E PROCESSOS

A abordagem de Raffestin (1993) confirma a necessidade de entender o *espaço* como sendo anterior ao território, ou seja, o território é formado a partir do espaço, sendo resultado da ação de um ator (ou mais atores) que ao se apropriar do espaço, quer seja de maneira concreta

ou abstrata, está realizando a territorialização deste. O espaço é local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifestar a intenção de apoderar-se dele. Por outro lado, Souza (2012) complementa a afirmação de Raffestin (1993) em relação ao espaço ser anterior ao território:

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não é só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – *ao menos enquanto o homem também estiver presente*. Esta última restrição admite ser ilustrada por uma imagem que mostra bem que, se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território: pense-se no caso de uma cidade-fantasma [...] (SOUZA, 2012, p.97, grifo no original)

Haesbaert (2009) retoma a ideia de Harvey (1980) afirmando a necessidade de notar que o espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional, em si mesmo, porém pode se transformar em um e/ou outro, dependendo das circunstâncias; ainda, é preciso manter os três conceitos em tensão dialética além de considerar a constante interação entre estes, porque os seres humanos estão situados nas três estruturas concomitantemente, embora, não necessariamente da mesma maneira. Por isso, é fundamental reconhecer a diferença entre ambos e que estes não estão separados, um está no outro (HAESBAERT, 2015). Ao passo que Medeiros (2009) afirma que não é possível separar espaço e território, porque enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último é a condição para que o espaço se humanize.

Historicamente, segundo Saquet (2013), as ideias acerca do território já eram discutidas no século XV, período em que debatiam-se questões políticas, enquanto no século seguinte, a preocupação era com a expansão das doutrinas políticas que reforçassem a soberania dos Reinos/Estados. Para este mesmo autor, a definição de território e de espaço é uma questão epistemológica, ontológica e política, portanto, a diferenciação entre território e espaço no âmbito real é bastante tênue e dificulta as leituras e conceituações no nível do pensamento.

Apesar da crescente discussão sobre a temática territorial, a maior parte dos cientistas sociais tende a ignorar o trabalho realizado pelos geógrafos acerca do conceito de território, sendo que as ciências sociais redescobriram-no recentemente e por vezes, utilizam-se dele de maneira contraditória (HAESBAERT, 2007). Haesbaert (2004) argumenta que tanto o território

quanto a territorialidade tem sido trabalhados por diversas áreas tendo em vista que tratam da espacialidade humana, ressaltando que cada área tem seu enfoque centrado numa determinada perspectiva.

Para Haesbaert (2015) é imprescindível que ao estudar o território haja contextualização histórica, pois, quando há uma leitura integradora, é importante caracterizar as relações de domínio e apropriação através do espaço e também as modificações destas ao longo do tempo. Por isso, ao considerar o território através de uma perspectiva integradora, sendo esta conexão permeada por aspectos da natureza, de cunho político, cultural e também econômico, o território desempenharia um pouco o papel que cabia à região como sendo o grande conceito integrador da perspectiva da Geografia, apesar disso, o autor traz a possibilidade de serem admitidos diversos tipos de territórios que coexistiriam na contemporaneidade, e, dependendo da forma de controle e/ou de apropriação do espaço – meios políticos, econômicos e culturais – cada um detém uma dinâmica própria.

Nessa mesma linha, Saquet (2009) trata das dimensões sociais que abarcam economia, política, cultura e as relações destas esferas com a natureza exterior ao homem, esta abordagem é conhecida como E-P-C-N, por isso, tendo em vista a complexidade das relações sociais, existe a possibilidade de múltiplos arranjos sociais, e por isso, é preciso empenho para entender os territórios efetivados na vida em sociedade.

Um outro modo de considerar o território seria trabalhar com uma nova forma de construí-lo, se não “total”, de maneira articulada, ou integrada/conectada, num nível pessoal ou de grupo sendo preciso partilhar um espaço que em seu conjunto integre a vida econômica, política e cultural, somado a isso, o território tem dupla conotação (desde sua origem) material e simbólica (HAESBAERT, 2004). O território, pelo fato de carregar sempre uma dimensão simbólica ou cultural e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais – e da sociedade com a natureza (HAESBAERT, 2015).

Raffestin (1993) afirma que mesmo transitando por diversas organizações, quer grandes ou pequenas, há diversos atores produtores do território, em vista disso, todas as pessoas são atores sintagmáticos capazes de fazê-lo. Este autor enfatizou o caráter político do território – e foi o primeiro a fazê-lo, por isso seus estudos recebem destaque. Ao abordar a temática sobre território, o autor alega que a noção de limite territorial está implícita pois advém da relação que um grupo mantém com dada porção do espaço o que gera de imediato, a delimitação deste território. Isto posto, a vivência e a multidimensionalidade da sociedade em geral ocasionam a

territorialidade, ou seja, a partir destas e das relações e interação entre os atores sociais surge tanto o processo quanto o produto territorial.

De acordo com Saquet (2009), na formação histórica dos territórios, há redes locais de sujeitos, condições ambientais, relações entre sujeitos e o meio, assim, pode-se diferenciar ainda que minimamente o território do espaço a partir de três características principais do território:

- a) As relações de poder compreendidas de forma multidimensional, como campos de força econômicos, políticos e culturais com diversas combinações;
- b) A construção histórica e relacional de identidades;
- c) Os movimentos de: territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R)

O autor complementa ainda que essa diferenciação entre espaço e território é uma questão de método, assim, há outras formas de realizar esta diferenciação, Saquet (2009) complementa que “a diferenciação entre território e espaço, no real, é muito tênue e dificulta nossas leituras e conceituações no nível do pensamento”.

O homem age no espaço (natural e social) de seu habitat, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido, a paisagem é o nível visível e percebido deste processo [...] O território é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. O espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente, com destaque para as formas/edificações e para as formas da natureza. Há unidade entre natureza e sociedade (SAQUET, 2009, p.81).

Saquet (2013) retoma as reflexões de Gottmann (1975) sobre os significados do território, trazendo suas funções principais: servir de abrigo – como forma de segurança; servir como um trampolim para oportunidades; desta forma, o território assume significados diferentes para sociedades e/ou grupos sociais dominantes. O autor traz ainda as ideias de Ratzel e a concepção de posse do território e de manutenção desta posse ao longo do tempo, outro ponto abordado é a transformação da sociedade em Estado para que sejam garantidos os recursos originados do solo.

Por vezes, a palavra território evoca o termo “território nacional” e assim o remete ao Estado, o território é passível de ser compreendido à escala nacional e em associação com o Estado, porém, não precisa e nem deve ser reduzido a esta escala. Os territórios existem e são construídos e desconstruídos em diversas escalas temporais – séculos, décadas, anos, meses ou dias – e podem ter caráter permanente ou cíclico (SOUZA, 2012).

Souza (2009a) esclarece que, *a priori*, o poder esteve relacionado ao território, classificado como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder; porém ressalta a relevância de serem considerados aspectos culturais e econômicos em tal conceito. Raffestin (1993) estabelece que sendo o território produzido a partir do espaço, por envolver todas as relações que envolve, este se inscreve num campo de poder, porque o fato de produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, um controle.

O poder também pode corresponder à habilidade humana não apenas de agir, mas, de agir em conjunto, jamais sendo propriedade de um indivíduo, precisa ser legitimado por um grupo, e, só existirá enquanto o grupo se mantiver unido, pois, a partir do momento em que há uma ruptura neste grupo, o poder também desaparece (SOUZA, 2012). Este autor reconhece a importância da legitimação deste poder pelo grupo, inclusive porque a partir do momento em que o território é apropriado por um grupo social, são geradas raízes e identidades, impossibilitando que o grupo seja compreendido sem seu território devido ao laço sócio-cultural existente.

Haesbaert (2007) enfatiza as relações sociais enquanto relações de poder, então, enquanto um *continuum* num processo de dominação e/ou de apropriação, o território e a territorialidade precisam ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, sobretudo de poderes, sendo possível distinguir os territórios de acordo com aqueles que o constroem. Nesse sentido, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do mais material, das econômicas e políticas ao poder mais simbólico de relações de ordem cultural.

Para Souza (2009a) por ser uma projeção espacial de relações de poder, não se pode compreender nem investigar o território – tampouco sua origem e as causas de suas transformações – sem que seja considerado o aspecto material de seu espaço social, por isso, o autor retoma seus escritos de 1995 e explana que, para formular-se o conceito de território é preciso que:

1º) O espaço seja definido por e a partir das relações de poder espacialmente delimitadas e que operam sobre um substrato referencial;

2º) O território compreenda as relações sociais projetadas do espaço antes de compreender espaços concretos;

Outro aspecto relevante trazido pelo autor é a necessidade de se admitir que:

O território e o substrato material que lhe serve de suporte e referência, e inclusive de fator de condicionamento, por mais que não possam ser separados concretamente de modo simples (como se pudesse existir território sem

substrato) não são, só por isso, *sinônimos* (SOUZA, 2009a p.65, grifo no original).

Por outro lado, Haesbaert (2015) afirma que o território não deve ser visto simplesmente como um objeto em sua materialidade – evidência empírica, como era no início dos estudos a respeito – nem como um mero instrumento analítico ou conceito (*a priori*) elaborado pelo pesquisador, assim como não é simplesmente fruto de uma descoberta frente ao real, presente de forma inexorável na vida, não é invenção, tampouco parte da imaginação de indivíduos. Além disso, Souza (2009a) esclarece que alguns autores clássicos “coisificaram” o território, sendo assim, em diversos momentos utilizaram a palavra território como sinônimo de espaço geográfico; e por isso, o autor enfatiza que, sendo o território projeção espacial de relações de poder, não pode ser compreendido ou investigado sem que haja a consideração do aspecto material do espaço social.

Uma área geográfica controlada, ou seja, um território, é criado com o objetivo de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (SACK, 1986). O território, ao ser construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido em relações sócio-histórica, ou, relações de poder. As razões para conquistar ou defender um território podem envolver aspectos culturais e/ou econômicos, além de políticos, por isso é importante deixar claro que o processo de territorialização quando investigado de forma mais profunda, pode ser fruto de diversas razões e motivações (SOUZA, 2009a). Haesbaert (2015) corrobora com esta afirmação trazendo a necessidade de considerar esses aspectos e além deles, estabelece que o território só pode ser concebido por meio de uma perspectiva integradora, entre diferentes dimensões sociais e da natureza, por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão e não apenas fixação, “enraizamento” e estabilidade.

Haesbaert (2011, p. 76) sugere a necessidade de escolher:

Sobriariam então duas possibilidades: *ou* admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou a apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com uma dinâmica própria, *ou* trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total” pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural.

O território e a territorialidade são compreendidos por Saquet (2009) como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade pois o homem vive relações sociais e constitui o território a partir delas. Em vista disso, para Saquet (2009) a territorialidade

é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e/ou de grupos distintos. Já para Haesbaert (2007) a territorialidade incorpora uma dimensão mais política além de envolver relações econômicas e culturais, por isso, enquanto relação social, uma das principais características do território é sua historicidade.

Souza, Saraiva e Colares (2015) resgatam a afirmação de Raffestin (1993) que ao se apropriar do lugar, os sujeitos territorializam-no e, por conseguinte, é possível afirmar que o território se apoia no espaço, porém é mais do que o espaço. A territorialização seria, então, resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significando o movimento histórico e também relacional; é também multidimensional, podendo ser detalhada por meio de desigualdades ou diferenças, outrossim, envolve redes, poderes, territórios, apropriações, tempos, produções, territorialidades e atores, elementos e movimentos que estão continuamente e historicamente presentes nos processos T-D-R (SAQUET, 2009).

A territorialidade, por sua vez, está relacionada com a maneira de utilização da terra pelas pessoas, também como se organizam em dado espaço e como dão sentido ao lugar, a territorialidade humana precisa ser pensada como enraizada social e geograficamente (SACK, 1986). Ao basear seus estudos na vertente da geografia humana, Sack (1986) optou por discorrer sobre um grupo interrelacionado de características que pode ser usado quer seja para explicar ou para dar sentido ao comportamento humano, em sua concepção, a territorialidade irrompe em inúmeros contextos sociais, podendo ser usada em relações diárias e em organizações complexas, é um meio pelo qual relacionam-se tempo e espaço, sendo de grande valia para o entendimento das relações históricas que permeiam a sociedade, o espaço e o tempo. De acordo com Haesbaert (2011) tanto Sack (1986) quanto Raffestin (1993) propõem uma visão de territorialidade eminentemente humana, social – o que os diferencia da visão de território difundida pelos biólogos

Nesse mesmo sentido, Saquet (2009) acredita que para a compreensão sobre território e territorialidade é importante considerar o caráter histórico, relacional, multidimensional-híbrido tanto do território quanto da territorialidade, para este autor, o caráter material e imaterial do território e da territorialidade propõem uma abordagem capaz de reconhecer a unidade entre essas dimensões ou ainda entre as dimensões econômicas, políticas, culturais e da natureza. Além disto, é possível alegar que a territorialidade advém da consciência que os habitantes de certos territórios têm de sua participação na formação histórica dos territórios, essa percepção ocorre de forma subjetiva quando há consciência de integração, de pertencimento e de confraternização (ANDRADE, 2004). Haesbaert (2011) afirma ser necessário lembrar que mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar questões de ordem

simbólico-cultural. Além do que, as relações que tem lugar no território podem ser, inclusive, responsáveis por torna-lo território, sendo este local em que tem lugar relações de poder espacialmente delimitadas e que operam sobre substrato material, ou seja, local de interação entre homem e espaço (SOUZA, 2012).

Por conseguinte, a territorialidade precisa ser pensada por meio do entendimento das relações reais alocadas em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal (RAFFESTIN, 1993), associa-se a esta concepção o exposto por Saquet (2009), que firma a importância adquirida pelo caráter espaço-temporal na formação do espaço, do território, da paisagem e da regionalização que segundo ele é quase unanimidade entre os geógrafos, além do que os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos e relacionais, em cada território há tanto tempos históricos quanto tempos coexistentes, há também movimento *do* e *no* território e entre territórios.

A territorialidade reflete a perspectiva de multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade social, são relações de poder que se estabelecem entre atores em suas relações com a natureza e com a sociedade; as relações de poder têm origem no sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo e seu objetivo é buscar de forma crescente, autonomia (RAFFESTIN, 1993). Complementando esse ponto de vista, o território pode ser caracterizado como produto e condição da territorialização, sendo produzido espaço-temporalmente pelo exercício de poder por um grupo ou classe, ou seja, pelas territorialidades cotidianas; “as territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território” (SAQUET, 2015 p. 127).

O processo de territorialização constitui e é substantivado por diferentes temporalidades e territorialidades, sendo resultado e também condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior ao homem, sendo marcada pelo movimento de reprodução de relações sociais e forças produtivas cada vez mais complexas, o real sendo efetivado por relações e contradições, a relação concreto-abstrata está no interior do território e mesmo de sua superação (SAQUET, 2005).

Dentro de uma realidade socialmente construída, os atores sociais que transitam entre territórios podem desempenhar múltiplos papéis, quando o objetivo é resolver problemas relacionados ao território em que atuam, os indivíduos buscam aproximar-se do grupo majoritário (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014). Para esses autores, a territorialização do espaço depende do grupo o ocupa e se apropria, enquanto a territorialidade reflete aspectos distintos do que é vivido num dado território pelos membros de uma coletividade, as relações

entre sujeitos e meio serão concretizadas de acordo com a dinâmica dos grupos que ocupam aquele meio.

Do ponto de vista conceitual, Souza (2009a) definiu a territorialização e desterritorialização como processos relacionados ao desenraizamento de indivíduos e grupos, o que pode implicar a privação do acesso a recursos e riquezas, sendo que estes processos envolvem sempre e em primeiro lugar, relações de poder e a projeção destas relações no espaço. Os territórios são antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos e podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se rapidamente, ademais, o território está presente em toda a espacialidade social, mas, se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território (SOUZA, 2012).

O conceito de territorialidade é utilizado para enfatizar questões de ordem simbólico-cultural, pois além de ser vista como uma qualidade indispensável para ser ou para se fazer território, é frequentemente concebida como sendo uma dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2015). A territorialidade remeteria a algo abstrato: aquilo que faz de qualquer território, um território, ou seja, relações de poder, delimitadas espacialmente e que operam sobre um substrato referencial, já as territorialidades, no plural, remetem aos tipos em que podem ser classificados os territórios, segundo suas propriedades, dinâmicas, entre outros (SOUZA, 2012).

A definição de territorialidade vai além das relações de poder político, simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve concomitantemente a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais, a materialidade e a imaterialidade conjugam-se na territorialidade ou territorialidades e no território(s) (SAQUET, 2005). Ademais, a territorialidade pode refletir a perspectiva de multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma sociedade, porque estas são relações de poder estabelecidas entre os atores que habitam o território (RAFFESTIN, 1993).

Gottmann (1975) já demonstrava a necessidade de aceitar que o território é um conceito, e um conceito mutável, sendo fruto de repartição e de organização e basicamente deve ser acessível ao homem e controlado por ele, sendo assim uma das razões principais para a intervenção política, que busca por um lado restringir e por outro melhorar a capacidade de acesso ao território. O autor inclusive afirma que o território é um conceito político e geográfico, pois o espaço é tanto compartimentado quanto organizado via processos políticos e uma teoria política que ignora as características e diferenciações do espaço geográfico opera no vácuo, porque caso as ideias não sejam enraizadas ou situadas no espaço, o fenômeno material

e a ação política aos quais essas ideias concernem devem ser localizados em algum lugar do espaço geográfico.

Saquet afirma que as forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade são responsáveis pela geração da desterritorialidade e das novas territorialidades, conectadas ao Estado e ao capital, desta forma, é imprescindível que os processos T-D-R sejam contextualizados em cada momento, período e lugar “no desigual desenvolver do Modo Capitalista de Produção, num constante movimento de desterritorialização e re-territorialização [...]” (SAQUET, 2005, p.5).

Saquet (2015) acrescenta que há novas territorialidades constituídas na (re)territorialização, estas podem ser culturais, políticas e econômicas e permitem uma visão múltipla frente ao conceito de território, apreendendo tanto os aspectos (i)materiais que o constituem. Já Souza (2009a) esclarece que os processos de (re)territorialização e (des)territorialização – TDR– envolvem sempre o exercício de relações de poder e também a projeção destas relações no espaço, entretanto, o território não pode ser reduzido a esta projeção. Para Saquet (2009) tanto os processos culturais peculiares às relações de poder tais quais as identidades simbólico-culturais mais específicas, especialmente os processos TDR são utilizados em estudos em que se destacam o conceito de território em conjunto com relações econômicas e políticas (de poder), as redes e a natureza exterior ao homem.

A apropriação e também a produção territorial são processos econômicos, políticos e culturais, além disso, os processos de T-D-R estão ligados e complementam-se incessantemente, estes processos são historicamente determinados pela expansão do capitalismo e por seus aspectos culturais, sendo produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob os aspectos econômicos, políticos e culturais que por sua vez determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, ou seja, estas dimensões englobam os processos de TDR (Saquet, 2005; 2009).

É importante resgatar que a discussão do conceito de território vinculado ao contínuo processo de desterritorialização e reterritorialização foi amplamente discutida por Guattari (1985), Raffestin (1993) e Haesbaert (1997; 2004) ressaltando assim, a importância das ações dos indivíduos e grupos, quer seja para influenciar, afetar ou controlar pessoas, fenômenos ou relações, combinando ações e práticas socioespaciais. Pereira e Carrieri (2005) consideram sucintamente a desterritorialização como englobando a separação do território de suas raízes sociais e culturais, enquanto a reterritorialização compreende a criação de novos vínculos em substituição dos perdidos.

Ainda, ao considerar o território como um dos principais conceitos que objetiva responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço, conforme afirma Haesbaert (2004), também é possível relacionar e compreender a utilização desta abordagem pelos Estudos Organizacionais.

Haesbaert (2011) indica a abertura de ao menos três perspectivas:

a) Uma mais tradicional, em que o território é considerado ao menos uma área de relações de poder, nestas, as formas de territorialização como o controle do acesso – proposto por Sack (1986) seriam fundamentais, quer seja para acessar aos recursos ou controlar fluxos em especial de pessoas ou de bens.

b) Outra que promove uma releitura com base no território como rede, centrado no movimento e na conexão.

c) Uma terceira que inclui a concepção multiescalar e não exclusivista do território, havendo então, territórios múltiplos e multiterritorialidades, nesta perspectiva o território é trabalhado como um híbrido, entre o mundo material e ideal, ou entre a natureza e a sociedade em suas várias esferas: econômica, política e cultural.

Tomando como base a terceira perspectiva proposta por Haesbaert (2011) acerca das multiterritorialidades, é importante pontuar que na contemporaneidade, os processos de destruição e reconstrução dos territórios deixa claro o ir e vir entre os territórios, o autor esclarece que há diferenças entre os múltiplos territórios e a multiterritorialidade, “a multiplicidade de territórios como uma condição sine qua non, necessária, mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2007, p.29).

Isto posto, a flexibilidade territorial do mundo atual permite que alguns grupos, especialmente os mais privilegiados, usufruam de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local ou da sua conexão em rede por vários pontos do mundo, para a classe hegemônica, o espaço enquanto distância parece importar muito pouco; a multiterritorialidade envolve também as diversas maneiras possíveis de articulação de territórios, Haesbaert (2004) afirma que enquanto há uma elite globalizada que tem a opção de escolher entre os diversos territórios, vivenciando uma multiterritorialidade efetivamente, há outros que estão na base da pirâmide social e que não tem a opção do território como abrigo, fundamento mínimo para sua vida.

A luta pelo território, bem como a defesa de um território, pode ser vista quanto a manutenção de um modo de vida significativo para um grupo, a manutenção de sua identidade e também a liberdade de ação (SOUZA, 2012). Assim, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo e é esta perspectiva que foi utilizada para a presente pesquisa, considerando mais

especificamente o sentido de “experimental” vários territórios [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo e de, a partir daí formular uma territorialização efetivamente múltipla” (HAESBAERT, 2007, p. 34), também há a possibilidade de um indivíduo ou grupo fazerem parte de mais de um território, tendo em vista que raramente um único território é suficiente para abranger todas as dimensões da vida.

Conseqüentemente, pelo fato de se referir a um espaço apropriado, o território pode fazer parte de uma organização e por isso, os estudos organizacionais possuem elementos para discutir este conceito, sendo possível estabelecer um fluxo contínuo entre os atores sociais e o território, considerando-se de um lado as objetivações de indivíduos isolados (ou em grupo) e de outro as subjetividades que emergem do lugar, em que se escrevem histórias, assim, o espaço transforma-se em território por meio de diversos aspectos (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

A dinâmica nas organizações, que por sua vez podem ser de vários tipos, pode ser considerada fundamentalmente territorial, também a investigação sobre a territorialidade numa organização-cidade é pouco explorada nos Estudos Organizacionais (COIMBRA; SARAIVA, 2013). Para Coimbra (2013) a cidade, especialmente pelo seu caráter simbólico, estimula ações, muitas vezes, há também intervenções sociais no espaço urbano movidas pelo caráter simbólico, dessa forma, a cidade é vista para além de seus limites geográficos, ela é o que seus habitantes acreditam, vivenciam e (re)criam.

Fuini (2014) resgatou os estudos sobre território e sua evolução ao longo dos anos, perpassando as várias possibilidades de tratar do território e os processos que ocorrem de forma individual e/ou coletiva. O autor trouxe um quadro em que apresenta as diversas concepções consideradas por ele como centrais sobre o território com suas designações, no qual são trazidos conceitos, definições e exemplos, com o intuito de facilitar o entendimento e o ensino dos conceitos. Os autores utilizados por Fuini (2014) são os mesmos resgatados neste estudo a partir do referencial teórico oriundos da geografia.

Dentre as pesquisas que trouxeram o território e os processos que nele ocorrem para discussão em Estudos Organizacionais, é possível citar: “Os Lugares das Empregadas Domésticas” de Teixeira, Saraiva e Carrieri, neste artigo considera-se a esfera organizativa social das famílias, investigou-se sujeitos que não são parte de organizações ou empresas formais ou informais, o aspecto simbólico do território foi evidenciado neste. Saraiva, Carrieri e Soares (2014) escreveram “Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte”, neste artigo os autores aproximaram a abordagem territorial do mercado, considerando as discussões sobre os aspectos territoriais para além da fronteira da

geografia, ademais, os autores acreditam que qualquer interface humana assentada sobre dado espaço, é territorial, pois se refere a uma apropriação, antes de qualquer coisa, política, do lugar produzido socialmente pelos grupos que os compõem.

Silva (2012) escreveu “A Abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil” que demonstrou a estreita ligação existente entre as abordagens territoriais e as políticas públicas, a temática do território foi utilizada pela multiplicidade e heterogeneidade dos conceitos.

Cabe salientar que os territórios precisam ser estudados de acordo com suas peculiaridades, seus tempos, suas articulações e dinâmica, por isso, para conhecer as especificidades de territórios é essencial que sejam estudados seus movimentos e contradições (SAQUET, 2015). Para a presente pesquisa considera-se a pluralidade de espaços e territórios pois, são considerados construções sociais, cuja criação e uso se dão em função também da subjetividade dos atores sociais (HAESBAERT, 2011).

Os territórios investigados para realização desta pesquisa são os bairros Santa Felicidade, local em que os moradores habitavam antes da mudança e os bairros Honorato Vecchi e Odwaldo Bueno Netto, locais em que esses sujeitos habitam atualmente. Também é preciso frisar que o território, por ser relacional, permite que estas diversas esferas sociais sejam investigadas, tais como os processos T-D-R que acontecem no território, tem as relações sociais como centro, por isso, cabe estudá-los e relacioná-los a diversos tipos de organização para melhor compreender a dinâmica social.

Cabe salientar, então, que o(s) território(s) implicam em relações sociais projetadas no espaço, podem se formar, dissolver, constituir ou dissipar rapidamente, também podem ser estáveis ou instáveis, sendo, portanto realidade social, e, tal qual o poder é onipresente nas relações, o território também está presente em toda espacialidade social, ao menos enquanto o homem também estiver presente, deste modo, é imprescindível que a interação do ser humano com o espaço em que habita seja considerada (SOUZA, 2012).

Isto posto, é possível reconhecer que a perspectiva econômica e política do território são amplamente discutidas, porém, conforme afirmação de Pereira e Carrieri (2005), o tema do espaço e do território, seus aspectos subjetivos, suas práticas cotidianas, as formas diferentes de organizar-se e a construção de significações culturais, de identidades e identificação dos indivíduos ou grupos com o espaço e o território, incorporando-os à sua vida, é necessário que estes aspectos sejam elencados, sem que os aspectos materiais ou concretos de apropriação sejam negligenciados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta o tipo de estudo realizado, os sujeitos que fizeram parte do mesmo bem como a forma de escolha destes. Também traz a forma de coleta dos dados e a técnica de análise.

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, pois objetiva-se compreender fenômeno(s) social(is) e entender sua complexidade de maneira aprofundada e sendo capaz de levar à reflexão sobre os fenômenos, por meio de observação e também do caráter subjetivo (TRIVIÑOS, 1987). Quanto ao tipo, trata-se de uma pesquisa descritiva que pretende caracterizar fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Para Minayo (1994) a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (p. 21). Acrescenta que a pesquisa qualitativa busca compreender as relações, os valores, as atitudes, as crenças, os hábitos e representações e a partir destes fenômenos humanos gerados socialmente, compreender e interpretar a realidade. Estes aspectos são justamente o que buscaremos neste estudo, por se tratar do cotidiano das pessoas, de sua realidade, seus hábitos, entre outros aspectos, a pesquisa qualitativa é o tipo de abordagem que mais se enquadra, considerando a importância de trabalhar com a complexidade e a especificidade dos objetos e sujeitos de pesquisa, havendo a necessidade de pontuar as diferenças dos objetos de pesquisa que precisam ser ao mesmo tempo contextualizados e tratados em sua singularidade (MINAYO, 2012).

Creswell (2007) acrescenta que a investigação qualitativa tem sua base em dados que podem ser de textos até imagens e, além de utilizar diversas estratégias diferentes de investigação, a variedade de dados implica também na complexidade da pesquisa qualitativa. O autor ainda complementa que existe a possibilidade de se utilizarem lentes teóricas e que o estudo de problemas precisa ser questionado, cabendo ao(s) pesquisador(es) indagar, investigar, questionar o problema estudado.

Denzin e Lincoln (2007) trazem os momentos históricos da pesquisa qualitativa, desde os primórdios deste tipo de pesquisa até os anos mais recentes, ressaltando que a pesquisa qualitativa atravessa disciplinas, campos e temas. Os autores ressaltam que a pesquisa

qualitativa possui um significado diferente em cada um destes momentos e, numa tentativa de definir este tipo de pesquisa, afirmam:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN e LINCOLN, 2007, p. 17)

Deste modo, as subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa; assim sendo, as reflexões dos pesquisadores a respeito das ações e das observações no campo, suas impressões, sentimentos, entre outros aspectos subjetivos, tornam-se dados em si mesmos e são parte da interpretação, havendo a necessidade de documentação em diários da pesquisa de campo (FLICK, 2007). A reflexão e a relação entre as opiniões dos entrevistados fazem parte de um processo abrangente, complexo e que exige cuidado em cada etapa do processo de pesquisa; também proporciona a oportunidade de ir além das aparências superficiais da vida diária, possibilitando a realização de uma análise teórica dos fenômenos sociais (RICHARDSON, 2012).

A chave para compreender a pesquisa qualitativa encontra-se na ideia que o significado é socialmente construído por indivíduos em interação com seu mundo, mundo este que não é fixo, nem individual, tampouco mensurável, havendo diversas construções e interpretações da realidade que estão em contínuo movimento e que mudam com o passar do tempo (MERRIAM, 2002). De acordo com Merriam (2002), os pesquisadores qualitativos trabalham com a compreensão do que são as interpretações num ponto particular do tempo e num contexto particular, sendo possível investigar como aspectos sociais e políticos afetam a construção da realidade, ou seja, de que forma o contexto mais amplo afeta a maneira dos indivíduos construírem sua realidade.

O mundo social é produto da própria existência humana, desta forma, externar e objetivar a realidade só pode acontecer a partir das atividades do sujeito, pois, não existe mundo social com caráter objetivo imanente (COLBARI, 2014). Ademais, para Gaskell (2013) o mundo social não é um dado natural, sem problemas, sendo ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram; estas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo dos respondentes é o ponto de

entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos conceituais e abstratos, por vezes, relacionando-os a outras observações (MINAYO, 1994).

No campo das ciências sociais, Minayo (1994) afirma que o objeto é sempre histórico, estando marcado pela provisoriedade, dinamismo e especificidade. A autora ainda aponta que há identidade entre sujeito e objeto e que não existe neutralidade. Para ela, as Ciências Sociais “abordam o conjunto das expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados” (MINAYO, 1994, p. 14).

Assim sendo, este encontra na pesquisa qualitativa – e descritiva– a forma mais adequada para descrever, explorar e conhecer os processos de territorialização, (des)territorialização e (re)territorialização pelos quais os ex-moradores do bairro Santa Felicidade passaram e passam. Também por tratar-se de uma questão humana e social e que implica as relações entre os habitantes dos bairros, destes com o bairro em si, com as ações da Prefeitura Municipal de Maringá além das políticas públicas federais; essas últimas, responsáveis pelo fomento das obras que levaram ao problema desta pesquisa. Este assunto será tratado com maior profundidade no capítulo 5 que versa sobre a urbanização de Maringá e apresenta a história do bairro Santa Felicidade desde sua origem até os anos mais recentes.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Para realização desta pesquisa os bairros Honorato Vecchi e Odwaldo Bueno Netto foram visitados diversas vezes entre os meses de Dezembro de 2015 a Agosto de 2016, inicialmente houve 2 visitas exploratórias a cada um dos bairros, o objetivo era a familiarização. Durante estas visitas iniciais, a pesquisadora conversou com 13 moradores, sendo 6 deles moradores do Honorato Vecchi e 7 moradores do Odwaldo Bueno Netto. Nestas visitas buscou-se saber quais eram os moradores destes bairros que tinham sido realocados do Santa Felicidade e então estes foram procurados para responder à entrevista num outro dia.

Para que fossem escolhidos de acordo com o critério de ser ex-morador do Santa Felicidade, inicialmente, os sujeitos foram escolhidos de acordo com sua disponibilidade de tempo e pelo fato de serem ex-moradores do Santa, assim, pode-se dizer, que foram

selecionados de forma intencional⁶, e depois, pela técnica “bola de neve”. Esta forma de amostragem é empregada para selecionar os respondentes e consiste em identificar e contatá-los a partir da indicação de entrevistados que contribuíram para a pesquisa, contudo, a inclusão destes novos participantes acontece a partir do consentimento e disponibilidade de cada um para responder às questões.

Optou-se pela técnica “bola de neve” porque os entrevistados precisavam necessariamente ser ex-moradores do bairro Santa Felicidade desta forma, as pessoas que atendiam a este requisito puderam indicar outros ex-moradores para contribuir respondendo à entrevista. Essa condição para a escolha dos sujeitos é imprescindível porque tendo em vista que os processos T-D-R aconteceram em função do Projeto de Requalificação do bairro de origem destas pessoas, há necessidade de entender os processos em sua multicausalidade, pela dificuldade e complexidade da dinâmica dos processos territoriais.

Os moradores entrevistados receberam nomes fictícios para que sua identidade fosse preservada, sobre eles:

Quadro 1: Relação nome e bairro dos entrevistados

Nome (fictício)	Bairro em que mora atualmente
Dona Paula	Honorato Vecchi
Sr. Leandro	Honorato Vecchi
Aline	Odwaldo Bueno Netto
Jéssica	Odwaldo Bueno Netto
Bete	Odwaldo Bueno Netto
Dona Maria	Odwaldo Bueno Netto
Dona Gisele	Honorato Vecchi

Fonte: elaborado pela autora

Sobre estes moradores, é importante entender alguns aspectos da vida de cada um deles, por isso, segue um breve histórico dos sete entrevistados, os três primeiros atualmente moram no bairro Honorato Vecchi, enquanto os outros quatro moram no Odwaldo Bueno Netto:

⁶ Foram realizadas visitas exploratórias nos dois bairros durante as quais foi possível ter contato com diversos moradores, desta forma, para as entrevistas iniciais as pessoas foram escolhidas intencionalmente e depois elas indicaram outras que poderiam contribuir com a pesquisa.

a) Dona Paula:

Uma senhora, já aposentada, bastante simpática e acolhedora, durante as primeiras visitas explicou que seu genro, filha e neto foram morar com ela para auxiliá-la nas despesas domésticas, seu marido, sr José estava doente e bastante debilitado nas visitas iniciais e durante a entrevista aprofundada Dona Paula explicou que o marido havia falecido (Setembro de 2016) e que uma das causas teria sido a demora no atendimento quando a família solicitou uma ambulância que só chegou cerca de 3 horas e meia após o chamado e quando chegou, o Sr. José já havia falecido.

Dona Paula morou no Santa Felicidade desde os primeiros anos de existência do bairro, acompanhou o crescimento de Maringá e de seu antigo bairro, recordou-se do tempo em que morava num bairro isolado, de onde ela só enxergava mato e onde a locomoção era bastante difícil. No Santa Felicidade, sua casa era ampla, porém, não havia paredes que a dividissem internamente, segundo a entrevistada, as pessoas que possuíam mais móveis podiam utilizá-los como divisória, porém, não era o caso dela e de sua família. Quando o bairro estava sendo asfaltado, a prefeitura cobrou uma taxa dos moradores e, quando a cidade cresceu e houve a requalificação do bairro (que será abordada posteriormente) foi prometido à família que a mudança seria muito benéfica, porém, houve muitos problemas estruturais, entretanto, para a entrevista e a família o maior problema é o valor das contas no novo bairro, ademais, outro assunto que lhes incomoda consideravelmente é a falta de documentação da casa, especialmente porque pagaram pela residência do Santa Felicidade e tem muito medo de serem cobrados pela casa, inclusive, com o falecimento do Sr. José, Dona Paula tem problemas na prefeitura pois a casa do Santa Felicidade estava no nome dele.

Dona Paula considera-se muito beneficiada com a mudança, apesar dos diversos problemas relatados.

b) Sr. Leandro

É um senhor já de bastante idade, ele e a esposa estão doentes, ela está mais debilitada do que ele, ambos não saem de casa, especialmente devido aos problemas de locomoção de ambos e, quando precisam sair um dos filhos do casal lhes acompanha – esses filhos moram na cidade de Maringá, porém não moram no mesmo bairro que os pais.

Sr. Leandro mudou-se para o Santa Felicidade desde a fundação do bairro, durante os anos em que lá viveu, realizou muitas benfeitorias na casa, ampliaram-na, colocaram as paredes internas e ele utilizava o espaço externo para guardar entulhos que catava pelas ruas.

A Prefeitura lhes procurou na época do programa de requalificação explicando que seriam contemplados com uma casa melhor, isto fez com que o casal aceitasse a mudança, porém desde quando se mudaram tiveram inúmeros problemas. A estrutura da casa era bastante falha os encanamentos estavam entupidos, não era possível utilizar o chuveiro, ou o vaso sanitário; apesar de ter buscado ajuda na Prefeitura, não conseguiu qualquer auxílio, precisando pagar pelos serviços realizados, sendo que estes ainda não estão terminados. Apesar destes percalços, o sr. Leandro e a esposa afirmam estar felizes e melhor instalados do que anteriormente.

c) Dona Gisele

Dona Gisele tem 40 anos e mudou-se para o Santa Felicidade na década de 80. Segundo ela, o bairro apesar de muito violento lhes proporcionava momentos de lazer aos finais de semana, pois, seus filhos podiam brincar na rua e ela costumava visitar os vizinhos diariamente. Para a entrevistada, o bairro foi melhorando ao longo dos anos, inclusive os bairros no entorno também foram surgindo, e ela afirma que atualmente a estrutura do bairro Santa Felicidade já é extremamente melhor do que quando se mudou para o bairro e quando aceitou mudar-se.

Dona Gisele afirmou que se sente enganada em relação ao pagamento da casa, pois, já havia pago grande parte da casa em que morava no Santa Felicidade e até hoje ainda não sabe como está sua situação na residência atual, mostra-se muito apreensiva com a possibilidade de ser cobrada novamente. Ao contrário dos outros dois moradores do Honorato Vecchi, dona Gisele afirma que seu único problema foi com a Caixa d'água, ela acha a casa muito boa e não reclama nem mesmo de não ter a caixa, que não funciona por algum motivo ainda não encontrado e, por isso, a moradora atualmente utiliza a água da rua para seus afazeres.

d) Aline

Aline tem 25 anos e segundo ela “nasceu no Santa Felicidade”, morou com a mãe até se casar e então ela e o marido alugaram uma casa lá mesmo no Santa. Na época da requalificação do bairro Aline disse que houve diversos boatos no bairro, inclusive que iriam desmanchá-lo para “fazer condomínio para os ricos” e até mesmo que o local ia “virar cemitério”. A

entrevistada disse que compreendeu a necessidade de se mudar para que o bairro pudesse ser melhorado, para ela a grande vantagem com a mudança foi ter uma casa própria, mas, apesar disso falou que se pudesse ter escolhido, não teria se mudado, ademais, entende que foi coagida a aceitar sair da casa em que morava de aluguel pois justamente por não ser dona precisou “pegar o que foi oferecido para não ficar sem nada”. Aline continua frequentando o Santa Felicidade aos finais de semana e, mesmo tendo se mudado, seus amigos são outros ex-moradores do Santa com quem ela se reúne aos finais de semana ou após o trabalho ocasionalmente.

A casa em que Aline mora com o marido e o filho ainda não está pronta, não tem pintura nem acabamento, o piso interno ainda está sendo feito, porém ela não vê problemas nisso, pois agora ela tem uma residência pela qual paga mensalmente. Esta entrevistada deixa muito claro que se pudesse ter permanecido no Santa, estaria mais feliz e satisfeita, pois para ela o local em que mora é um bairro esquecido pelo poder público, pois a coleta de lixo acontece esporadicamente e a manutenção dos terrenos vazios também. Por outro lado, Aline afirma que está satisfeita com o fato da escola do filho ser mais próxima do bairro atual e pela proximidade do posto de saúde.

e) Jéssica

Jéssica tem 28 anos e assim como Aline “nasceu no Santa Felicidade”, ela viu na mudança para o novo bairro a possibilidade de sair da casa dos pais, local em que morava com o marido e três filhos pequenos. A entrevistada se recorda das visitas da assistente social da prefeitura, que lhe explicou sobre as mudanças que aconteceriam e da oportunidade de “ganhar” uma casa nova – maior vantagem da mudança segundo Jéssica. A casa em que mora não está totalmente pronta, somente os azulejos estão colocados, porém não há pintura nas paredes internas nem externas e não há muro ao redor de toda a casa, a parte em que existe muro está comprometida, pois ele está caindo.

Jéssica afirma que continua frequentando o Santa Felicidade para visitar os pais, ou para levar os filhos nas atividades que acontecem no bairro. Além disso, ela afirma que não tem qualquer tipo de contato com seus atuais vizinhos, sabe o nome, porém não conversa ou tem laços afetivos, neste ponto, se recorda nostálgica de sua rotina no Santa, das amizades que tinha e o hábito de visitar os vizinhos e das atividades de lazer que tinha para si e para os filhos.

f) Dona Bete

Dona Bete tem 50 anos e mudou-se para o Santa Felicidade no final da década de 80, anteriormente morava num sítio com a família. Ela afirma que o antigo bairro era perigoso e muito mal visto na cidade, para conseguir trabalho explicou que costumava dizer que morava num bairro vizinho, até mesmo quando suas patroas lhe traziam em casa ela ficava num bairro vizinho e depois descia a pé para sua casa.

A entrevistada afirmou que não queria sair do Santa Felicidade, que já tinha terminado de pagar a casa e havia realizado diversas benfeitorias, a casa também foi sua primeira casa própria, por isso, tinha um significado especial para ela. Dona Bete afirma que tentou ficar no Santa, porém acabou aceitando a mudança por conta de promessas que lhe fizeram na época, estas promessas iam desde internet e telefone gratuitos até aquecimento solar, o que lhe faria economizar consideravelmente. As vantagens que lhe foram oferecidas não foram cumpridas, Dona Bete também afirma que tem muito medo de perder a casa, porque não recebeu os documentos, outro medo da entrevista é de precisar pagar por mais uma casa.

A expectativa com a mudança de bairro era de melhorar a vida, porém após concretizá-la, a entrevistada afirma que não acredita ter feito uma boa troca, em parte pelos diversos problemas estruturais da casa e também pela falta de atividades para lazer e atenção do poder público especialmente no que diz respeito à documentação e ao auxílio para resolver os problemas estruturais. A entrevistada afirma que se sentia mais à vontade no Santa Felicidade, pois tinha mais intimidade com os vizinhos, enquanto no bairro novo tem pouco contato com os vizinhos, seus laços continuam sendo com pessoas que eram do Santa, mesmo que ela não fosse muito íntima dessas pessoas anteriormente – não moravam na mesma rua – hoje, são esses vizinhos que são seus maiores companheiros.

Mesmo com todos os problemas enfrentados, Dona Bete afirma que a mudança foi boa para ela.

g) Dona Maria

Dona Maria tem 38 anos e mudou-se para o Santa Felicidade quando tinha 6 anos de idade, recorda-se das dificuldades de locomoção e estrutura do bairro em seu início não havia asfalto e era difícil ir e vir dos lugares.

A entrevistada alega que não foi possível escolher se queria ou não queria sair do Santa, pois, como pagava aluguel ela não tinha opção de permanecer em seu antigo bairro. A vida de

Dona Maria no Santa Felicidade era, segundo ela, bastante feliz, ela conhecia “todo mundo” e tinha laços estreitos com diversas pessoas, atualmente ela diz que quase não sai de casa e não mantém qualquer relação mais próxima com os vizinhos, afirma que no início teve grandes dificuldades de adaptação, mas, agora começou a gostar do novo bairro.

Assim como os outros entrevistados, ela também teve problemas na estrutura da casa, nos encanamentos como um todo, diversos vazamentos e entupimentos de cano; outro ponto relevante é que Dona Maria também tem medo de perder a casa em que mora pela falta de documentos.

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados para este estudo foram obtidos através de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias compreenderam entrevistas semiestruturadas com os sujeitos compreensão em profundidade dos processos que ocorreram – e estão ocorrendo - com essas pessoas e também de que forma estes processos foram percebidos por eles e quais os seus reflexos para estes sujeitos, quer seja em sua vida cotidiana, no seu modo de organizar-se, quais as facilidades e dificuldades oriundas dos processos, seus aspectos positivos e negativos, entre outros.

Para a coleta de dados primários, foram entrevistados 7 moradores, sendo 3 do bairro Honorato Vecchi e 4 do Odwaldo Bueno Netto, estas pessoas foram aquelas que se dispuseram a responder aos questionamentos, as entrevistas tiveram duração de 90 a 120 minutos (no dia em que foram gravadas), totalizando 14 horas de gravação (e 130 páginas transcritas). Além das entrevistas, a pesquisadora realizou anotações de campo, estas anotações foram essenciais para a apreensão das primeiras impressões sobre os bairros, também para descrever as características de cada um deles, cada entrevista em profundidade foi realizada num dia diferente e em horários diferentes, possibilitando o entendimento da dinâmica dos bairros de forma diferenciada.

Segundo Fontana e Frey (2005), os cientistas sociais são mais propensos a reconhecer que as entrevistas são encontros sociais e que a dinâmica da entrevista pode moldar a natureza do conhecimento que será gerado, entretanto, é preciso reconhecer que não existe uma forma de entrevista adequada para todas as ocasiões, o que significa que os entrevistadores precisam estar cientes das diferenças entre os respondentes, além de realizar os ajustes necessários para obter as respostas.

Para Gaskell (2013), a entrevista qualitativa fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação, sendo o

objetivo desta apreender de forma detalhada as crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. Já Fontana e Frey (2005) versam sobre a importância de o pesquisador estabelecer certo grau de confiança com os respondentes, o que é essencial para o bom andamento das entrevistas, porém, uma vez que essa confiança esteja estabelecida, ainda pode ser muito frágil e uma falha do entrevistador pode arruinar dias, semanas ou meses de confiança estabelecida. Uma das características da pesquisa qualitativa é que esta normalmente oferece descrições ricas e bem fundamentadas (VIEIRA, 2014).

Considerando os diversos aspectos da pesquisa qualitativa, cabe salientar que para o estudo em questão foram realizadas diversas idas à campo, para observação, e também para entrevistas em profundidade. Além das entrevistas, com 14 horas de gravação, que foram transcritas também foram realizadas anotações de campo em cada uma das visitas exploratórias e em cada uma das 7 visitas em que foram realizadas as entrevistas formais. O registro das informações representa um complexo processo, não apenas pela grande importância atribuída ao sujeito e ao pesquisador, mas, pelas dimensões explicativas que os dados podem exigir, as anotações de campo permitem observações e reflexões acerca das ações dos sujeitos, descrevendo-as e tecendo comentários a respeito destas. Para realizá-las é preciso registrar as manifestações observadas e estas podem ser descritivas e/ou reflexivas. Deste modo, a pesquisadora refletiu acerca das entrevistas e das anotações buscando compreender para além do que foi dito, através de observação dos entrevistados, seus relatos, anseios, questionamentos e hábitos.

Sabe-se que as entrevistas não são e nunca foram uma ferramenta neutra para a coleta de dados, por tratar-se de um instrumento de coleta que requer um esforço colaborativo dos participantes, além disso, o entrevistador precisa desenvolver uma relação de confiança com o(s) entrevistado(s) para que possam, juntos, criar uma história. É preciso que os entrevistados estejam cientes do anonimato ao fornecer informações e que estarão protegidos de qualquer tipo de prejuízo (FONTANA; FREY, 2005). Através das entrevistas é possível abranger dados objetivos e subjetivos, uma vez que as informações são coletadas a partir de fatos relatados pelos sujeitos-objeto das pesquisas que vivenciam determinada realidade que está em foco (MINAYO, 2012).

A pesquisa qualitativa interpretativa busca compreender o significado que as pessoas construíram sobre o mundo e suas experiências, havendo um esforço de compreensão da singularidade dos sujeitos como parte de um contexto e de interações particulares; busca-se a

compreensão da vida dos participantes, o que acontece com eles, quais os significados e qual a forma que estas pessoas percebem os fenômenos (MERRIAM, 2002).

Há também a possibilidade de o entrevistador se tornar defensor e parceiro dos sujeitos, pois, a preferência desse tipo de pesquisa é dar voz aos grupos oprimidos e assim, os pesquisadores não devem privilegiar a forma de ver o mundo limitando-se a uma única técnica, as indagações devem ser contínuas. A entrevista é uma das formas mais comuns e poderosas para tentar compreender os seres humanos, o contexto de cada entrevista envolve uma interação e relação específica, à vista disso, seu resultado é mais um resultado dessa dinâmica social do que um mero produto de perguntas e respostas exatas.

Além disso, Merriam (2002) afirma que pelo fato de o pesquisador ser o instrumento primário para coleta e análise dos dados, é importante que este desenvolva sua compreensão da comunicação verbal e também da não verbal, a fim de apreender as informações no momento em que são comunicadas, além de haver a possibilidade de explorar as respostas incomuns e inesperadas. Os pesquisadores, tentam compreender o significado de um fenômeno para aqueles envolvidos, construindo o sentido da teoria a partir de observação e compreensão advinda do contato com o campo, podendo estar em forma de temas, categorias, tipologias, conceitos, entre outros (MERRIAM, 2002).

As entrevistas seguiram roteiro semiestruturado, desenvolvido previamente e que contemplou o tema de interesse, porém, os questionamentos não se limitaram ao roteiro destas, permitindo a adaptação das questões e também possibilitando a apreensão de outros fatos que o entrevistado tinha a revelar (SPINK, 1994). Esta estratégia foi adotada pois, segundo Minayo (2012) a entrevista é uma forma privilegiada de interação social e está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na sociedade, tanto no ato de realizá-la quanto nos dados que são produzidos, por isso, é essencial que as entrevistas sejam realizadas sem limite de tempo, de forma que os entrevistados possam expressar-se pacientemente e com detalhes, estes detalhes são muito importantes para analisar as falas destes moradores.

Após a realização das entrevistas os dados obtidos foram analisados sob uma perspectiva interpretativa e seguindo os procedimentos oriundos dos estudos de Gil Flores (1994). Um estudo qualitativo interpretativo exemplifica uma pesquisa qualitativa, em que há interesse na compreensão de significados de situações e/ou fenômenos, pela perspectiva dos sujeitos envolvidos (MERRIAM, 2002).

Dessa forma, buscou-se captar a realidade dos ex-moradores do Santa Felicidade e também apreender de que maneira esses moradores se organizam, como vivem, quais suas percepções sobre o novo bairro, enfim, são diversos aspectos combinados que objetivaram

entender a essência de sua realidade. Estes aspectos são relevantes para a compreensão dos processos de (re)territorialização pelo qual estão passando estes moradores, além disso, foi imprescindível o resgate do processo de (des)territorialização pelo qual estes moradores passaram quando houve a intervenção urbana para a requalificação do bairro Santa Felicidade.

As fontes secundárias acessadas para coleta dos dados foram estudos acadêmicos sobre a cidade de Maringá e o Projeto de Requalificação do bairro Santa Felicidade (artigos, anais de eventos e congressos, dissertações e teses), documentos da Prefeitura Municipal de Maringá e do Governo Federal para a construção do histórico e o contexto da cidade e além destes, também foram usados dados obtidos a partir de relatórios, projetos e imagens disponibilizados pelo Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá/UEM.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, buscou-se entender as premissas do PAC, em especial as prioridades de investimento em Maringá até o ano de 2015, a análise destes dados foi realizada à luz dos objetivos específicos elencados, sendo esta primeira etapa realizada a partir da pesquisa em fontes de dados secundários, em especial os balanços disponibilizados pelo Ministério das Cidades, também foram utilizados trabalhos acadêmicos e dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Maringá. A partir da coleta destes, as informações consideradas relevantes para o presente estudo foram apreendidas e interpretadas, o mesmo procedimento foi realizado com os dados que visam responder ao segundo objetivo específico que envolve a descrição do processo de requalificação do bairro Santa Felicidade foram obtidos por pesquisa documental e sua análise foi documental – envolvendo trabalhos acadêmicos, registros da Prefeitura Municipal de Maringá, artigos de jornal, entre outros.

Após coleta dos dados, com a utilização das técnicas escolhidas, eles foram analisados e tanto as visitas ao campo quanto as entrevistas foram parte do entendimento da pesquisadora quanto ao contexto em que os ex-moradores do Santa Felicidade estão inseridos, de que forma eles enxergam a situação anterior em que viviam comparando-a com sua realidade atual à luz dos processos territoriais. Esta etapa da pesquisa buscou obter respostas ao objetivos geral e ao objetivo específico 3 que buscavam descrever os reflexos das intervenções urbanas (públicas) nos processos de (re)(des)territorialização dos ex-moradores do Santa Felicidade por eles mesmos e também a compreensão do fenômeno de (re)territorialização nos novos bairros e nas novas residências.

Gil Flores (1994) aponta que procedimentos interpretativos são aqueles que compreendem estratégias de análise que atuam sobre dados de pesquisas qualitativas, partindo do pressuposto da multiplicidade da realidade social, de sua característica mutável, subjetiva e múltipla sendo resultado da construção dos sujeitos participantes diante de sua interação com outros membros da sociedade. O autor acrescenta que a busca é pela compreensão e interpretação da realidade como esta é vista pelos sujeitos entrevistados (FLORES, 1994); nesse mesmo sentido, Merriam (2002) afirma ser possível identificar padrões recorrentes ou temas comuns existentes nos dados e assim, como resultado, os achados são apresentados e discutidos utilizando-se das referências de literatura que nortearam o estudo.

Flores (1994) propôs para a análise interpretativa dos dados uma metodologia que permite incluir informações ou dados gerados pela própria pesquisa, também são utilizadas categorias para organizá-los conceitualmente e apresentar as informações, sendo que o interesse maior é pelo conteúdo das categorias e não pela frequência que os códigos aparecem.

Do ponto de vista metodológico, para a execução da análise dos dados, Flores (1994) propõe a utilização de códigos próprios para cada categoria de elementos formada, havendo então o agrupamento conceitual das unidades em função da sua relação com os temas a que se referem. O autor acredita que não há um único método para executar a análise dos dados, porém, segundo ele houve a tentativa de encontrar um processo geral de análise de dados que pudesse ser utilizado por diversos pesquisadores, este seria composto por fases que compreendem:

a) Leitura/escuta dos discursos completos, em diversas ocasiões, para haver uma impressão adequada do conjunto de dados coletados;

b) O agrupamento dos dados – fragmentos de discurso com unidade temática – em torno dos temas encontrados, a este agrupamento pode-se chamar categorização, as categorias podem estar predeterminadas ou podem emergir a partir dos dados. É comum o uso de citações textuais que sejam capazes de captar as ideias chave que podem apoiar a interpretação e a análise realizada pelo pesquisador.

Por fim, para melhor exposição dos procedimentos a serem utilizados e também para relacioná-los aos objetivos da pesquisa, apresenta-se abaixo (no quadro 2) um quadro em que são retomados os objetivos específicos deste estudo, e eles associados à(s) técnica(s) de coleta de dados utilizada e também os relaciona ao método de análise escolhido.

Quadro 2 – Demonstração dos objetivos específicos e da forma que a interpretação dos mesmos será realizada.

Objetivos	Operacionalização/Literatura norteadora	Método de análise
Entender as premissas do PAC, em especial as prioridades de investimento em Maringá-PR até o ano de 2015	Levantamento sobre as prioridades de investimentos do PAC em Maringá, até 2015, a partir de fontes secundárias Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal de Maringá, trabalhos acadêmicos e mídia	Análise dos documentos e apreensão dos aspectos relevantes
Descrever o processo de requalificação do Bairro Santa Felicidade em Maringá-PR	Levantamento bibliográfico sobre o bairro Santa Felicidade e o Projeto de Requalificação Fontes Secundárias: trabalhos acadêmicos, PMM, Ministério das Cidades	Análise dos documentos e apreensão dos aspectos relevantes
Aprender os reflexos das intervenções urbanas (públicas) nos processos de (des)territorialização e (re)territorialização dos ex-moradores do bairro Santa Felicidade		
Território	Apropriação e controle de um segmento do espaço, conjunto das práticas e suas manifestações materiais e simbólicas (SACK, 1986) Caráter político do território, capacidade de todas as pessoas produzirem o território a partir de sua apropriação, quer de forma concreta ou abstrata (RAFFESTIN, 1993) Caráter histórico, relacional, multidimensional e híbrido (SAQUET, 2009)	Análise Interpretativa dos dados coletados
Territorialidade	Vivência em sociedade: relações e interações sociais tanto com outras pessoas quanto com o território. (RAFFESTIN, 1993) Forma que as pessoas utilizam a terra; como se organizam no espaço; como dão sentido ao lugar; relações sócio-históricas e espaço-temporais que permeiam a sociedade (SACK, 1986) Caráter histórico, multidimensional e híbrido do território; a participação dos sujeitos percebida subjetivamente pela sua percepção de integração, pertencimento e confraternização (ANDRADE, 2004)	(FLORES, 1994)

Processos T - D - R	<p>Processo complexo, com componentes sistêmicos e relações sociais, cenário plural que inclui aspectos simbólicos, identitários e (i)materiais (SAQUET, 2009)</p> <p>Territorialização como condição para a criação e construção social do território (SAQUET, 2007)</p> <p>Relações de poder: econômicas, políticas, culturais que envolvem os processos T-D-R (SOUZA, 2009a; SAQUET, 2009)</p>	
Resistência	<p>Serão consideradas diversas formas de resistência, em especial as novas territorialidades, multiterritorialidades e multiterritorializações – também os aspectos subjetivos que por ventura liguem os sujeitos ao Bairro Santa Felicidade</p> <p>(HAESBAERT, 2004, 2007)</p>	

Fonte: Elaborado pela autora

Nas categorias escolhidas, nota-se que as definições utilizadas foram principalmente extraídas de autores da geografia, porém, é crescente o número de pesquisas em diversas áreas que se apropria destas definições para, a partir daí poder ampliar as pesquisas. Nessesentido, Natt e Vissoci (2014) apontaram justamente essa razão por terem optado pela temática territorial e seus processos, ademais, elucidaram a relação entre a cidade e os Estudos Organizacionais. Silva (2012) relaciona as políticas públicas com os processos territoriais porque este é definido com base em múltiplas dimensões, além disso, as políticas públicas devem apoiar-se na abordagem territorial devido à multiplicidade de conceitos e por haver a vantagem desta abordagem reunir uma realidade bastante heterogênea.

Esta pesquisa surgiu a partir de uma problemática fruto de uma política pública federal, pensada e implementada localmente, abarcando parcerias público-privadas e a manutenção de uma política urbana segregacional da cidade de Maringá, este é o assunto da próxima seção deste trabalho.

4 AS PREMISSAS DO PAC E AS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO EM MARINGÁ-PR ATÉ O ANO DE 2015

A legislação e as políticas sociais tiveram no Brasil após a Revolução de 1930 outrossim, cabe resgatar que anteriormente a preocupação era em isolar ao máximo e evitar o crescimento de favelas, cortiços e bairros populares (AZEVEDO,1988). O objetivo do governo a partir de então foi de mostrar para as populações de baixa renda que havia preocupação com seus problemas, porém, houve apenas discursos e intenções porque as ações concretas eram modestas e não impactaram significativamente na resolução dos problemas habitacionais da população mais pobre das cidades (AZEVEDO, 1988).

Em 1946 foi criada a Fundação da Casa Popular – FCP – a primeira agência de nível nacional cuja função era a construção de casas populares para a população de baixa renda, entretanto, a FCP foi criada “como meio de garantir ao governo maior respaldo popular através do discurso de acesso à casa própria” (AZEVEDO, 1988 p. 108). O governo militar assumiu em 1964 e neste mesmo ano foi criado o Banco Nacional de Habitação – BNH que apesar de ter sido apresentado como uma nova instituição manteve características da FCP.

Foi no ano de 1973 que teve início a construção de conjuntos habitacionais para a população que recebia entre 3 e 5 salários mínimos, porém, estes foram ocupados por pessoas de renda superior ademais, diversas vezes os programas habitacionais do BNH, contribuíram para aumentar as diferenças sociais, elevando o preço da terra urbana e estimulando a especulação imobiliária. Como consequência, a população de baixa renda deslocou-se para lugares em que as condições de habitação eram precárias (LIMA, 2004).

A década iniciada em 1980 foi marcada pela efervescência política promovida pelas lutas sociais em torno da derrubada do regime militar (TONELLA, 2013) e também pelo fim do chamado “milagre econômico” que culminou com a desaceleração econômica no Brasil. Houve diminuição salarial, aumento da inflação, instabilidade econômica, além de aumento no preço da terra urbana, contexto este que dificultou o acesso da população de baixa renda à casa própria. No ano de 1985, com o fim do regime ditatorial e o restabelecimento das eleições livres, além da aprovação da nova Constituição Federal, que garantia tanto os direitos políticos quanto civís, a política brasileira passou por consideráveis mudanças. Entretanto, paralelamente a essas mudanças, a política neoliberal se estabelecia trazendo como consequência a redução do patrimônio nacional e abertura à iniciativa privada em diversas áreas de atuação, sendo que algumas destas eram até então de domínio exclusivo do Estado (CHAGAS; CARVALHO, 2015).

Entre os anos de 1987 e 1994, os programas habitacionais tinham alcance limitado, mas a partir da segunda metade dos anos 90 os investimentos no mercado da construção civil foram retomados e o capital imobiliário aproximou-se do capital financeiro tornando possível maior integração com os ativos imobiliários (FLEURY e SILVA, 2015). Já a consolidação do processo de descentralização das políticas públicas de planejamento urbano ocorreu em 1988, a partir daí os municípios seriam os responsáveis por conduzir e articular este planejamento, por isso um plano de âmbito nacional para a política urbana deixou de existir (DUMONT, 2014).

Nesta mesma época, o Presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) lançou o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) cujo objetivo - não atingido- era a construção de 245 mil habitações no espaço de 180 dias. Posteriormente, no governo de Itamar Franco (1992-1994), foram criados dois programas habitacionais (Habitar Brasil e Morar Município) com o objetivo de financiar moradias para a população de baixa renda, no regime de ajuda mútua, porém, esses programas não foram efetivados porque pautavam pelo excesso de padronizações e exigências legais, dificultando que os municípios angariassem os recursos necessários (LIMA, 2004).

Na primeira década de 2000 o ambiente macroeconômico do Brasil era bastante favorável, a inflação estava controlada, as taxas de juros baixaram, houve aumento dos valores disponíveis para financiamentos, o que permitiu que mais pessoas tivessem acesso a financiamento de imóveis, em especial, o que aumentou o interesse de investidores e também de agentes financeiros no mercado imobiliário (FLEURY e SILVA, 2015).

Após 13 anos de discussões e luta, foi aprovado no ano de 2001 o *Estatuto da Cidade* com o objetivo de reger os usos do espaço urbano, possibilitando, à princípio, que a função social da propriedade fosse regulamentada. O Estatuto pode ser apontado como importante marco entre o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o primeiro mandato de Luís Lula Inácio da Silva (Lula) a partir de então, os problemas e as diretrizes da política urbana estavam novamente organizados de forma única e, além disso, os desafios para os governos estavam postos e deveriam ser colocados em prática (DUMONT, 2014).

Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades oficializando a centralidade da questão urbana e das políticas habitacionais unificando áreas como habitação, saneamento, transportes urbanos e política de ordenação territorial e desta forma, a gestão de toda política urbana e habitacional do Brasil estava sob a responsabilidade de um único ministério tanto no planejamento como na execução (DUMONT, 2014).

No ano de 2005 houve o aumento de investimentos na área de habitação, para o mercado privado e para investimentos públicos, tendência que foi intensificada com o lançamento em 2007 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (MARICATO, 2009). No ano de sua reeleição, o ex-presidente Lula declarou que a base de seu segundo mandato seria o tripé ‘desenvolvimento, distribuição de renda e educação’; também passou a manter um discurso de que o país precisava crescer, reacendendo as esperanças de muitos brasileiros (COUTO; COUTO, 2010). Sendo assim, o PAC foi lançado em 2007, com a promessa de estimular os setores produtivos e expandir os benefícios sociais para todas as regiões do Brasil (RODRIGUES; SALVADOR, 2011). Este programa marcou a retomada de investimentos em infraestrutura e, também, uma nova direção na tentativa de recuperação do país, pois a queda nos investimentos era considerada um dos maiores empecilhos econômicos (CARLOS, 2015c).

O objetivo do PAC foi expandir os investimentos públicos e privados em infraestrutura, buscando crescimento econômico mais sustentado, ademais, era esperada uma redução nas desigualdades regionais (CETRA; OLIVEIRA, 2014; BRASIL 2007). Quando foi lançado, a previsão de investimento era de R\$ 503 bilhões entre 2007- 2010, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos; mas, em 2008 foi anunciado que o montante a ser investido passaria a ser de R\$ 656,5 bilhões (BRASIL, 2007).

Houve amplo investimento na divulgação e difusão do PAC, confirmando a retomada do Estado como indutor do crescimento e desenvolvimento tanto econômico quanto social, o que desencadeou críticas, pois foi considerada propaganda governamental de Lula e uma de suas maiores apostas político-eleitorais (RODRIGUES; SALVADOR, 2011). Neste período, ocorreu a “redução da autonomia relativa do Estado frente aos interesses imediatos dos setores dominantes, que se apoderam abertamente de segmentos do aparelho estatal” (FILGUEIRAS; GONÇALVES 2007 p.196).

Os principais financiadores da campanha de Lula exercem papel protagônico não somente na política, mas também na economia: os bancos são os principais beneficiários da política macroeconômica, via política monetária e cambial, as empresas do setor primário-exportador comandam o padrão de inserção do país no sistema mundial de comércio via mercados de commodities, inclusive com a revitalização do segmento do etanol; e as empreiteiras são os atores principais do Programa de Aceleração do Crescimento [...] (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

É importante ressaltar que não houve distinção no modo de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), pois, a política econômica adotada por FHC entre 1995 e 2002 foi continuada pelos governos de Lula e de Dilma Rousseff,

períodos em que houve a materialização dos projetos desenvolvidos durante os governos de FHC. Houve a manutenção do modelo econômico dominante, ou seja, o empenho estava em beneficiar interesses e a política econômica do capital financeiro, com foco nas exportações e, almejando diminuir a instabilidade econômica, Lula também deu continuidade às políticas liberais mantendo os interesses do bloco dominante para quem e com quem se aliou para governar. A consequência foi que os movimentos cuja luta era pela construção de um projeto democrático-popular como alternativa ao bloco dominante foram controlados politicamente através da cooptação tanto material quanto ideológica de suas direções (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). Nesse sentido, Silva (2016)⁷ aponta a interligação entre os interesses econômicos e políticos no contexto trazido por Filgueiras e Gonçalves (2007) devido ao favorecimento de empreendimentos de grande impacto, o que negligencia os princípios da administração pública que incentiva a participação popular.

A clara tendência de aceleração do crescimento do PIB brasileiro observada a partir de 2004 foi mantida nos anos seguintes, e, mesmo com o forte impacto da crise financeira internacional de 2008 sobre o resultado do PIB de 2009, em 2010 houve rápida retomada do crescimento e a taxa de investimentos também cresceu neste período, em especial a partir de 2006 (LARA, 2015).

Apesar disso, em 2011 mesmo com os resultados econômicos positivos obtidos nos anos anteriores, “a performance de crescimento do Brasil piorou quase que continuamente, chegando a registrar retração de 0,9% ao ano, no primeiro trimestre de 2015” (LARA, 2015 p. 25). Seguindo este mesmo pensamento, Fleury e Silva (2015) aponta que o *boom* das incorporadoras e construtoras começou a cair também em 2011 e manteve seu declínio nos anos seguintes.

Os investimentos considerados até agora mostram que, no plano político, tem-se o Estado criando as condições para realização da acumulação por meio de políticas públicas, capazes de superar momentos críticos. O programa “Minha Casa Minha Vida” lançado em 2009 é um exemplo disso, nele, o Estado contempla a necessidade do mercado imobiliário de garantir a expansão do mundo da mercadoria, que pode a partir de então, atingir uma parcela da população que vivia excluída deste mercado, apesar de esta inclusão ser realizada precariamente através da produção do espaço. A partir do acesso à casa própria, um novo mercado de consumo se estabelece – o de bens; assim, as ações do capital objetivando a acumulação, não podem ser

⁷ O estudo da autora trata especificamente da cidade de Recife – PE porém, esta interligação entre os interesses econômicos e políticos representam o que acontece com grande parte dos empreendimentos financiados pelo PAC.

apresentadas como um desenvolvimento cego, mas sim, estratégico, produzindo um espaço e tempo necessários para que a acumulação ampliada do capital seja mantida (CARLOS, 2015b).

Neste sentido, Maricato (2009) expõe o caráter central do Estado nos processos de produção e distribuição de moradias, pois este pode participar diretamente da produção das mesmas ou financiar e contratar a construção; além disso, é o agente responsável pela regulação das terras, elaboração das relações trabalhistas, bem como das regras de financiamento privado. Além disso, é responsável pela promoção e implantação de infraestrutura, possibilitando a abertura de novos espaços para investimento. “A importância da propriedade fundiária numa sociedade patrimonialista como a nossa explica, em boa parte, essa gigantesca exclusão territorial ou segregação (MARICATO, 2009, p.43).

Apesar dos amplos investimentos realizados pelo Governo Federal durante o PAC e o PAC 2⁸ o principal argumento para as dimensões destes programas estava na necessidade de dinamizar a economia por meio de investimentos em infraestrutura, saneamento e habitação e os recursos foram sendo repassados aos municípios. Após a crise financeira mundial em 2008, Lula tomou medidas para manter a economia aquecida; a iniciativa do governo canalizou recursos para o setor da construção civil, sendo este responsável por absorver contingente relevante de mão de obra e por estimular setores econômicos correlatos (TONELLA, 2013). Rodrigues e Salvador (2011) apontam a necessidade de realizar uma análise por trás do discurso desenvolvimentista, elucidando a importância de investigação acerca das medidas e ações oriundas destes programas e as implicações destas para as políticas sociais – em relação ao redirecionamento de recursos do orçamento para priorizar investimentos públicos.

Além disso, de acordo com Abreu e Câmara (2015) o Brasil tem como característica considerar as políticas públicas de infraestrutura extremamente importantes para a criação de imagem positiva do governo, em especial por seu impacto sobre o desenvolvimento e também a visibilidade política a partir destas. Segundo esses autores, isto acontece porque os investimentos em questão envolvem setores da indústria capazes de gerar emprego, em especial, para a população de baixa escolaridade. Já sob a perspectiva dos empresários, esses investimentos públicos geram oportunidades de negócio com baixa concorrência externa; ademais, grande parte dos investimentos federais é executada em parceria com estados e

⁸ PAC 2 foi o nome dado à segunda etapa do PAC, seu lançamento foi em março de 2010 para ter início em 2011. O PAC 2 incorpora mais ações de infraestrutura social e urbana, com investimentos na urbanização de favelas, saneamento ambiental, pavimentação, drenagem e contenção de encostas. Também objetivou investir na construção de equipamentos públicos como creches, unidades básicas de saúde e espaços para esporte, cultura e lazer (BRASIL, 2015).

municípios, gerando possibilidades de alianças políticas com os segmentos da sociedade e também lideranças políticas (ABREU; CÂMARA, 2015).

Segundo Lara (2015) a estratégia de ajuste fiscal de 2011 – e repetida em 2015 – acompanhada da orientação à desvalorização da taxa de câmbio, também de medidas objetivando a redução de custos para as empresas, como maneira de estimular o crescimento do investimento privado e modificar o julgamento sobre o papel do Estado na construção de infraestrutura, são elementos que contrastam com a orientação que existiu até 2010; o que ocorreu foi que “ao contrário do que é frequentemente assumido no debate público, na transição entre o segundo mandato do Presidente Lula e o governo de Dilma Rousseff, não houve continuidade ou mesmo aprofundamento da orientação “desenvolvimentista”, mas, sim, mudanças significativas na condução das políticas econômicas” (LARA, 2015 p.36); a partir do momento em que houve o crescimento econômico e a inclusão social, aparentemente, também foi modificada a correlação de forças na sociedade brasileira. Segundo Lara (2015) essas alterações foram marcadas pelo desenvolvimento simultâneo (ou defasado) de oposição à sua continuidade; alguns estratos sociais insatisfeitos por perder protagonismo, intensificam seu interesse pela ação política buscando influenciar as decisões governamentais.

O autor sugere um sentido alternativo ao que, segundo ele, vigora no debate público em que

Mudanças distributivas, sociais e políticas associadas ao período da aceleração acabaram gestando importante oposição à continuidade daquele crescimento inclusivo. Tais forças hoje parecem bastante fortalecidas e travam quase completamente a capacidade do Estado de promover o crescimento econômico. Uma superação dessa contradição, que pudesse viabilizar um novo ciclo de desenvolvimento, parece demandar transformações bastante profundas na sociedade brasileira (LARA, 2015 p.37).

Lima (2004) acredita que, apesar de ser necessidade de toda população, a desigualdade e o acesso à moradia expressam conflitos sociais que são resultado da estruturação do urbano e também da lógica da acumulação capitalista; esta situação ocasiona conflitos e embates de interesses entre proprietários, empresários, classe dominante e classe trabalhadora. O contexto econômico, político e social do Brasil “possui traços universais, porém revelam, em cada formação social, especificidades que possibilitam a compreensão das suas particularidades” (LIMA, 2004).

Este cenário remete ao resgate dos investimentos realizados pelo Governo Federal no Paraná: até 2010 o estado recebeu o montante de R\$ 33,7 bilhões oriundos do PAC, estes investimentos tinham como objetivo ampliar a infraestrutura logística e energética do Estado, e investir na infraestrutura social e urbana (BRASIL, 2015). Para exemplificá-los, de acordo

com os eixos aos quais pertencem, a Tabela 1 abaixo apresenta os eixos, os empreendimentos exclusivos e regionais, bem como os valores investidos nos eixos de logística, energia e social e urbano.

Tabela 1 :Valores em milhões de investimentos realizados no Paraná

Eixo	Empreendimentos exclusivos		Empreendimentos de caráter regional	
	2007-2010	Pós 2010	2007-2010	Pós 2010
Logística	971,9	196,5	8.800,8	59
Energética	9.188,3	20.658,2	647,8	760,3
Social e Urbana	14.097,2	7,6	-	-
TOTAL	24.257,3	20.862,3	9.448,6	819,3

Fonte: Adaptado de Brasil, 2014

Os investimentos que são nomeados como *exclusivos* são aqueles em que tanto recursos quanto empreendimentos envolvem somente o Estado do Paraná, enquanto os investimentos *regionais* são aqueles que abrangem mais de um estado.

O investimento total no Paraná entre 2011 e 2014 (PAC 2) foi de R\$ 55,61 bilhões, divididos entre os eixos: transporte; energia; cidade melhor; comunidade cidadã; minha casa minha vida; água e luz para todos (BRASIL, 2015). Estes investimentos são mais bem ilustrados nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2: Investimento total do PAC entre os anos 2011-2014 e após 2014

INVESTIMENTO TOTAL	R\$ 55,61 bilhões
2011 a 2014	R\$ 38,46 bilhões
Pós 2014	R\$ 17,15 bilhões

Fonte: Adaptado de Brasil, 2014

Tabela 3: Investimentos em cada um dos eixos do PAC

Eixo	2011 a 2014 Exclusivo	Pós 2014 Exclusivo	2011 a 2014 Regional	Pós 2014 Regional
Transportes	2.059,88	2.248,32	419,48	166,72
Energia	7.191,00	2.176,03	907,25	2.631,33
Cidade Melhor	1.653,65	8.365,30	-	-
Comunidade Cidadã	467,57	466,86	-	-
Minha Casa, Minha Vida	25.429,45	419,99	-	-
Água e Luz para todos	331,74	673,94	-	-
TOTAL	37.133,28	14.350,44	1.326,73	2.798,05

Fonte: Adaptado de Brasil, 2014

No eixo Infraestrutura Social e Urbana, há um sub-eixo intitulado *Urbanização de Assentamentos Precários*, cujo objetivo é melhorar as condições de habitação e mobilidade em assentamentos precários nos centros urbanos, a partir de obras de infraestrutura, como a construção de moradias, drenagem, abastecimento de água, obras de esgoto sanitário, iluminação pública, entre outras.

No Paraná, este sub-eixo recebeu entre 2011 e 2014 o total de 324,90 milhões de reais em investimentos. Dentre os diversos empreendimentos realizados nos municípios paranaenses está o “Projeto de Urbanização do Bairro Santa Felicidade” em Maringá, projeto que recebeu R\$ 42.504,80 (BRASIL, 2015). Este empreendimento será explorado com maior profundidade na próxima seção deste trabalho. Segue abaixo a tabela 4, na qual é possível verificar o montante investido e também o estágio em que se encontra esse projeto. É importante ressaltar que o estágio desta obra ainda está como “*em execução*” e o valor de investimento engloba o montante investido entre os anos de 2007 e 2010.

Tabela 4: Sobre a Urbanização do Bairro Santa Felicidade

URBANIZAÇÃO - SANTA FELICIDADE - MARINGÁ-PR	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Ministério das Cidades
EXECUTOR	Município
UNIDADE FEDERATIVA	PR
MUNICÍPIO (S)	Maringá
INVESTIMENTO PREVISTO	R\$ 42.504.795,34
OBSERVAÇÃO	Inclui investimento 2007 a 2010
ESTÁGIO	Em obras
DATA DE REFERÊNCIA	30 de junho de 2016

Fonte: Adaptado de Brasil, 2014

A obra de Requalificação do bairro Santa Felicidade recebeu o nome de ZEIS-Santa Felicidade, no projeto de mesmo nome. A proposta é ser um projeto de transformação sócio ambiental que envolve soluções integradas para habitação, emprego e renda, e infraestrutura urbana e social. Segundo Tonella e Rodrigues (2010) os investimentos a serem realizados na área faziam parte de recursos destinados às áreas classificadas como favelas, porém, mesmo o bairro não sendo classificado como favela, os recursos foram repassados para Maringá realizar a obra.

Com o crescimento da população e da cidade, houve a crescente produção de loteamentos fechados, os chamados condomínios horizontais, vistos e valorizados pelo mercado como alternativa que alia a qualidade de vida de residências unifamiliares à segurança

dos apartamentos (MENEQUETTI, 2009). Por essa razão, a população do Santa Felicidade representava um empecilho para os planos dos agentes imobiliários e dos produtores do espaço urbano de Maringá. Isso acontece porque na região em que o bairro está localizado há condomínios de alto padrão e um Centro Universitário, assim, a população em questão é considerada um entrave aos interesses imobiliários; o Estado privilegia os interesses de um (ou vários) grupo(s) da elite de Maringá. O Santa Felicidade passa então pelo processo de Requalificação. Os moradores do conjunto são removidos para as novas periferias da cidade (STAHLHOEFER e RODRIGUES, 2010).

Segundo Tonella e Rodrigues (2010), esta intervenção culminou com a remoção de pelo menos um terço das famílias cuja transferência e pulverização para diversos bairros atentaram contra um dos princípios norteadores da política de habitação de interesse social: a preservação dos laços familiares e de vizinhança da população atendida. É importante pontuar que esta obra ainda consta como em execução porque compreende além de obras no bairro Santa Felicidade, obras nos bairros para onde as famílias foram realocadas.

A cidade de Maringá também recebeu recursos para que a SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná – pudesse realizar melhorias e ampliações em sua estrutura (BRASIL, 2015) conforme tabela 5 que segue abaixo.

Tabela 5 : Investimentos em Maringá – proponente SANEPAR

Município Beneficiado	Proponente	Empreendimento	Data da Seleção	Investimento Total (R\$ milhões)	Estágio
MARINGÁ	SANEPAR	Ampliação do SAA na sede municipal	mar/13	12.350,00	Em obras
MARINGÁ	SANEPAR	Ampliação do SES na rede municipal	mar/13	22.122,50	Em obras
MARINGÁ	SANEPAR	Ampliação do SES na sede municipal - rede coletora, ligações e interceptores Morangueira e Água de Jambo	jan/08	12.214,08	Concluído
MARINGÁ	SANEPAR	Ampliação do SES nos Bairros JARDIM Verônica e Vila Cafelândia - ETE 01 e 03 Norte	fev/07	37.695,65	Em obras
MARINGÁ	SANEPAR	Ampliação do SES - ETE-1 Norte e ETE-3 Norte - Alvorada	nov/10	9.200,00	Em obras
MARINGÁ	SANEPAR	Ampliação do SAA na sede municipal e distrito de Iguatemi	fev/07	25.315,00	Concluído

Fonte: Adaptado de Brasil, 2014

As melhorias realizadas cobriram o município de Maringá e também o distrito de Iguatemi, sendo que a obra de ampliação no sistema de abastecimento de água – SAA e a obra referente à ampliação do sistema de esgotamento sanitário – SES são as únicas que foram concluídas até o momento.

Além destes investimentos, o PAC possibilitou a construção do Contorno Norte de Maringá, conforme tabela 6, que segue.

Tabela 6 : Detalhes da obra Contorno Norte – Maringá-PR

EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS					
Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento 2011 a 2014 (R\$ em milhões)	Investimento após 2014 (R\$ em milhões)	Estágio
Rodovias	Construção-Rodovias	BR-376/PR - Construção do Contorno Norte de Maringá	193,45	-	Concluído

Fonte: Adaptado de Brasil, 2014

O Contorno Norte é uma obra bastante questionada, quer seja pelo fato de ter sido implantada a partir de um projeto da década de 1990 sem qualquer modificação, até pelo impacto que teve na vida das pessoas que habitam a região do contorno; esta obra restringe uma parcela da população ao acesso à cidade e a dificuldade de usufruir de serviços públicos também é grande, pois a obra acabou separando alguns bairros do restante da cidade (OLIVEIRA, 2016).

Contemplando o exposto até aqui, a próxima seção deste trabalho versará sobre a construção do espaço urbano maringaense, em síntese, e descreverá como ocorreu a requalificação do bairro Santa Felicidade, localizado em Maringá, visto que esta obra foi realizada com recursos oriundos do PAC que foram obtidos por meio de projeto enviado à Brasília com o objetivo de angariar esses recursos financeiros para a cidade de Maringá.

5 O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO SANTA FELICIDADE

Ao expor que esta pesquisa trata dos processos inerentes ao território e considera a cidade como uma organização, cabe resgatar a história da construção do espaço urbano de Maringá (brevemente) para compreender a história do Santa Felicidade e o processo de requalificação que teve lugar neste bairro. Segundo Fleury e Silva (2015), desde a colonização da região na década de 1940 houve o protagonismo do capital imobiliário sobre a configuração socioespacial do território em questão. A organização urbana de Maringá buscou se manter fiel ao projeto estabelecido desde sua gênese, fruto de arrojado projeto urbanístico cuja implementação direcionava a ocupação residencial de acordo com as condições econômicas dos compradores, essa diferenciação resultou numa segmentação socioespacial que teve como resultado um espaço urbano segregado (RODRIGUES, 2005; CORDOVIL, 2010).

A temática sobre a requalificação de espaços urbanos torna-se cada vez mais frequente diante das novas configurações das cidades contemporâneas, com frequência a requalificação para fins empresariais, turísticos, de lazer ou culturais perpassam o espaço como arena de lutas entre o empreendedor e grupos resistentes, isto ocorre porque comumente estes empreendimentos desconsideram os aspectos sociais da população, consequentemente, acabam por excluir e não por incluir (LACERDA; CARVALHO; VIEIRA, 2016).

O modelo de desenho urbano planejado inicialmente deixou de ser seguido com o passar dos anos, havendo a descaracterização do traçado original da cidade e perda da qualidade devido à expansão que descuidou de questões importantes do planejamento urbano inicial (BOVO; AMORIM, 2012). Sabe-se que o padrão de ocupação do espaço urbano de Maringá segue a mesma lógica do processo de urbanização de outras cidades brasileiras, mas, em algumas delas esse processo gerou favelas, porém estas construções em área de risco e/ou produzidas de forma precária não fazem parte da cidade de Maringá (ARAÚJO, 2005; RODRIGUES, 2004).

Não obstante, nos primeiros anos de urbanização, a cidade possuía 14 pequenas ocupações populares cuja localização em área central da cidade causava certo incômodo às elites; a solução encontrada pela administração do município foi a realocação destas famílias, a partir do programa PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, estas pessoas foram então para um novo bairro, o Santa Felicidade, na época, distante de qualquer outro bairro, esta situação marca a condição imposta às famílias de baixa renda da cidade: elas não tem o direito de morar próximo ao centro (STAHLHOEFER e RODRIGUES, 2010).

Rodrigues (2004) destaca a presença e as ações do poder público, na urbanização da cidade, este agente também é responsável pela maneira que o espaço urbano foi e é ocupado, pois, a responsabilidade das ações acaba por reiterar através do planejamento e das políticas urbanas, qual seria a Maringá a ser construída, segundo a autora:

O que ocorreu inúmeras vezes, foi a presença no governo municipal (executivo ou legislativo) de indivíduos que também atuavam no mercado imobiliário, exceção ao poder executivo no primeiro mandato, que enfrentou forte resistência da companhia incorporadora. Entretanto, a empresa conseguiu apoio amplo no legislativo para aprovar vários projetos que interessava a ela particularmente (RODRIGUES, 2004, p. 47).

Atualmente, a nova dinâmica das cidades globais implica no direcionamento de fundos públicos para apropriação privada dos ganhos propiciados pelo espaço, ocorre que o espaço urbano das cidades continua sendo moldado pelos donos do poder local, inclusive em Maringá (FLEURY E SILVA, 2015) além disso, o planejamento da cidade, bem como as leis, planos e projetos são mutáveis, fato que acaba por favorecer e privilegiar a lógica da acumulação capitalista e a classe dominante, posto que estas também são realizadas de acordo com conveniências políticas e econômicas (TOWS, 2015).

Em 2004 o Plano Diretor de Maringá de 2002 (CORDOVIL, 2010) foi revisado e foi utilizado um dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, a criação das ZEIS (com o objetivo de garantir o acesso democrático à cidade) teve lugar em Maringá, o poder público criou-as sem estabelecer critérios para tal, de acordo com Tonella e Rodrigues (2010) pressupõe-se que os interesses atendidos estavam relacionados aos interesses de agentes imobiliários e por conseguinte, contrariou o objetivo da criação das ZEIS que compreende a construção de moradias de interesse social.

Quanto à prática especulativa na cidade, é possível pontuar que este processo é um empecilho para que a função social da propriedade aconteça e para que o solo urbano seja ocupado de maneira mais democrática, esta prática dificulta consideravelmente o rompimento dos favorecimentos que acontecem em Maringá, estes favorecem o atendimento aos interesses do capital imobiliário em detrimento aos interesses da população de renda mais baixa (RODRIGUES, 2004). As ações são pensadas nos gabinetes de planejamento do Estado e pela Secretaria de Planejamento o fato é que “a terra urbana é revertida para o mercado; parte dos recursos estruturais é proveniente do próprio Estado e a totalidade da legislação urbanística produzida e aprovada é direcionada para favorecer e beneficiar alguns agentes específicos” (TOWS, 2015, p.31), ainda nesse sentido, Borges e Sela (2013) afirmam que a Maringá foi

construída contando com o poder público como agente ordenador do território desde os primeiros anos, confirmando a atuação deste por meio de relações clientelistas.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e um de seus objetivos que previa a ampliação de ações em infraestrutura social e urbana, sendo que a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) apurou como principal desafio à uma política de habitação o atendimento à população moradora de favelas, em especial das regiões metropolitanas, sendo assim, selecionando para atendimento prioritário 12 regiões metropolitanas, capitais e alguns municípios com mais de 150 mil habitantes, parte destes recursos foi destinado à Maringá para a requalificação do bairro Santa Felicidade, mesmo este não sendo classificado como favela (BRASIL, 2015; TONELLA; RODRIGUES, 2010).

Para Carlos (2015b) a remoção de moradias, de elementos que compõem a história e memória, marcas do tempo e de uma sociabilidade que não está mais ajustada aos propósitos da acumulação atual aparece como “revitalização”, ordenamento ou até mesmo organização do espaço, quando de fato, representam a destruição de espaços, revelando a força destrutiva das estratégias de acumulação que por sua vez tem na reprodução do espaço urbano seu material principal e objeto essencial, tanto a requalificação de espaços quanto os processos de gentrificação apontam que o poder de transformação do espaço responde às expectativas de realização de lucros para o setor imobiliário, esta segregação gerada a partir da “revitalização” urbana e com a valorização imobiliária é um fenômeno social essencial para a compreensão das dinâmicas espaciais.

O governo Federal destinou aos programas habitacionais o montante de R\$ 17 bilhões, para o período 2007/2010, sobretudo, para requalificação de áreas que resultasse em acesso à moradias dignas, nas localidades urbanas e rurais para a população de baixa renda. Além do exposto, este programa é um exemplo de política criada para financiar obras de infraestrutura e intervenções urbanas, ademais, para que os recursos sejam angariados, os municípios realizaram projetos que demonstravam suas necessidades e as propostas mais adequadas eram escolhidas para receber os recursos administrados pelo ministério das cidades e repassado aos municípios pela Caixa Econômica Federal, no caso do projeto realizado no bairro Santa Felicidade, ele era da área “Saneamento e Urbanização de Favelas e de Áreas de Risco Social” (BORGES; SELA, 2013; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES).

“A requalificação não considera os aspectos sociais da população, uma vez que a construção dos empreendimentos acaba por excluir ao invés de incluir”⁹ (LACERDA; CARVALHO; VIEIRA, 2016). Este projeto objetivava a ampliação do tamanho dos terrenos e, para tal, 129 famílias foram remanejadas para outros bairros da cidade, porém, este projeto não foi debatido com a população local (GALVÃO; ROCHA, 2010).

Para justificar uma intervenção que não foi discutida com a população local, no projeto enviado à Brasília para angariar os fundos do PAC, o bairro foi classificado como “região conhecida como carente e a mais violenta do município” também constava no projeto que a região era “foco de distribuição de entorpecentes para diversas regiões do Paraná, país e exterior”, Rodrigues e Tonella (2010) afirmam que estes relatos foram uma tentativa de estigmatizar a população que habitava o bairro.

Para que seja possível compreender como ocorreu(ram) o(s) processo(s) de (des)(re)territorialização dos ex-moradores do bairro Santa Felicidade, é imprescindível o resgate histórico deste bairro, pois:

É fundamental que não seja ignorado que a História de um lugar é resultado da ação, em determinado espaço, de processos que atuam em escalas ao mesmo tempo desiguais e combinadas, desta forma, a história não pode se ater apenas a processos puramente locais, é preciso que estes estejam relacionados a processos mais gerais que atuam em escalas mais amplas da ação humana, porém, isso não pode ser feito sem que haja valorização e compreensão das singularidades locais (ABREU, 2014, p. 30).

O Núcleo Habitacional Santa Felicidade foi inaugurado em 1977 com recursos do BNH – Banco Nacional de Habitação por meio do PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados e quando foi lançado, o bairro em questão não possuía infraestrutura nem tampouco equipamentos urbanos, como creches, escolas e postos de saúde, sendo então excluídos dos serviços públicos (SHIMADA, 2015). Nesse sentido, Rodrigues (2004) complementa explicando de que maneira as famílias de baixa renda são consideradas em Maringá:

Excluíram a baixa renda não só dos melhores lugares da cidade, como também dos seus próprios limites, afastando-a para os municípios vizinhos, que até hoje são aglomerações urbanas desprovidas da infraestrutura básica que, em Maringá, foi oferecida desde o início de sua fundação. (RODRIGUES, 2004, p.19)

⁹ Esta visão acerca da requalificação foi utilizada pelos autores para descrever o processo de requalificação do Cais Mauá, porém, acredita-se que é pertinente tendo em vista que a requalificação do bairro Santa Felicidade também excluiu ao invés de incluir a população que havia construído sua vida no bairro.

Em relação às características do Santa Felicidade quando de sua criação, sabe-se que:

Como é comum nos conjuntos habitacionais, eles foram edificados em locais distantes do centro, têm casas simples e pequenas. Seus moradores, ao menos nos primeiros anos de residência nesses bairros, sofreram com a ausência de serviços públicos. Trata-se de terrenos repletos predominantemente por casas iguais, pintadas de branco, com uma escola pública, uma creche, um pequeno comércio [...] (ARAÚJO, 2005, p.17).

No decorrer dos anos, devido ao crescimento de Maringá e com as novas condições de urbanização da área em que se localiza o bairro Santa Felicidade as características iniciais deste bairro foram modificadas e ele já não se encontra mais afastado do centro da cidade, possui infraestrutura e equipamentos urbanos, observa-se que o bairro não está mais afastado da cidade como era anteriormente - o que pode ser visto na figura 1 que segue, sobre esta situação, Galvão e Rocha (2010) afirmam ainda que este bairro passou a ser considerado um entrave para o desenvolvimento da região na visão dos agentes imobiliários e dos ocupantes do poder público municipal.

Figura 1 – Localização do Bairro Santa Felicidade



Fonte: Google Earth

Stahlhoefer e Rodrigues (2010) afirmam que até meados dos anos 2000 o bairro Santa Felicidade apresentava condições urbanísticas e habitacionais inferiores ao que havia em Maringá, com infraestrutura inacabada e grande número de propriedades sem registro. Trinta

anos depois da inauguração do bairro (1977-2007) a Prefeitura Municipal de Maringá transformou o bairro em ZEIS e, utilizando recursos do PAC implantou um programa de requalificação urbana e social, também conhecido como PAC-ZEIS Santa Felicidade.

Devido à valorização da região deste bairro e argumentando que havia a necessidade de rápido trânsito de documentos para que houvesse o repasse de recursos, teve início em 2007 o Projeto de Requalificação Urbana e Social – ZEIS Santa Felicidade (GALVÃO; RODRIGUES; TONELA, 2009), pensado localmente, mas, realizado com recursos do Estado e do Governo Federal a partir do PAC. Apesar disso, questiona-se o fato de o bairro Santa Felicidade não constar na lei de 2007 da Prefeitura Municipal de Maringá que criou as ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, Borges e Sela (2013, p.11) ainda complementam que esta ação pública fora sustentada pelo interesse de “qualificar o espaço urbano delimitado pelo bairro, integrando-o à composição paisagística do seu entorno, configurada pelos novos loteamentos e condomínios constituídos na porção sul da cidade de Maringá”.

Como consequência do crescimento da cidade e a valorização das áreas ao redor do bairro, ele se tornou uma das regiões de interesse para a expansão imobiliária, com valorização das terras, construção de condomínios horizontais de luxo, mansões, e instituição de ensino, então, novamente, os moradores deste bairro foram vistos como um problema para a valorização imobiliária em Maringá, segundo Rodrigues (2004). Desta forma, após superarem as fragilidades do bairro, as famílias são vistas como um impedimento para o progresso imobiliário, que não comporta um bairro com aparência simples (STAHLHOEFER; RODRIGUES, 2010; SHIMADA, 2015).

Galvão e Rocha (2010) consideram a criação da ZEIS no conjunto Santa Felicidade como sendo um instrumento usado para a remoção de seus moradores, pois, para a criação destas áreas de interesse social foi aprovada uma lei no ano de 2005 e, em 2007 foi estabelecida uma parceria com a iniciativa privada para a implementação destes loteamentos de interesse social, desta forma, é possível estender a discussão também para a mobilidade social e questões territoriais e sobre a territorialidade destes moradores, realocados para diversos outros bairros da cidade, áreas que não possuem a mesma infraestrutura de seu bairro de origem, quais sejam: Odwaldo Bueno Netto; Honorato Vecchi; Jardim Madrid; Jardim Botânico; Jardim Diamante; Jardim Kakogawa; Jardim Lice; Jardim Ibirapuera; Jardim Paulista II; Jardim Patrícia; Jardim Paris; Jardim Dourado e Gleba Ribeirão Morangueiro (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ).

A implantação do Projeto de Requalificação do Santa Felicidade previa a remoção de pelo menos 1/3 das famílias e, por conseguinte, a maior parte dos moradores não iria usufruir

nos benefícios advindos dos investimentos de recursos do PAC (SHIMADA, 2015; GALVÃO; ROCHA, 2010; RODRIGUES, 2004). O poder público de Maringá elaborou um projeto com objetivo de transformar a área social, de segurança, econômica, de infraestrutura, educação e saúde deste bairro, cujas características foram alteradas quando da elaboração do mesmo (RODRIGUES, 2004).

Para justificar a intervenção urbana realizou diversas manobras para que seus objetivos fossem atingidos (GALVÃO, RODRIGUES e TONELLA, 2009), um dos propósitos do projeto de intervenção no bairro Santa Felicidade era adequar as vias do bairro ao padrão da cidade, para tal, seria preciso excluir 74 lotes e suas construções – leia-se 74 residências onde moravam famílias, e em diversos casos, mais de uma família por terreno (Prefeitura Municipal de Maringá, abc da habitação e PAC Paraná, Ministério das Cidades).

Essa situação caracteriza que a ação do Estado através do poder local intervém e reforça a hierarquia dos lugares, expulsando para a periferia os antigos habitantes e recriando um espaço de dominação, a transformação das áreas em que se estabelecem novos projetos além de expulsar os residentes implanta um padrão estético homogêneo (CARLOS, 2015b). A autora ainda complementa que as formas de apropriação do espaço, transformadas em mercadoria sob a ótica do capital apontam para uma hierarquização socioespacial como expressão da desigualdade – é o que aponta a segregação socioespacial, assim, a propriedade privada do solo transforma o espaço em nova “raridade”.

Galvão, Rodrigues e Tonella (2009) esclarecem que no ano de 2005 antes de um novo Plano Diretor ser estabelecido e de discussões acerca do processo de criação de ZEIS – Zonas de Interesse Social – o poder público maringaense deu início a este processo de criação de ZEIS. Segundo os autores, é preciso atenção nos projetos que foram implementados a partir de então, pois, tendo em vista as condições em que ocorreu este processo, tudo indica que a criação destas áreas teve relação com os interesses dos agentes imobiliários e não à população que seria beneficiada com a construção de moradias de interesse social, tendo em vista que o cadastro para casa própria não foi atendido em nenhuma das iniciativas dos últimos anos. Desta forma, para que os recursos do PAC fossem implantados, a Câmara Municipal de Maringá aprovou em dezembro de 2007, uma lei complementar que transformou 18 áreas públicas do município - nas quais seriam implantados equipamentos urbanos e sociais - em ZEIS (GALVÃO, RODRIGUES e TONELLA, 2009).

Os mesmos autores afirmam que os moradores de cento e vinte terrenos foram comunicados pela PMM que seriam removidos do bairro Santa Felicidade, nestes terrenos residiam 55% dos moradores do bairro, estas pessoas foram então encaminhados para as áreas

denominadas ZEIS, mas, de modo contrário às expectativas, estas não possuíam a infraestrutura ou equipamentos urbanos similares aos do Santa Felicidade, assim, os moradores que foram removidos não tiveram a chance de usufruir dos benefícios do investimento dos recursos do PAC naquele bairro.

A crítica de Galvão, Rodrigues e Tonella (2009) em relação à implantação dos recursos do PAC no Santa Felicidade, ocorre porque a população que deveria ser beneficiada através destas políticas de moradias sociais não foi pois não pôde usufruir do resultado dos investimentos realizados e além disso tem-se o fato de os agentes do mercado imobiliário da cidade terem altos lucros por meio de uma legislação que a princípio não deveria, mas, lhes favoreceu diretamente. Novamente se repete a história de remoção que estas famílias já sofreram há mais de 30 anos, o que se questiona é se a requalificação urbana e social não deveria atender aos moradores mantendo-os no local em que moram; ao contrário, esta remoção os leva para áreas sem equipamentos urbanos e sociais (STAHLHOEFER e RODRIGUES, 2010).

Dentre os diversos bairros para onde as famílias foram enviadas, os dois investigados na presente pesquisa foram os locais para onde foram a maior parte das famílias, estes bairros estão localizados em áreas afastadas da cidade, e, apesar de legalmente – conforme o Estatuto da Cidade - haver a necessidade de serem dotados de infraestrutura urbana, não possuem infraestrutura similar àquela do Santa Felicidade. Estes bairros foram parte do investimento de R\$ 37 milhões cuja finalidade “era atender as famílias em situação de vulnerabilidade social” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ – SASC) – leia-se as famílias que moravam no Santa Felicidade e cuja presença incomodava as elites locais - o PAC liberou recursos para a cidade de Maringá desde o ano de 2007 e, foi na terceira etapa deste projeto que houve a realocação de parte das famílias para o residencial Honorato Vecchi e para o residencial Odwaldo Bueno Netto. A configuração e a localização de ambos podem ser vistas nas figuras 2, 3 e 4 que seguem.

Figura 2 - Bairro Odwaldo Bueno Netto



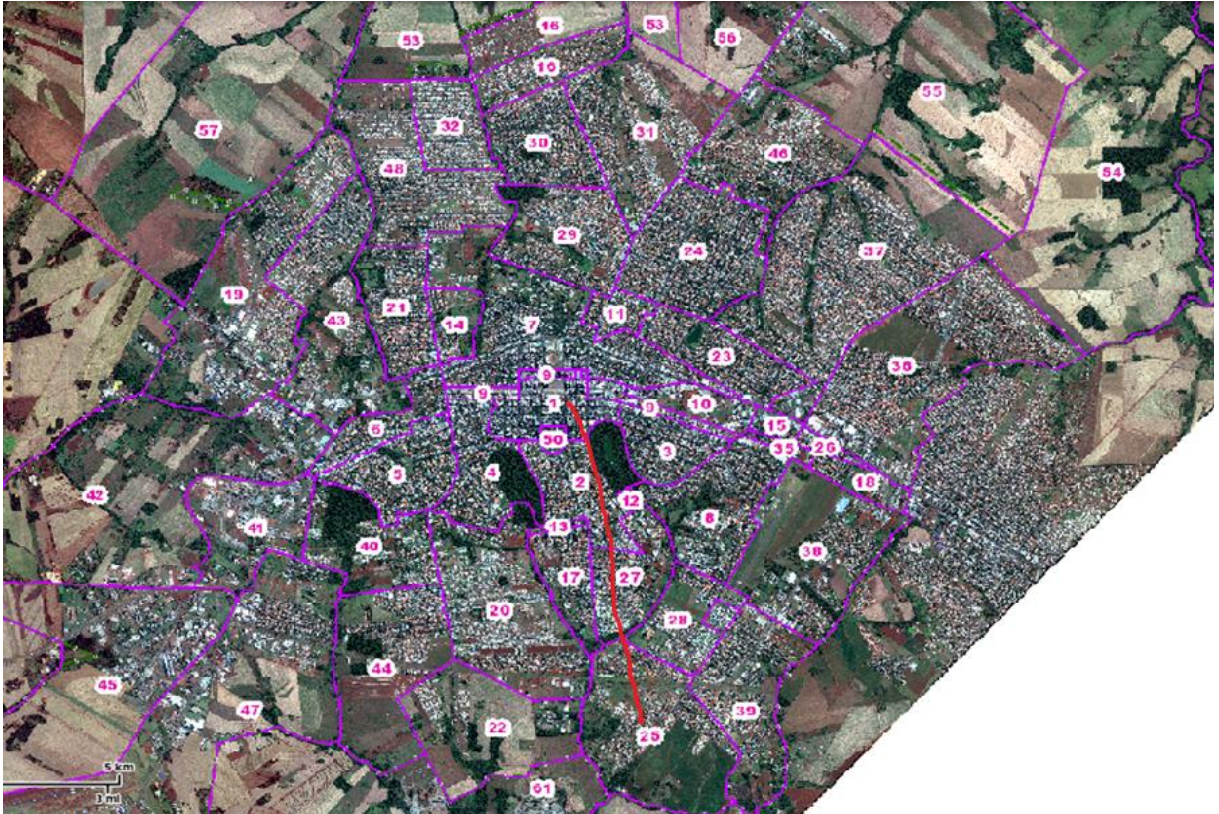
Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá

Figura 3 - Bairro Honorato Vecchi



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 4 – Distância entre a região central da cidade e a região dos bairros



Fonte: Google Earth

Na figura 4 traçou-se uma linha (em vermelho) partindo do centro da até a região em que estão localizados os bairros, a distância é de em torno de 8km, porém, o tempo de trânsito fica entre 31 e 45 minutos utilizando o transporte público. Outro aspecto claramente identificado na figura 4 é o vazio urbano em que estes se encontram, é possível perceber que a área é cercada por terrenos vazios.

Para os primeiros contatos com o campo, a pesquisadora realizou visitas esporádicas aos bairros entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, durante essas idas à campo buscou-se conhecer os moradores de ambos para identificar quais são ex-moradores do bairro Santa Felicidade e então poder combinar o melhor dia e horário para a realização da entrevista em profundidade.

Nos dois bairros em que a pesquisa foi realizada há vazios urbanos e terrenos vazios, durante as visitas realizadas foi possível notar que apesar de Maringá ser uma cidade bastante

arborizada nos bairros não há tantas árvores quanto em outras localidades, há algumas árvores, porém, não estão grandes o suficiente para fazer sombra.

As características de ambos os bairros- Honorato Vecchi e Odwaldo Bueno Netto podem ser vistas nas figuras 5 e 6 que seguem:

Figura 5 – Vazio urbano



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 6 – Residências do Bairro Honorato Vecchi



Fonte: Acervo pessoal da autora

Para compreender como os moradores se relacionam, sua dinâmica e sua interação com os territórios em que habitam, o próximo capítulo versa sobre os processos T-D-R dos ex-moradores do bairro Santa Felicidade, de Maringá-PR, desde o momento em que foram comunicados pela Prefeitura Municipal de Maringá que precisariam deixar suas casas, até o atual momento em suas novas moradas.

6 APREENSÃO DOS REFLEXOS DAS INTERVENÇÕES URBANAS (PÚBLICAS) NOS PROCESSOS T-D-R DOS EX-MORADORES DO SANTA FELICIDADE

A desigualdade social brasileira pode também ser observada em Maringá, bem como os contrastes entre o espaço urbano dos mais ricos e dos mais pobres é característica da cidade desde seu surgimento. Como aponta Corrêa (2013), o espaço visto como condição, meio e produto das relações sociais é também uma reprodução das relações entre aqueles que fazem parte da sociedade, logo, o espaço da cidade capitalista está também organizado de forma profundamente desigual.

Sabendo-se que o espaço é essencial para a formação do território, pois é a partir de sua apropriação concreta ou abstrata que este acontece, de acordo com Raffestin (1993) é inevitável que este seja estudado de forma integrada, ampliando seu conceito histórico e também as relações de domínio existentes. O território tem caráter multidimensional e sua historicidade é sem dúvida, essencial para sua caracterização e entendimento, além disso, conforme afirma Saquet (2009) é um ambiente no qual um grupo social se desenvolve, sendo também produto de mudanças e permanências. É importante ressaltar que o território não só contém ou restringe, mas também exclui, sendo que os indivíduos que exercem o controle sobre ele não precisam estar fisicamente inseridos no território, pois “coisas” e “relações” de uma área passam a ser controladas a partir do estabelecimento da territorialidade (SACK, 1986).

Para a interpretação deste trabalho seguindo a proposta apresentada no capítulo 3, que aborda os procedimentos metodológicos, a interpretação das entrevistas aconteceu a partir das categorias: território, territorialidade, territorialização, processos T-D-R e resistência que foram pensadas e modificadas conforme acontecia a coleta de dados e também após a reflexão realizada pela pesquisadora.

Já para contextualizar e caracterizar os bairros, as primeiras impressões apreendidas e também as reflexões, foram utilizadas notas de campo escritas logo após cada visita, apontando as diferenças entre os bairros e também o que causou estranheza nos momentos iniciais, tendo em vista que a pesquisadora não conhecia os dois bairros.

Uma das visitas ao Honorato Vecchi aconteceu num sábado após o almoço, e, por ter sido uma das primeiras três visitas, mais precisamente, a segunda, buscou-se encontrar um morador disposto a conversar e esclarecer se os moradores eram oriundos do Santa Felicidade, se conheciam seus vizinhos, um breve histórico da vida do morador e outras informações relevantes para que fosse possível continuar a pesquisa. Nas primeiras três visitas, foi possível verificar que o bairro Honorato Vecchi possui casas maiores do que aquelas do Odwaldo Bueno

Netto, local em que há diversos casebres, além de lixo nas calçadas e em algumas casas, também há grande número de cães soltos pelas ruas e de crianças brincando.

As casas dos dois bairros não possuem campainhas, desta forma, nas primeiras visitas a cada bairro, foi preciso “bater de porta em porta”, buscar pessoas que estivessem na frente das casas, questionar pessoas que caminhavam nas ruas e conversar com pessoas que esperavam nos pontos de ônibus para poder dar início às primeiras conversas informais nos bairros. Grande parte das vezes a ida aos bairros foi realizada de carro ou de carona, sempre deixando o carro na entrada dos bairros e depois percorrendo-o a pé, esta decisão foi tomada quando numa das idas ao Odwaldo Bueno Netto várias crianças demonstraram-se surpresas e encantadas com o fato de a pesquisadora saber dirigir, além disso, os dois bairros tem número pequeno de carros circulando, então, ao explorar os bairros de carro (o que foi feito nas primeiras visitas) a pesquisadora acabou sendo notada facilmente, o que comprometeu a dinâmica das pessoas, as demais visitas, quando a pesquisadora explorava os bairros e conversava com as pessoas estando a pé mostraram-se mais eficientes, as pessoas mostravam-se mais receptivas também.

Após diversas visitas realizadas, em diferentes horários do dia, a saída do bairro Odwaldo Bueno Netto mostrou-se complicada, durante o dia era relativamente fácil sair do bairro, pois era possível enxergar os terrenos e casas utilizados como ponto de referência, porém, uma das saídas aconteceu após escurecer, como resultado, a saída do bairro que levava em torno de 15 minutos demorou 45, foi então que notou-se a falta de sinalização, iluminação e até mesmo de outros carros circulando no bairro. O bairro Honorato Vecchi apresenta sinalização e iluminação consideravelmente melhores do que o Odwaldo.

Durante as visitas iniciais houve certo estranhamento da pesquisadora e dos moradores, alguns mostravam-se apreensivos em conversar, tanto que na primeira visita aos dois bairros as pessoas perguntaram se a pesquisa era para a Prefeitura Municipal e se a intenção era denunciar as construções irregulares (puxadinhos). Após explicações acerca da pesquisa e a afirmação que não se tratavam de informações que visavam prejudicar os moradores, as conversas começaram a fluir.

1 – Território(s)

Sabendo-se que os entrevistados selecionados para as entrevistas em profundidade eram todos ex-moradores do Santa Felicidade, foi possível apreender informações relevantes acerca de seu bairro de origem, bem como sua percepção sobre a cidade de Maringá, conforme os trechos de entrevistas que seguem.

No começo eu achava que não ia acostumar com essa terra não, mudei pra lá em 1986 [...] Depois que a gente mudou é que foi feito escola, asfalto, era só mato em volta de lá [...] O bairro era um lugar muito discriminado, muita criminalidade [...] o pessoal achava que todo mundo era ladrão [Dona Paula]

Asfalto? Num tinha né, eles colocou depois [...] eu fui crescendo e o bairro foi ajeitando [Sr. Leonardo]

Era um inferno o bairro, pra falar a verdade pra você [...] a fama cresceu na cidade, o bairro era mal visto né, porque reuniu um punhado de marginalzinho lá né, quando desfavelaram Maringá, cada favela tinha um marginal, aí lá reuniu todos num lugar só, todo mundo que morava nas favelinha foi pra lá [...] Pra mim arrumar serviço eu tinha que falar que morava no Cidade Alta, porque se eu falasse que morava aí, daí não conseguia serviço né, eu nem conhecia direito o Cidade Alta, muitas vezes vinha as patroa né, querer conhecer aonde a gente morava e aí pedia pra deixar na esquina e aí depois acabava de descer a pé [Dona Bete]

Eu cresci lá, era pedra na rua quando eu era criança, lembro quando asfaltou lá [...] tinha escola e tinha luz [Aline]

Os relatos destes entrevistados trazem a confirmação do caráter de segregação existente em Maringá onde as elites ocupam a área central da cidade e os menos favorecidos os locais mais afastados (RODRIGUES, 2004). A partir das falas também é possível identificar que o Bairro Santa Felicidade era afastado da cidade e não tinha asfalto quando seus primeiros moradores lá chegaram, alguns deles acompanharam as modificações que tiveram lugar ao longo dos anos. A partir destes dados, foi possível confirmar os achados de Shimada (2015) sobre os problemas enfrentados pelos moradores do Santa Felicidade, que vão desde a infraestrutura do bairro até o fato de serem discriminados por morarem no bairro, cuja “fama” era amplamente conhecida na cidade.

Os territórios analisados neste estudo foram os bairros Honorato Vecchi, Odwaldo Bueno Netto e o bairro Santa Felicidade, todos da cidade de Maringá-PR. Essa associação foi realizada pois, conforme Souza (2012 p.81) “o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto ele não precisa nem deve ser reduzido a essa escala ou a associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (por ex., uma rua) à internacional (p. ex., uma área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos em escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente

mas podem ter uma existência periódica, cíclica”. Dessa forma, o território não deve ser reduzido à escala do território nacional, além disso, é possível considerar-se um bairro como território.

Além da infraestrutura dos bairros em si, também foi possível apreender as diferenças entre as residências atuais e as anteriores - neste aspecto é preciso, inclusive, dividir os moradores entre os proprietários das casas no Santa Felicidade e os agregados (aqueles que moravam em terrenos que não eram de sua propriedade), sobre isso:

A casa nova é muito boa [...] quando mudou a gente precisou arrumar os canos né, mas meu genro é encanador aí não precisou gastar muito pra arrumar [Dona Paula]

Quando nós entramos precisei emendar a rede de esgoto, deu desastre, aí eu falei com os homens lá da PMM e eles falaram que o serviço era meu, não era deles não, precisou fazer saída da caixa, emendar canos porque estavam tudo entupido, teve que cavar pra chegar lá pra arrumar [...] menina ali no fundo subia até aqui de água (o entrevistado apontou uma distância de cerca de 50cm do chão) aí conversando com um genro meu, fiquei sabendo que tinha que fazer uns buracos de 1m e meio, fizeram 8 buracos, comprei pedra e entupi de pedra, aí graças a Deus parou [...]

Ainda não acabei de fazer tudo, precisou fazer a caixa d'água também, porque jogava água pra fora, arrumei o telhado também porque chovia dentro de casa, aí fui ver eram umas telhas quebradas, aí comprei telha. Também entrava água por debaixo das portas aí tive que mandar calçar, tive que arrumar as janelas também, quero terminar de fazer, quero cobrir esse pedacinho aí (aponta uma parte da casa descoberta, uma área externa) diz que tem que fazer um tal de toldo, aí eu vou mandar fazer, mas agora não porque eu não tô podendo[...] mas eu gostei muito do tipo de casa que fizeram [...] [Sr. Leandro]

[...]quando eu mudei não tinha muro, num tinha azulejo na casa, foi tudo nós que fez, o muro tá até caindo ali ó (parte do muro na lateral da casa está cedendo, grande parte já está comprometida) se cair na cabeça de alguém eu que tenho que responder a processo [...] eu procurei eles lá na prefeitura, porque eu trabalho na prefeitura, trabalho numa escola [...] eles falaram que eu tenho que fazer o muro mas que eles iam me ajudar [Jéssica]

Quando cheguei precisamos mandar um homem arrumar muita coisa, diz que eles fizeram revisão antes de entregar a casa, mas abria a torneira e caia água pra todo lado, tem infiltração, aí passado mais um tempo nós pagamos pro rapaz subir ali e arrumar, ele falou que os canos tavam tudo cheio de cimento[...] [Dona Bete]

[...] o negócio da caixa d'água ninguém consegue resolver, é o seguinte, a caixa não manda água pras torneira, todas as casas são assim, aí num sei o que fizeram [...] aqui a água vem da rua, a caixa tá ali só de enfeite [...] [Dona Gisele]

Já sobre a atuação da prefeitura e alguns pontos ressaltados acerca das residências em que estão atualmente, os moradores afirmaram:

A primeira vez que foi, foi uma japonesa, acho que é da Prefeitura, era 2003 acho, ou 2005, por aí, aí a moça perguntou se um dia fosse pra gente mudar de lá se a gente queria mudar, se eu achava bom, aí eu disse lógico que eu quero, a coisa que eu mais quero é mudar daqui [...]

Essa ideia deles de tirar o pessoal e por em outra casa melhor foi boa, uma mudança de vida, casa melhor, lugar melhor [...]foi bom porque daí de onde que vai ter dinheiro pra comprar numa casa dessa? [...]

Sair daquela casa foi bom, mas aí o que acontece é que nessa casa aqui eles vão colocar o imposto caro, porque quem vê as pessoas que mora nessa casa, acha que a pessoa tem dinheiro né, não sabe o que a pessoa tá sofrendo [...] [Dona Paula]

[...] pra quem era dono, eles deram a casa do tamanho que você tinha, agora, quem é agregado (quem tinha casa no quintal era considerado agregado) eu sou agregada porque eu morava com a minha mãe, os agregado ganhou essas casas de 40m² tinha bastante lugar que morava 2, 3 famílias[...] essa casa aqui a gente paga parcelado [...] diz o rapaz que pelo valor que foi pago era pra gente ganhar a casa murada e com azulejo, mas a gente não ganhou nada não, teve que fazer tudo, a casa deu bastante problema né, de encanamento, fiação, tudo, uma coisa bem mal feita [...] [Aline]

A Prefeitura que falou que tinha que sair né, a cada três casa a do meio saia [...] falaram que ia derrubar as casas pra melhoramento do bairro, mas assim teve muito boato né, que ia desmanchar a vilinha porque era uma favela e aí ia fazer condomínio pros rico [...]foi tudo sorteado né, os terreno, tudo, agora as pessoa que tinham casa própria lá puderam escolher, você teve opção de escolha, do formato da casa, do acabamento [...]daí sorteu aqui, é aqui que fica, não tem escolha [...] as casas são taxada como dada né, mas não é dado né, é um direito que a gente tem, mas num foi escolha [...] falando num português claro né, ou pega o que eu te dou ou fica sem nada [Aline]

Depois de tanto tempo, aí veio essas proposta aí de que o PAC ia oferecer a casa né [...] eles explicaram que ia aumentar a rua, que a rua era estreita mesmo, num cabia ambulância, bombeiro né, aí eles falaram assim ó, quem for mudar vai ganhar a casa “assim, assado e frito”, principalmente pra nós, os proprietários [...]falaram que a gente ia se sair bem né, que ia ter internet de graça, que num ia pagar telefone quem usasse até um tanto lá [...] que ia ter aquecimento solar e aí num ia precisar gastar muito [...] só que não tem documento da casa, então se a gente não tem escritura a casa não é da gente né? [Dona Bete]

Dentre os diversos agentes responsáveis pela organização do espaço da cidade o Estado é detentor das maiores possibilidades de intervenção e que seu papel é manter o bem-estar de todos, neste caso este agente aparece um dos responsáveis pela formação do espaço urbano

segregado porque tende a intervir para que o mercado privado funcione (BOTELHO, 2012). Em consonância com as ideias apontadas por estes autores, Carlos (2015b) reitera o papel do Estado, cujas ações acentuam a hierarquia dos lugares, recriando espaços de dominação e acentuando as contradições existentes. Isto posto, é possível encontrar a Prefeitura Municipal de Maringá representando o poder público, que reiterou por meio de planejamento e das políticas urbanas a cidade de forma a favorecer o mercado imobiliário, tendo em vista que por diversas vezes participantes do governo municipal – no executivo ou legislativo – também eram atuantes no mercado imobiliário (GALVÃO; RODRIGUES; TONELLA, 2009)

É possível perceber, então, que a Prefeitura Municipal de Maringá desempenhou papel chave para a implementação do projeto de Requalificação do Santa Felicidade, retomando a afirmação de Borges e Sela (2013), que a política pública apesar de ser financiada pelo Governo Federal, por bancos e outras instituições, é pensada e implementada localmente. Ademais, houve outros problemas:

Ah fia tem um negócio lá da prefeitura, porque meu marido faleceu [...] e a casa tava no nome dele, quando eles estavam arrumando pra nós aqui, falaram que eu não precisava assinar, aí eu não assinei [...] e aí agora pra fazer o inventário precisa pagar de 7 a 8 mil mais ou menos, eles tinham falado que iam dar a escritura dessa casa e não deram, por isso preciso fazer primeiro esse inventário[...] se não fizer eu posso ficar morando na casa mas ela fica sendo da prefeitura, a casa lá do Santa era minha, a gente pagou[...] meu genro e minha menina vão ver se resolve isso pra mim [Dona Paula]

[...] tenho um documento da casa sim, acho que é escritura, não sei...e acho que tá no meu nome [Jéssica]

Tenho medo de perder a casa porque se não tem escritura no nome da gente é porque a casa não é da gente né, também tenho medo de ter que pagar, porque eu num sei né, eu nem vou atrás vou esperar eles mandarem pra mim alguma coisa [...] eles que tem que vim, eu num vou lá procurar conta pra mim pagar não [Dona Bete]

Ainda faltava terminar de pagar a casa lá de baixo, esse rolo aí que eu num tô entendendo, tem documento lá de baixo mas no nome da prefeitura, porque enquanto não terminar de pagar é da prefeitura, faz 2 anos que eu moro aqui e num tem papel nenhum, é complicado, é uma situação que você fica sem entender né, imagina se daqui a pouco vem e fala que tem uma ordem de despejo pra sair daqui, eu não tenho documento nenhum, daí vou provar como? [Dona Gisele]

Os trechos das entrevistas demonstram que um dos maiores problemas relatados pelos moradores diz respeito à documentação das casas e apesar de terem se mudado com a promessa

de que receberiam documentação adequada, grande parte não possui qualquer documentação que lhes garanta a posse de suas residências, esta situação lhes deixa bastante apreensivos pois reconhecem que sem os documentos correm risco de perder seu local de moradia. Os moradores também não possuem documentação referente aos impostos pagos por eles, inclusive, preocupam-se com a falta de carnês de IPTU das residências.

2 – Territorialidade

Ao considerar-se a territorialidade de forma abstrata, quando o sujeito ou grupo que ocupa dado território lhe implica significado, são reconhecidas as relações de poder que podem ser espacialmente delimitadas, implicando em ações e comportamentos das pessoas ou grupos, inclusive em relação aos aspectos psicológicos, que podem também constituir-se de dimensões sociais e políticas, projetando-se em movimento e afetando a forma de organizar-se, foi possível identificar as seguintes informações:

Eu nasci lá, minha mãe tem 29 anos que está lá, ela morava na favela da operária, aí no remanejamento ela ganhou uma das casinhas do Santa Felicidade [...] Eu preferiria morar no Santa Felicidade, ou na Vilinha né, como a gente chama, por causa da localização do bairro, da vizinhança, de tudo [Aline]

Eu conheço o pessoal aqui do bairro novo sim, mas a gente não conversa muito não, só sei quem é só [...] o pessoal que morava na Vilinha está morando mais lá pra cima [...] Eu gosto daqui, mas lá era diferente [...] [Jéssica]

Não era o que eu queria não, mudar de lá, sabe, eu queria ficar lá, quando foi pra mudar eu fiquei alegre né, mas agora, quando cheguei aqui, não está sendo muito bom não [Dona Bete]

Eu conheço pouca gente daqui, porque não sou de sair muito não, mas vou pra igreja com as colegas que moravam no Santa, mas lá não moravam na minha rua não, a gente também vai junto para o centro, pega circular junto [...] Lá no Santa Felicidade eu e as crianças fizemos cursos de um monte de coisas, aqui não tem nada não, acho que ficou tudo lá em baixo [...] E lá tinha mais intimidade com os vizinhos, sinto muita falta, era tão gostoso ficar juntos [...] quando era dia de calor a gente sentava lá na rua, colocava um pano no chão, sentava e ficava até tarde conversando, aqui não, cada um fica no seu canto [...] [Dona Gisele]

Lá eu conhecia todo mundo, tinha vizinha, amiga, um monte de gente, aí quando vim pra cá eu senti falta né, aqui nem saio de casa [Dona Maria]

A partir dos relatos dos entrevistados é possível identificar que a mudança de bairro lhes afetou consideravelmente, os laços que mantinham com os vizinhos e amigos já não existem mais, esta situação viola um dos princípios norteadores da política de habitação social que abarca a preservação dos laços familiares e de vizinhança da população (TONELLA; RODRIGUES, 2010). Além dos laços afetivos, os moradores também perderam as atividades extras e os locais públicos de lazer, no Santa Felicidade existem 2 quadras poliesportivas enquanto não há nenhuma no Honoratto Vecchi e no Odwaldo Bueno Netto, também não há árvores que permitam que os moradores se socializem sentando nas calçadas, durante a maior parte das visitas, a pesquisadora entrou nas residências ou conversou com os moradores no sol mesmo, numa das visitas, uma senhora já de bastante idade estava sentada numa cadeira em um espaço estreito entre sua casa e a do vizinho, ela usava a sombra da casa para que pudesse ficar mais confortável tendo em vista o clima quente da cidade.

A situação descrita pode também ser vista pela abordagem de Raffestin (1993) sobre a territorialização que acontece a partir do momento em que um indivíduo ou grupo se apropriam de forma concreta ou abstrata de dado espaço, outrossim, é possível notar que os ex-moradores do Santa Felicidade se territorializaram ao longo dos anos que viveram no bairro, mas, este processo no bairro atual está sendo difícil para alguns pois em diversos relatos é possível notar a nostalgia que sentem em relação ao seu bairro de origem.

Porém, mesmo com a desterritorialização, ou seja, a separação destes sujeitos de seu antigo território, de suas raízes sociais e culturais, diversos deles afirmam terem criado novos vínculos em substituição daqueles perdidos:

Eu gosto mais daqui desse bairro – Honorato Vecchi - do que gostava lá do Santa Felicidade [...] a casa aqui também é melhor, é mais perto pra ir pro postinho também [...] [Dona Paula]

Aqui é melhor, acho a casa melhor, o lugar é mais alto também, é mais saudável [...] Eu tô acabando de arrumar, nunca acaba o serviço né [...] mas tamo contente, tem hospital perto, tem ali o UPA – Unidade de Pronto Atendimento- e tem a UBS – Unidade Básica de Saúde [...] quando precisa meus filhos levam a gente, porque já somos de idade e faz tempo que eu não ando [...] antes eu catava entulho, agora não cato não, ninguém joga mais por aí [...] [Sr. Leandro]

Aqui é bem localizado, é perto de tudo, de mercado, do posto de saúde, tem 2 creches, tem uma escola nova que é período integral [...] [Aline; Jéssica]

Essa mudança foi muito boa, não tem nem comparação, essa casa é muito melhor [...] aqui é sossegado, é uma paz, tem colégio aqui perto [...] pra mim foi ótimo mudar, nessa casa a gente escolheu o piso, a cor da casa [...] foi do jeito que eu escolhi, que eu queria fazer [...] [Dona Gisele]

Os relatos apresentados demonstram que apesar de percalços diversos moradores sentem-se satisfeitos em suas novas moradas, para eles possuir a casa própria é bastante importante, tem alto valor simbólico, por isso acabaram relevando a maior parte dos problemas estruturais das casas. Os moradores também ressaltaram a proximidade dos bairros novos com equipamentos públicos, como creche, escola e unidades de saúde; Saquet (2015) afirma que é fundamental não separar a (i) materialidade da vida, que por sua vez se traduz em objetos e relações cotidianas, tendo este aspecto em vista, as residências representam para esses oradores o enraizamento, uma organização territorial mais satisfatória do que em seus bairros de origem. Por outro lado, os moradores relataram que há diferenças nas relações sociais que tem lugar nos territórios em que vivem atualmente:

Lá no Santa Felicidade tinha atividades, tinha um negócio de fazer crochê, mas eu nunca fui não [...] aqui acho que não tem não, mas se tivesse também não ia [...] [Dona Paula]

A gente tinha associação de bairro lá no Santa Felicidade, tem o presidente do bairro né, aí eles passavam com carro de som avisando [...] aqui nesse bairro não tem nada não, lá na quadra tinha atividades, muita coisa para crianças, aqui não tem nada, não tem uma quadra pras crianças [...] esse bairro aqui é como se fosse esquecido, olha essas calçadas aqui! [Aline]

Aqui tinha que ter brincadeiras, um lugarzinho para as crianças, quando tem lá na Vilinha (Santa Felicidade) eu levo, lá tem sempre [Jéssica]

A vivência em sociedade e as relações e interações entre as pessoas e com o território em que moram fazem parte da territorialidade dos ex-moradores do Bairro Santa Felicidade, seguindo as proposições de Raffestin (1993) e de Fuini (2014) que ressalta o sentimento de pertencimento dos sujeitos, que é alimentado por um grupo ou indivíduo no território.

3 – Processos T-D-R

Os processos TDR foram investigados e analisados sob a ótica das diversas relações sociais que fazem parte deles, as relações econômicas, políticas e culturais – que são também permeadas por relações de poder, os processos TDR estão ligados e complementam-se incessantemente (Saquet, 2009), estas dimensões também não podem ser separadas, mesmo que uma delas pareça ser mais relevante ou receba maior ênfase do que as demais (SOUZA, 2009). Haesbaert (2011) ressalta o caráter dialético dos processos de des-territorialização pois estão sempre ligados ao processo de re-territorialização.

Além disso, Saraiva, Carrieri e Soares (2014) afirmam que qualquer interface humana assentada sobre dado espaço é territorial, essencialmente, é uma apropriação antes de ser política, os grupos que o compõem são os responsáveis pela produção do território, respondendo às múltiplas representações sociais daqueles envolvidos com aquele local, um mesmo espaço, assim, é territorializado – apropriado, resignificado e produzido – dependendo do grupo de referência que dele se apropria, quer seja de maneira concreta ou abstrata.

Muita coisa minha ficou lá no Santa, não deu pra trazer, porque não ia caber, também nós precisamos pagar a mudança, eles falaram que era tudo por conta da gente a mudança [...] também quando fui atrás pra perguntar dos problemas da casa, disseram que o problema era meu [...] [Sr. Leandro]

Esse bairro aqui, vou falar pra você, eles tiraram cada um de um canto e jogou aqui [...] não tem associação de bairro, não tem reunião, não tem nada [...] pela casa eu acho o valor justo, mas o IPTU acho injusto, diz que é caro porque aqui é mais valorizado né, mas eu não vejo nada pra ser mais valorizado aqui não [...] Acho que esse bairro é esquecido[Aline]

Lá no Santa Felicidade tinha festinha para as crianças, toda vez que tinha os meninos participavam [...] lá a gente ia na casa um do outro, aqui é diferente, a gente não vai não, também acho que aqui não é mais tranquilo do que era lá não [Jéssica]

Eu queria ficar pela casa que tinha feito, não era uma casa de presença né, mas era maior do que essa [...] tinha feito um puxadinho porque eu faço artesanato, aí a moça disse que ia fazer nessa casa também, eu fiquei na promessa né, porque até agora não fizeram nada [...] aqui não tem ninguém pra falar com os vereadores pra gente, não tem associação de bairro, até me convidaram pra ser, mas eu não quis não, porque eu não sou muito inteligente, daí não quis não [...] [Dona Bete]

Os trechos acima descritos demonstram a dificuldade que os ex-moradores tem em re-territorializar nos novos bairros, é possível notar que o processo de mudança, de desterritorialização não aconteceu por iniciativa dos sujeitos, ou seja, o desenraizamento, a perda de vínculo não aconteceu por opção e sim por imposição, havia desejo do Estado – representado pela Prefeitura, neste caso – em realocar estas pessoas, pois as famílias pobres não poderiam fazer mais parte do bairro requalificado, de ruas mais largas, terrenos maiores, no qual foram construídos condomínios de luxo.

A Prefeitura de Maringá eximiu-se de auxiliar os moradores durante a transição de um bairro para outro, de assistir-lhes e sanar eventuais problemas estruturais nas novas residências, também houve promessas que não foram cumpridas, estes aspectos dificultam a re-territorialização dos sujeitos, além de por vezes contribuir para que haja uma multiterritorialidade, ou seja, os moradores estão territorializados em mais de um território, porém esta situação não foi almejada por eles, esperavam ter suas necessidades e anseios atendidos pela política pública que os retirou do antigo bairro, oferecendo-lhes melhoria de vida – que ia além do fato de terem uma casa própria.

Por vezes, o processo de re-territorialização pode requerer certo tempo, também pela necessidade de adaptação do homem a seu novo território, ou seja, uma das formas de desterritorialização compreende a perda ou afastamento do território e/ou a perda de controle do território além da perda de acesso ao território. Nesse sentido, é possível reconhecer que alguns dos moradores já se afastaram de seu bairro de origem, e estão reterritorializados, conforme exposição que segue:

A coisa que eu mais quero é mudar daqui do Santa Felicidade [...] ah, aqui no Honorato eu sou mais feliz [...]. Foi uma mudança de vida, a casa e melhor, o lugar é melhor, foi muito bom porque eu não ia ter dinheiro pra comprar uma casa dessa daqui [...] Aqui é mais perto da escola das crianças [...][Dona Paula]

Eu mudei pra cá porque eu ganhei a casa né, nunca ia ter dinheiro para comprar uma casa como esta [...] [Aline; Jéssica]

Foi bom mudar pra cá sim, perfeito nunca vai estar né? [Dona Bete]

Eu pedi pra ficar, pedi pra não sair [...] mas não tinha opção [...] mas aqui eu tô feliz [...][Dona Maria]

Também é possível notar que o fato de as moradias serem novas influencia consideravelmente os ex-moradores em suas novas residências, pois como justificativa para

aceitarem a mudança e por se mostrarem satisfeitos está a situação de “ganhar” a casa, ou de “ganhar” uma casa melhor do que a anterior, ao menos, aparentemente, porque como vários expressaram, houve e ainda há diversos problemas para resolver que vão desde o forro da casa, problemas nas torneiras, nos encanamentos, até problemas de vazão de água da chuva. Entretanto, apesar desses problemas, há um ponto em comum que todos os entrevistados acreditam ser melhor do que no bairro anterior este ponto é a localização, porque o Santa Felicidade fica numa “baixada” enquanto os bairros Odwaldo Bueno Netto e Honorato Vecchi ficam em locais mais altos, além disso, há o acesso a Unidades de Pronto Atendimento, escolas e creches.

Esta influência cultural do Brasil, a importância de possuir a casa própria, de possuir um bem durável em seu nome, tem significado extremo para esta população, especialmente, por ser uma população de baixa renda. Porém, conforme Guattari (1985) salientou, esta situação de desterritorialização do antigo bairro, o Santa Felicidade, o desenraizamento de aspectos relacionais e particulares, que promoviam a identificação dos indivíduos, pode também ser visto como uma estratégia dos grupos dominantes em restringir, conter e até mesmo excluir as pessoas de seu(s) território(s) e de seu(s) espaço(s) físico(s) ou simbólico(s).

Alguns dos entrevistados esclareceram que apesar de terem saído do Santa Felicidade, além de continuar frequentando o antigo bairro, também se arrependem de não terem permanecido lá, quer seja pelos laços afetivos, pela estrutura das casas ou ainda pelos diversos problemas estruturais que enfrentaram e enfrentam.

Lá tudo que acontecia passava carro de som informando, aqui num tem nada [...] Eu aceitei vim pra cá porque não tinha casa própria, e num tinha muita opção também [...] Se eu pudesse escolher, eu queria morar no Santa Felicidade, porque mesmo com coisa ruim sendo falada, lá tem quadra, tem atividade, tem várias coisas pras crianças [...] [Aline; Jéssica]

Aqui tem academia da terceira idade, mas é longe, num dá pra levar as crianças pra brincar lá não [Jéssica]

Portanto, o processo de apropriação do território – territorialização - concreta ou abstratamente por parte dos ex-moradores do bairro pode ser trabalhado em sua multiplicidade, que é sobretudo de poderes, incorporados por diversos agentes ou sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2004). Neste trabalho, essa apropriação pode ser vista de forma material com as modificações realizadas pelos moradores, quer seja por problemas na infraestrutura, ou por

vontade própria de modificar as casas, já no aspecto simbólico, ou imaterial, buscou-se apreender o sentimento que essas pessoas atribuem ao fato de terem a casa própria.

4 – Resistência

Levando em conta o caráter multiterritorial sugerido por Haesbaert (2004), a territorialização é um movimento complexo que inclui a vivência em vários territórios, dessa forma não há des-territorialização sem haver a re-territorialização, a territorialização constrói-se no e pelo movimento.

Haesbaert (2002) considera que há dois extremos, duas visões bastante comuns e distintas de desterritorialização, a primeira diz respeito a uma espécie de desterritorialização vinculada às categorias sociais privilegiadas, enquanto a segunda considera o outro extremo da pirâmide social, em que os grupos são privados do acesso ao território em seu sentido mais elementar, de terra, de terreno, como sua base material, segundo ele, esta segunda forma de desterritorialização é menos utilizada, porém, afirma que a desterritorialização para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade opcional, já para os mais pobres, a desterritorialização compreende uma mobilidade compulsória, resultado total da falta de opção, de experiências múltiplas em busca da sobrevivência física cotidiana.

Em consonância com este pensamento, Saquet (2015) acrescenta que a desterritorialização pode ser causada por forças econômicas, políticas, culturais ou naturais; os sujeitos entrevistados foram influenciados pelo poder político, representado pela Prefeitura Municipal, também pela força econômica do mercado imobiliário local que tirou proveito do significado cultural que a casa própria tem para influenciar os moradores a optar pela mudança de bairro.

Tem gente que ficou lá ainda, que não querem perder o terreno, eles estão esperando a Prefeitura fazer um acordo, uma proposta, porque enquanto não oferecer uma coisa que compensa, eles não vão sair não [...] a Prefeitura está fazendo de tudo para eles saírem, até multando [Dona Bete]

Os moradores que ainda não desocuparam as casas do bairro Santa Felicidade resistiram à mudança de bairro permanecendo em suas casas, por outro lado, também pode ser exemplo desta resistência a multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2007) e que pode ser identificada nos trechos nos trechos de entrevistas a seguir:

Eu encontro os ex-vizinhos do Santa mas bem pouco, porque todo mundo trabalha, aí a gente se vê no final da tarde, as vezes se vê um pouco no final de semana, mas aqui o contato é mais difícil [...]Pela vizinhança, pelo bairro mesmo, eu preferia estar morando lá no Santa [Aline]

Lá tem festa para as crianças, quando tem qualquer tipo de atividade eu fico sabendo porque meus pais ainda moram lá, aí eu levo as crianças, a gente vai sempre pra lá [Jéssica]

Eu não queria sair, o pessoal também não queria sair, eu só não falei nada na hora né [...]tem um pessoal que ficou lá ainda, que não saiu da casa, agora a prefeitura está fazendo propostas e o pessoal está esperando uma que compense, a prefeitura está fazendo de tudo para eles saírem, tá multando também [...] Eu queria ficar lá na minha casinha, foi a primeira casa que eu tive, agora não está sendo muito bom [...] A gente tenta conversar né, mas aqui é muito diferente [...] [Dona Bete]

A multiterritorialidade considera o território e seu caráter múltiplo, diverso e complexo, por isso, é possível que as pessoas experimentem vários territórios ou territorialidades concomitantemente e, a partir daí é possível elaborar uma territorialização múltipla, nesta o indivíduo ou o grupo podem fazer parte de mais de um território (SAQUET, 2015; FUINI, 2014).

Para os ex-moradores do bairro Santa Felicidade, além dos laços afetivos, que demonstram não ter havido o processo de (des)territorialização completamente, há também várias pessoas que continuam indo ao bairro, quer seja para visitar parentes, para realizar atividades nas quadras (ou levar os filhos para tal atividade), participar de projetos, também há moradores que continuam se relacionando exclusivamente com outras pessoas que também saíram do Santa. Estes aspectos podem ser corroborados a partir das respostas obtidas.

Souza (2009a) ressalta que o poder é que definia o território a princípio, nesse sentido, a esfera política é aquela que define o perfil do território, em relação ao poder político nos territórios considerados para a presente pesquisa, a Prefeitura é um dos órgãos que o exerce de maneira mais efetiva, alguns moradores, inclusive relataram terem buscado auxílio da prefeitura para sanar problemas de infraestrutura das casas dos bairros novos, porém não obtiveram sucesso, há um outro ponto também que demonstra como o poder do órgão público Prefeitura Municipal de Maringá tem impacto considerável na vida dessas pessoas, seguem os relatos:

Tenho medo de perder a casa porque não tenho documento, na época que foi pra assinar eles falaram que eu não precisaria assinar, que bastava o meu marido, mas ele faleceu então precisa fazer o inventário, sem o inventário a casa fica sendo da prefeitura, mesmo eu já tendo pago a casa lá do Santa

Felicidade [...] Por causa de um papel que eu pagava na Caixa e passei na prefeitura mas o sistema estava fora do ar, precisei pagar o IPTU da casa do Santa de novo, paguei duas vezes porque eles não me deram o papel quando fui pagar [...] meu marido piorou, aí ligamos pro SAMU, bombeiros, polícia e ninguém veio [...]aí ele faleceu, aqui em casa mesmo [Dona Paula]

Fui procurar a prefeitura para auxiliar no encanamento do banheiro, no esgoto, nos buracos que precisava fazer no quintal porque a água da chuva alagava tudo, aí eles falaram que era serviço meu, não era deles não, que se eu quisesse eu que tinha que pagar pra arrumar [...]na mudança também eles não deixaram eu trazer minhas coisas [este entrevistado era catador de materiais recicláveis e não foi permitido que ele transportasse estes materiais na época da mudança, mesmo ele tendo pago pelo frete] [Sr. Leandro]

Eu fui lá na habitação [secretaria municipal de habitação] para poder falar dos problemas aqui da casa, aí quando cheguei, alguém falou pra outro funcionário que eu era daqui, do pessoal do Santa que mudou pro Honorato e pro Odwaldo, aí o pessoal falou [não pra mim, mas eu ouvi né] falaram que esse pessoal daqui morava num rancho, que agora está morando numa casa boa que nunca sonhou em ter na vida e aí fica só reclamando [...] De vez em quando vem um pessoal aí, mas vem pedir voto né, vem só “puxar a sardinha para o lado deles”, vem aqui e fala qual é o candidato deles e fala para a gente votar [...] [Dona Bete]

Eu só consegui essa casa aqui porque minha mãe ficou doente, aí a moça da PMM falou que ia conseguir uma casa pra mim, eles iam me mandar lá pra Floriano né, mas aí para poder levar a mãe no postinho, conseguiram essa casa aqui pra mim [...] [Dona Maria]

O poder político, do capital e das classes privilegiadas combinam-se e contribuem para que a desigualdade e a segregação urbana seja (re)produzida no país inteiro. A cidade de Maringá tem essas características desde o início de sua história e o domínio das elites continua atingindo diretamente os moradores, principalmente os mais pobres. A obra de requalificação do Santa Felicidade, foi pensada localmente e favoreceu aos que já são (e, grande parte, sempre foi) detentores do poder em suas diversas esferas, assim, o projeto de requalificação não favoreceu àqueles que precisavam dele diretamente e a realocação das famílias não as atendeu de forma satisfatória.

Ademais, as articulações entre a postura hegemônica representada pelo Estado e a iniciativa privada, acabam por favorecer à elite local e negligenciar os mais pobres, por isso, pode-se afirmar que a requalificação do bairro Santa Felicidade mais excluiu do que incluiu a população de baixa renda, inclusive, a maior parte dos moradores não usufruiu das modificações nas ruas e terrenos. Assim como Lacerda, Carvalho e Vieira (2016) afirmaram sobre a requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre, é possível constatar que é de suma

importância que as discussões sobre políticas públicas sejam trazidas para o espaço urbano, para que este não se transforme numa esfera mercadológica, cujo objetivo é o lucro em detrimento do atendimento à população e seus interesses.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como ocorreu o processo de (des)territorialização dos ex-moradores do Santa Felicidade e suas (re)territorializações em suas novas moradas. Este trabalho demonstrou como uma política pública federal afetou consideravelmente a vida das pessoas que se mudaram para os novos bairros investigados – os territórios parte da organização-cidade de Maringá.

Maringá nasceu de um empreendimento privado e desde quando a cidade foi desenhada a segregação já fazia parte de sua configuração, os bairros eram divididos de forma que no centro ficassem os mais privilegiados financeiramente enquanto os demais moradores viveriam mais afastados do centro da cidade.

A cidade é mostrada – ou vendida aos investidores - como se não tivesse favelas, porém, investigando sua história, foi constatado que durante os primeiros anos de existência de Maringá haviam alguns locais ocupados por uma população mais pobre, a existência das favelas em áreas consideradas nobres levou o poder público, claramente influenciado pelas elites, a direcionar esta população para outras cidades, ou os encaminhar para bairros periféricos por meio de políticas habitacionais. A periferia de Maringá local em que estava localizado o núcleo Habitacional Santa Felicidade não possuía infraestrutura ou equipamentos urbanos, também era um destes bairros afastados, isolados da cidade, cercado por mato, sem asfalto e desprovido de equipamentos públicos como postos de saúde, creches, escolas, locais de lazer, entre outros.

Entretanto, a cidade planejada não foi capaz de acompanhar o desenho proposto inicialmente, crescendo em extensão e em número de habitantes, este contexto ocasionou novas configurações urbanas e conseqüentemente, os bairros antes considerados periféricos, deixaram de sê-lo, logo, seus moradores também já não faziam mais parte da “paisagem” do novo bairro pois havia claro contraste com os condomínios de luxo, mansões e novos empreendimentos lançados naquela área.

Para compreender os complexos processos que aconteceram e acontecem na organização-cidade e nos territórios (bairros) a pluralidade conceitual da temática do território permitiu que diversas esferas fossem investigadas, por isso, a existência de multiterritorialidades propostas por Saquet (2015), Fuini (2014) e Haesbaert (2004) foi essencial, especialmente para compreender a possibilidade de existir territorialidade(s) em mais de um lugar concomitantemente, pois, a desterritorialização pode e é vista como um processo de exclusão socioespacial realizado pela Prefeitura Municipal de Maringá, com o objetivo de

favorecer aos agentes imobiliários através de parcerias público-privadas. As ações dos grupos dominantes da cidade tato econômica quanto politicamente foram essenciais para que a exclusão e a segregação da população mais pobre ocorressem.

Compreendeu-se também que o espaço urbano é fruto da sociedade que o compõe, sendo o Brasil um país em que as desigualdades sociais são extremas, o espaço urbano segue (re) produzindo a hierarquia e a contradição em que a cidade é refém dos interesses do capital que leva à modificação ou flexibilização de leis. Diversas contradições foram identificadas na cidade de Maringá, local em que a política e a iniciativa privada realizam acordos objetivando a acumulação de capital e o lucro, negligenciando as necessidades das pessoas que habitam a cidade. A requalificação do Santa Felicidade é um exemplo claro da materialização destes aspectos, levando à desterritorialização imposta àqueles moradores que já “não pertencem à nova paisagem”.

As mudanças que aconteceram foram influenciadas por aspectos econômicos, políticos e culturais levando a população mais pobre a aceitar a proposta de modificações no bairro e a mudança para os novos bairros, foram levados a acreditar que a mudança seria vantajosa, especialmente porque iriam “ganhar” uma nova casa. A cultura brasileira confere à casa própria grande valor simbólico, por isso, possuir uma residência mesmo que pequena, mal feita, com problemas diversos e em localização afastada da área central da cidade leva os moradores a enxergar mais aspectos positivos do que negativos em mudar-se, ao menos antes de mudar-se, pois, como foi possível identificar em algumas das falas deles, há moradores que demonstram estar arrependidos da mudança, seja por problemas na estrutura das casas ou dificuldades de adaptação, especialmente porque depois de mudarem de bairro, perderam os laços afetivos que haviam construído nos anos vividos no Santa Felicidade, há pessoas que cresceram no bairro e sentem falta do convívio com os demais, seja para um café ou para atividades do dia a dia, especialmente nos finais de tarde, quando os moradores costumavam levar as cadeiras para fora de casa e confraternizar com os vizinhos.

O acesso à propriedade definiu o lugar de cada um na cidade, e a ação do poder público sob a justificativa de regular a propriedade acabou ampliando os ganhos imobiliários e da iniciativa privada, afastando os mais pobres entre os empobrecidos para mais longe e agravando a desigualdade e também a segregação socioespacial.

A pesquisa qualitativa e as visitas exploratórias foram essenciais para que a pesquisadora e os moradores pudessem se sentir à vontade para uma interação de quase 2 horas durante todas as visitas, além disso, foi essencial ter contato inicial para que os moradores pudessem indicar outras pessoas para responder à pesquisa, somente após as pesquisas

exploratórias em cada bairro e algumas outras visitas para entrevistas que não haviam sido agendadas é que foi possível acessar os telefones dos moradores para ligar e agendar as entrevistas formais.

Os resultados obtidos a partir dos dados coletados comprovaram que as relações de poder existentes nos territórios são protagonistas em sua configuração, a população que foi remanejada para que a requalificação pudesse acontecer sofreu e ainda sofre com a mudança. Os grupos privilegiados – detentores do poder do capital e político- podem usufruir da multiterritorialidade opcional, enquanto aqueles que fazem parte dos grupos mais pobres sofrem uma multiterritorialidade imposta, que os isola da área considerada nobre da cidade. Diversos moradores relataram o arrependimento de ter deixado seu bairro de origem, pois, os laços afetivos que mantinham com seus ex-vizinhos já não existem mais, apesar disso, o fato de possuírem uma casa faz com que apesar de todos os problemas enfrentados, estas pessoas dizem estar satisfeitas com suas novas moradas.

Esta perspectiva que mostra a diferença entre as classes mais pobres e mais ricas e as suas multiterritorialidades, imposta e opcional, está entre as menos difundidas, porém, faz-se necessário que esta seja cada vez mais trabalhada, especialmente nos Estudos Organizacionais, pois, é imprescindível que os excluídos da sociedade sejam ouvidos e que a prática de afastá-los para as periferias seja trazida e discutida, porque estas pessoas também são parte da cidade, inclusive para revelar esta prática tão comum nas cidades brasileiras.

Outro ponto relevante trazido é a possibilidade de a cidade ser observada para além de seu aspecto econômico, assim, se reconhece a importância de uma abordagem múltipla, que considere o movimento, a dinamicidade, a história, o contexto e o entendimento para além do que foi dito, dessa maneira, a pesquisa se torna mais rica e detalhada, do que quando a apreensão e reflexão acerca dos fenômenos são realizados utilizando-se de apenas um destes aspectos em detrimento dos demais; sabe-se que é possível que um dos aspectos seja favorecido - no sentido de ser mais relevante para dada pesquisa- de acordo com os objetivos do pesquisador, porém é bastante importante que os outros aspectos também sejam resgatados, mesmo que com menor intensidade e riqueza de detalhes.

A pesquisa desenvolvida contribui para a temática territorial nos Estudos Organizacionais considerando a cidade como organização e os bairros como território porque é possível discutir as várias formas de organizar das pessoas, também as relações que constroem e a maneira de relacionar-se com os territórios e com a organização. Além disso, com ascensão da temática territorial nos Estudos Organizacionais esta pesquisa visa contribuir, ainda que timidamente, com a ampla gama de possibilidades de aplicação desta temática em especial

numa organização-cidade, pois, há vários olhares que podem ser lançados aos muitos territórios dela, tendo em vista sua complexidade, pluralidade e os processos T-D-R bem como as multiterritorializações. Também é essencial que sejam apreendidos os aspectos (i)materiais dos territórios e das relações do dia a dia, mantendo os aspectos objetivos e subjetivos, compreendendo as várias possibilidades de ações neste contexto. O contato com os moradores foi importante para que a partir de suas falas fosse possível entender o contexto como um todo, além do sentido e do significado dos aspectos trazidos pelos entrevistados.

As perspectivas do território, da cidade como organização e da importância da participação da população na elaboração e implementação das políticas públicas representam a necessidade de realização de outros estudos que relacionem os Estudos Organizacionais às cidades, ao território e também a construção e reconstrução do espaço urbano, pois as cidades são produto, condição e meio para que as transformações aconteçam. A multiterritorialidade também pode ser trabalhada em outros contextos urbanos, de requalificação, de implantação de novas políticas habitacionais e em outras situações em que haja interação e integração entre os aspectos políticos, econômicos e culturais dos seres humanos e o território em que habitam.

A abordagem territorial permite que sejam revelados diversos aspectos da população, inclusive as consequências dos processos que acontecem nos territórios e a implicação destes na vida das pessoas, especialmente no contexto brasileiro, marcado pela diversidade cultural, social e política. Para estudos futuros, sugere-se que os processos T-D-R e a multiterritorialidade sejam investigados em outros bairros, cidades e organizações, permitindo a apreensão dos aspectos (i)materiais, sociais, simbólicos, culturais e políticos, que por sua vez afetam e influenciam a população.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. de.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.
- ALVAREZ, I. P. A Produção e Reprodução da Cidade como Negócio e Segregação. In: CARLOS, Ana Fani; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- ANDRADE, C. R. M. de.; CORDOVIL, F. C. S. **A Cidade de Maringá, PR. O Plano Inicial e as “Requalificações Urbanas”** in: X Coloquio Internacional de Geocrítica. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/55.htm> > acesso em Julho, 2016.
- ANDRADE, M. C., **A questão do território no Brasil**. 2ed: Editora Hucitec. São Paulo, 2004.
- ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 133-142, 2012.
- ARAÚJO, M. C. **O bairro Santa Felicidade por ele mesmo: espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá**. 2005. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Araraquara, 2005.
- BENEVOLO, L. **História da Cidade**. 3.ed. Editora Perspectiva: São Paulo, 1997.
- BORGES, W. A.; SELA, V. M. Cooperação intergovernamental e produção do espaço urbano: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade de Maringá. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. p.1-16. 1 CD-ROM.
- BOVO, M. C.; AMORIM, M. C. T. A cidade Verde, imagens e discursos: O caso de Maringá (PR) Brasil. **Revista Raega: O espaço geográfico em análise**, [S.l.], v. 26, 2012.
- BRASIL. **Sobre o PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em nov. 2015.
- BRASIL. **9º Balanço PAC 2 Paraná**. 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/1c2e63ec1fb5f65d6386bbb77fe40125.pdf>> Acesso em: set. 2015.
- BRASIL. **11º Balanço PAC 2 Paraná**. 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/b320b3e03e91cdafe7b28e58059728dd.pdf> > Acesso em: dez. 2015.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2010.
- BRYMAN, A. **Social research methods**. New York: Oxford University Press, 2008.

BOTELHO, A. Capital volátil, cidade dispersa, espaço segregado: algumas notas sobre a dinâmica do urbano contemporâneo. **Cadernos Metrópole**, v.14, n.28, pp. 297-315, jul/dez São Paulo - 2012.

CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, v. 8, n. 1, p. 40-53, 2002.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____, A. F. A. **A Condição Espacial**. 1 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____, A. F. A. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015b.

_____, Ana Fani Alessandri. A Tragédia Urbana. In: _____, Ana Fani; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015c.

_____, A. F. A. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p.53-73.

CHAGAS, P. B.; CARVALHO, C. A. Os reflexos das contradições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na questão habitacional na cidade de Rio Grande. In: MACHADO, C. R. S.; SANTOS, C. F. dos; MASCARELLO, M. A. (Orgs.). **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2015, p. 55-70.

CHAGAS, P. B.; CARVALHO, A. C.; MARQUESAN, F. F. S. Desenvolvimento e Dependência no Brasil nas Contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. **Organização & Sociedade**, v. 22, n. 73, p. 269-289, 2015.

COLBARI, A. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, E. M. de. (Org.). **Metodologias e análíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Dados eletrônicos. Vitória: EDUFES, 2014.

CORDOVIL, F. C. de S. **A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá – 1947 a 1982**. 2010. 636 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 41-51.

_____, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, Maria Encarnação (Orgs.) **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto,

2013.

_____, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Bertrand: Rio de Janeiro, 2012. p. 15-48.

_____, R. L. **Trajétórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____, R. L. Territorialidade e Corporação: Um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA M. L. (orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec – ANPUR, 1994.

_____, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, J. L. R. Algumas reflexões sobre cidade saudável. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 65-70, 1997.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Luciana de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COELHO, K., **A resistência à nova proposta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis: uma análise das práticas alternativas de organizar**. 2012. 358 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento Quarteirão do Soul. **Gestão & Regionalidade** [online], v. 29, n. 86, mai./ago. 2013

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. e LINCOLN, Y. (Eds.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FILGUEIRAS, L., GONÇALVES, R., **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: _____. (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 13-23.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FLEURY E SILVA, B. **A Recente Produção Imobiliária no Aglomerado Metropolitano PaicanduMaringá-Sarandi: novos arranjos, velha lógica**. São Paulo. Tese Doutorado (FAU/USP). 2015. 295p

FONTANA, A.; FREY J. H. The Interview From Neutral Stance to Political Involvement. in: DENZIN; LINCOLN. **I Handbook of Qualitative Research**, 2 Ed., London: Sage Publications, 2005.

FUINI, L. L. Territórios e territorialidades da música: uma representação de cotidianos e lugares. **GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, USP, v. 18, n. 1, p. 97-112, 2014.

GALVÃO, A. A.; ROCHA, M. M. Mobilidade social e questão territorial em Maringá – PR: o caso dos moradores do Bairro Santa Felicidade. **Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 132-154, jan./jun. 2010.

GALVÃO, A. A.; RODRIGUES A. L. e TONELLA, C. **Reestruturação socioespacial do território metropolitano**: o caso do PAC Santa Felicidade em Maringá (PR). Montevideo: Instituto do Milênio, 2009.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GIL FLORES, J., **Análisis de datos cualitativos**: aplicaciones a la investigación educativa. Barcelona: PPU, 1994.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, ago., 1975, p. 29-47.

GUATTARI, F. **Espaço e Poder**: A criação de territórios na cidade. Espaços e Debates, revista de estudos regionais e urbanos. Ano 5.n.16. São Paulo: Neru, 1985.

HAESBAERT, R. Des-Caminhos e Perspectivas do Território. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M A. **Território e Desenvolvimento**: Diferentes Abordagens, Francisco Beltrão: Unioeste, 2015.

_____, R. **Desterritorialização**: Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 165-205.

_____, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2011.

_____, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades”. In: _____, Rogério; ARAÚJO, Frederico Guilherme de. **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

_____, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins, 2014.

_____, D. A Liberdade da Cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior 2013.

_____, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**. v. 14. n. 28, p. 8-39, jul. 2012.

Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi027TznqfKAhXHhpAKHYUYBkYQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uff.br%2Fgeographia%2Ffojs%2Findex.php%2Fgeographia%2Farticle%2Fdownload%2F551%2F345&u sg=AFQjCNHffnT50zDT7x2z732_wIokwZE6RQ&sig2=YUytJAX8PLKkcCMFaT_Yog>.

Acesso em: jan. 2016.

_____, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, D.. A produção capitalista do espaço. São Paulo, Anna Blume, 2005

_____, D. Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

_____, D. **A justiça social e a sociedade**. Hucitec: São Paulo, 1980.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. (In): MARICATO, Ermínia et al (orgs). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.

IPIRANGA, A. S. R.. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 1, jan./fev., 2010, p. 65-91.

JORDÃO, V. L. C. **O programa de aceleração do crescimento (PAC) na região metropolitana de Maringá/PR**. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2012.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis**. University of Pennsylvania, department papers. Annenberg School for Communication, 1989. Available in: <http://www.http://repository.upenn.edu/asc_papers/226/>

KOGA, D. **Medidas de Cidades: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos**. São Paulo: Cortez, 2013

LARA, F. M., **As contribuições à desaceleração do crescimento no Brasil (2011-2014)**. Indicadores Econômicos FEE (Online), v. 43, p. 23-40, 2015.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____, H. **Espaço e política**. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITÃO, L. **Quando um muro separa e nenhuma ponte une**. Cadernos Metrópole, n.13, p.229-253, 1º Sem.2005.

LIMONARD, E. Regiões reticulares: breves considerações para compreender as novas formas urbanas. **Revista Cidades**, São Paulo, v.7, n.11. Jan/Jun, 2010.

MAC-ALLISTER, M., A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, edição especial, p. 171-181, 2004.

MAC-ALLISTER, M. **Organização-cidade**: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. 2001. 172 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior 2013.

_____, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____, E., MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, Mai/Ago. São Paulo, 2003.

MARQUES, E.C.; BICHIR, R. M. Estado e Espaço Urbano: Revisitando Criticamente as Explicações sobre as Políticas Urbanas. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 16, p. 9-29, 2001.

MENEGUETTI, K. S. **Cidade-Jardim, Cidade Sustentável**: A estrutura urbana e a cidade de Maringá. Maringá: EDUEM, 2009.

MEDEIROS, F. **Gringo na laje**: Produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MERRIAM, Sharan B. **Case study research in education: A qualitative approach**. Jossey-Bass, 2002.

MIELE, S. A. Estratégias de (re)produção do espaço em São Paulo. In: CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.) **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 81-96.

MILES, M. B.; HUBERMAN, M. A. **An expanded sourcebook Qualitative Data Analysis**. SAGE Publications: Thousand Oaks, London, New Delhi: 1994.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____, M. C. S., O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARECHI, Pedrinho, A. JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MISOCZKY, M. C.; CAMARA, G. D.; CERQUEIRA, P. R.; COTO, G. C. Orientação sexual, classes sociais e territórios de resistência: os conflitos em torno do Centro Nova Olaria - Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 254-279, 2012.

_____, M. C. ; GUEDES, Paulo. Planejamento e programação na Administração Pública. Departamento de Ciências da Administração. UFSC, Brasília, Capes, UAB, 2011.

MOREIRA, R, Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc, espaço, tempo e crítica**: Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais, v. 1, n. 3, 2007, p. 55-70.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Tréplica – Análise de Conteúdo: Ampliando e Aprofundando a Reflexão sobre a Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração. **RAC Curitiba**, v.15, n.4, pp.766-775, Jul./Ago. 2011.

NATT, E. D. M. ; VISSOCI, J. R. N. . Quando o invisível nos salta aos olhos: moradores de rua em uma cidade ?orgulhosamente? sem favelas. In: II Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2014, Uberlândia. II Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Curitiba: SBEO, 2014. p. 1-15.

NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 69-86, 2009.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

PEREIRA, D.; CARRIERI, A. P. Espaço Religioso e Espaço Turístico: Significações Culturais e Ambiguidades no Santuário do Caraça / MG. **Organização & Sociedade**, v. 12, n. 34, jul./set., 2005, p. 31-50.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-PR. **ZEIS Santa Felicidade** - Projeto de Requalificação Urbana e Social, Maringá, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-PR. **Secretaria de Assistência Social e cidadania**. <http://www2.maringa.pr.gov.br/sasc/>

QUADROS, C. S., **A constituição de espaços para as classes mais abastadas**. Dissertação 2011, 136f. (mestrado em sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESCHILIAN, P. R.; UEHARA, A.Y. Desafios à questão metropolitana: o processo de organização do espaço urbano e regional de Maringá. **Oculum Ensaio**, n. 15, 2012.

RODRIGUES, A. L., **A pobreza mora ao lado: Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Maringá**. 2004. 258 f. Tese (Doutorado)-Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

Rolnik, S. **À sombra da cidadania**: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. Em M. C. R. Magalhães (Org.), *Na sombra da cidade* (pp. 141-170). São Paulo: Escuta, 1995.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. 1 ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense. 1988.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana**: Teoria e História. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista Sociologia Política**, n. 16, p.31-49, jun. 2001.

SANTOS, C.S., Do Lugar do Negócio à Cidade como Negócio. In: CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P., **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-42.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____, M. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SAQUET, M. A., **Abordagens e Concepções de Território**. 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____, M. A., Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____, M. A., Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

_____, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005, p. 13.882-13.894.

SARAIVA, L. A.; CARRIERI, A. P.; SOARES, A. S., Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, 2014.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, mar./abr. 2012.

_____, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Dinâmica simbólica nas organizações. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Comunicação e organização em processos e práticas**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010. p. 209- 222.

SHIMADA, N. E. **Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do Bairro Santa Felicidade pelos seus moradores**. 234 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SILVA, Paula Gonçalves da . Recife: uma cidade roubada. In: XL EnANPAD, 2016, Costa do Sauípe. Anais do XL EnANPAD, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. "A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil." **Cadernos gestão pública e cidadania** 17.60, 2012.

SILVA, E. M. Supervisão em Enfermagem: análise crítica das publicações no Brasil dos anos 30 à década de 80. Ribeirão Preto. p. 158. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1991.

SOUZA, J. D.; SARAIVA, L. A. S.; COLARES, A. F. V. Entre a prancha de surf e o céu: territorialização e identidade na Bola de Neve Church. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3, 2015, Vitória. **Anais...** Vitória: SBEO, 2015, p. 1-17. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005, p. 13.882-13.894.

SOUZA, M. J. L., O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

_____, M. L., A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p.147-163.

_____, M. L., "Território" da Divergência (e da Confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular UNESP, 2009a. p. 57-72.

SOUZA, M. V., Políticas públicas e espaço urbano desigual: Favela Jardim Maravilha (SP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v.23, n.66, p.267-281, set./dez. 2009b.

SOUZA, M. L., **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPINK, P. Cidadania na Organização e Cidadania da Organização: notas para desconstrução de Recursos Humanos. In: PARIS SPINK, Mary Jane (org.). **A Cidadania em Construção**. São Paulo: Cortez, 1994.

SPOSITO, M. E. B., Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. **Revista Cidades**, São Paulo, v.7, n.11. Jan/Jun 2010.

_____, M. E. B., **Capitalismo e urbanização**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

STAHLHOEFER, J. M. C.; RODRIGUES, A. L. (Des) articulações territoriais urbanas: a privatização de áreas públicas em Maringá. SIMPÓSIO PARANAENSE DE ESTUDOS CLIMÁTICOS, 2., E SEMANA DE GEOGRAFIA, 19., 2010, Maringá. **Anais...** Disponível em: < <http://www.dge.uem.br/gavich/downloads/semana10/9-9.pdf>>. Acesso em: 02 jan.2016.

STEINBERGER, M. T., Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: _____ (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: LER Editora, 2013.

TONELLA, C.; RODRIGUES, A. L., **Reflexões preliminares acerca do andamento do PAC, do Minha Casa Minha Vida e do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social para a Região Metropolitana de Maringá**. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, Natal, Rio Grande do Norte: 2010.

TÖWS, R. L., **Grandes projetos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

TRIVIÑOS, A.N. S., Introdução – **Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: ATLAS, 1987.

VASCONCELOS, P. A., A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A.F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.), **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016.

VAINER, C., Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S., Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **RAM Revista de Administração Mackenzie**, n.16, v.5, p.68-94, set./out. 2015.

VIEIRA, M. M. F., Por Uma Boa Pesquisa (qualitativa) em Administração. In: _____, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

VIEIRA, E. F.; VIEIRA, M. M. F. Estrutura organizacional e gestão do desempenho nas universidades federais brasileiras. **RAP - Revista de Administração Pública**, v.37, n. 4, p. 899-920, jul./ago. 2003.

VILLAÇA, F., Segregação Urbana e Desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

_____, F., **A segregação urbana e a justiça** (ou a justiça no injusto espaço urbano). Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.11, n.44, p.341-346, jul./set.2003.

VOLOCHKO, D., A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 97-120

APÊNDICE A

Questões norteadoras para entrevistas com os ex-moradores do santa-felicidade

- 1 - Você considera Maringá uma boa cidade para morar? Por que?
- 2- Quando você se mudou para o Santa?
- 3- Como foram os primeiros anos no bairro? Se lembra da infraestrutura, de como era no entorno, como eram as casas, se já tinha asfalto, luz, etc?
- 4- Na época da requalificação, os moradores se organizaram para pedir alguma mudança no que foi proposto pela prefeitura?
- 5- Você se lembra se antes do projeto alguém da prefeitura procurou os moradores para explicar o que iria acontecer? Como foi a conversa? O que você achou?
- 6- Que motivos te levaram a aceitar a mudança?
- 7- Como foi a mudança para o novo bairro? (pontos positivos e pontos negativos)
- 8- Você conhece bem seus vizinhos? Costumam se reunir?
- 9- O que você acha da casa em que mora atualmente? Já tem documento de posse? Teve algum problema na casa quando se mudou? E agora, como está a casa?
- 10- Você e sua família participavam de atividades sociais ou projetos sociais de esporte/cultura/lazer no Santa Felicidade? E no novo bairro?
- 11 – Gostaria de acrescentar mais alguma informação?